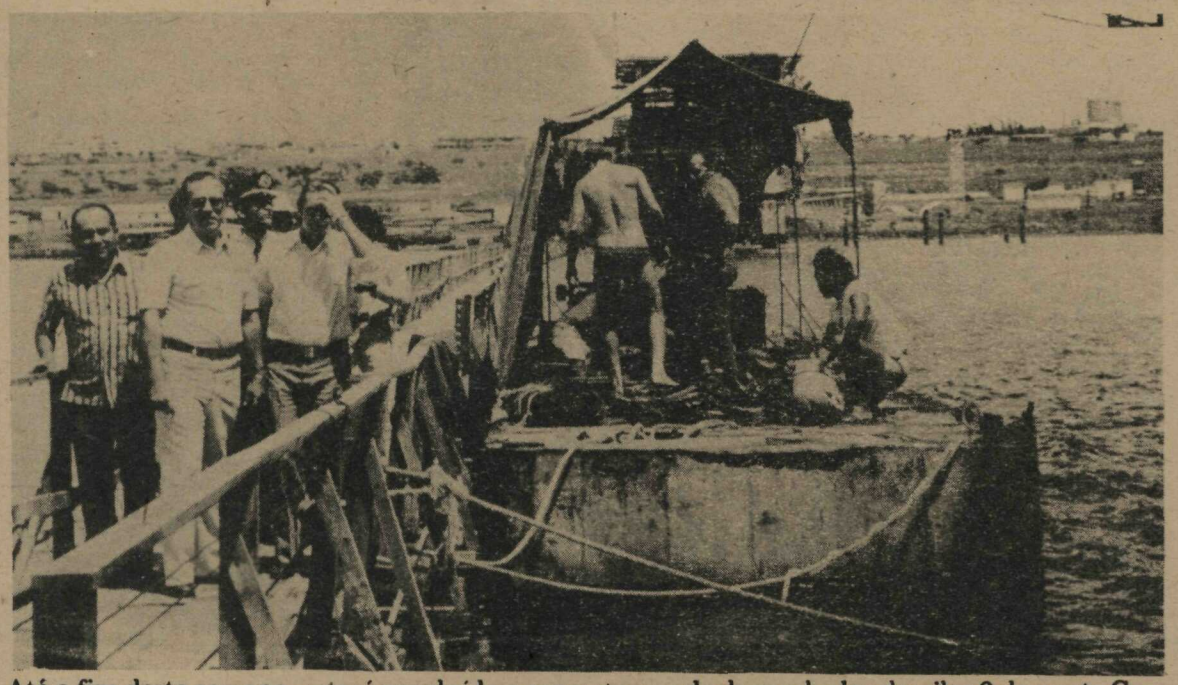
DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

BRASÍLIA, terça-feira, 24 de dezembro de 1974 — ANO VII - Nº. 197

Visita à ponte



Até o fim desta semana, estará concluída a concretagem de duas aduelas do pilar 2 da ponte Costa e Silva, coincidindo com a descida da primeira viga travessa, segundo pôde constatar o Governador Elmo Farias durante visita de inspeção que fez às obras, acompanhado pelo Superintendente da Novacap, sr. José Reinaldo Tavares. O Chefe do Executivo está empenhado em concluir essa obra até o fim de 1975

GDF inicia construção de 17 blocos residenciais

Ordem de serviço para o início da construção de dezessete blocos de apartamentos na Asa Norte foi assinada, pelo governador Elmo Serejo Farias, na última sexta-feira, no canteiro de obra.

Logo em seguida o Chefe do Executivo do DF autorizou a publicação de editais de concorrência pública para a construção de mais dezessete blocos, que vão completar os trinta e quatro edifícios residenciais que ocuparão as quadras 415/16 da Asa Norte. Esta segunda etapa deverá ter início em meados de fevereiro vindouro.

Ao todo serão oitocentos e cinquenta e dois apartamentos, destinados a servidores do complexo administrativo do Distrito Federal. A obra será administrada e fiscalizada pela Sociedade de Habitações de Interesse Social — SHIS.

Na oportunidade, o governador Elmo Serejo Farias falou de sua satisfação em ver — aos poucos — a concretização de seu plano de ação em relação à Asa Norte — uma das principais metas de seu Governo. Além dessas residências, citou as obras de infra-estrutura e urbanização que estão sendo realizadas naquele setor do Plano Piloto.

Os trinta e quatro blocos deverão estar prontos dentro de dezesseis meses. Cada bloco construído sobre pilotis, terá vinte e quatro apartamentos, de dois e três quartos, e demais dependências, ocupando área aproximada de cento e vinte metros quadrados.

Sete firmas empreiteiras se encarregarão de construir os primeiros dezessete blocos, e até o final da próxima semana todas estarão estabelecidas no local. Hoje mesmo foi iniciada a implantação do canteiro de obras, ao mesmo tempo em que começava o serviço de sondagem de solo e remoção de terra.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Completando a cerimônia, ainda no local, o Secretário de Serviços Sociais, sr. Marival Pereira Tapioca, fez uma prestação de contas dos seis meses de sua gestão à frente daquela Pasta. Mostrou as realizações da SHIS que, neste período, já entregou, aproximadamente, duas mil e quinhentas unidades residenciais, compreendendo casas populares e apartamentos, em vários pontos do Distrito Federal.

À cerimônia estiveram presentes o Secretariado do GDF, diretores e conselheiros da SHIS, diretores da Codebrás, superintendentes da NOVACAP, Ceb. e Caesb; presidentes da Cotelb e da Associação Comercial do DF; além de outras autoridades e pessoal ligado à construção civil.

Missa do galo na catedral: Detur

Missa do Galo será oficiada hoje, à meia-noite, na Catedral de Brasília, pelo arcebispo metropolitano, dom José Newton de Almeida Baptista. A promoção é do Departamento de Turismo do Distrito Federal e contará com a participação do coral do Sesi.

O Detur está convidando toda a comunidade brasiliense para este ato religioso, com que dará prosseguimento às festividades natalinas no DF.

Primeiros semáforos dão segurança ao trânsito

Com a instalação progressiva dos semáforos - primeiro na Av. L-2 Sul, depois no Eixo Monumental e Av. L-2 Norte e início da Av. W/3 Sul - o trânsito de Brasília vem demonstrando mais segurança tanto para os condutores de veículos como para pedrestes, segundo os técnicos do Detran.

Na confluência do Eixo Monumental com a Av. W/3, por exemplo, cujo trânsito era perigoso, ocasionando elevado índice de acidentes, a instalação dos sinais luminosos veio proporcionar tranquilidade aos que necessitam trafegar por aquela via.

Quanto á utilização do botão de controle de pedrestes, informa o Detran que a população já está criando o hábito de pressionar o botão para solicitar o sinal verde.

O sinais luminosos instalados em toda a extensão da Av. W/3 Sul, somente serão colocados em funcionamento quando todo o sistema estiver concluído, tendo em vista que estes semáforos fazem parte de um conjunto coordenador por um controlador central, que estabelece a programação de sinal verde em várias etapas da avenida, conforme o fluxo de demanda de tráfego.

Embora alguns sinais estejam situados próximos uns dos outros, existe uma sincronização, de modo a evitar que abra o sinal verde em um semáforo e o sinal vermelho no semáforo seguinte.

Governador inaugura pistas para Taguatinga e Cruzeiro

As pistas de acesso ao Setor de Indústria de Taguatinga e ao Cruzeiro Novo foram inauguradas esta manhã pelo governador Elmo Serejo Farias, em atos que contaram com a presença de Secretários de Estado e do Chefe do Gabinete Civil do Governador do Distrito Federal.

Faz também, parte destas obras, executadas pela Novacap através de firmas empreiteiras, a pavimentação de quadras centrais e do Setor Norte de Taguatinga, e de pistas de influência do Cruzeiro Novo. O custo total foi de Cr$ 10.500.000,00.

PISTAS DO SIT

Um total de quarenta mil metros quadrados de asfalto constitui as pistas de ligação do Setor de Indústria de Taguatinga, que o Chefe do Executivo do DF inaugurou esta manhã. Além disso foram entregues, pavimentados, trinta mil metros quadrados, nas quadras centrais e nas localizadas no Setor Norte daquela cidade-satélite. O valor desta obra, concluída em seis meses, foi de cinco milhões de cruzeiros.

PISTAS DO CRUZEIRO NOVO

Pistas asfaltadas ligam, agora, o Cruzeiro Novo aos Setores de Indústria e Abastecimento, Gráfico e Militar Urbano. São vinte e cinco mil metros quadrados de asfalto, construídos em seis meses e com o custo de Cr$ 5.500.000,00. Incluídas nesta obra, estão as pistas internas daquele setor habitacional; além de três mil metros de rede de águas pluviais.

Moedas do Bicentenário



A primeira coleção de moedas cunhadas especialmente para a comemoração do Bicentenário da Independência dos EUA já foi entregue ao Presidente Gerald Ford. As moedas, de um quarto de dólar, meio dólar e um dólar, apresentam desenhos que foram selecionados em concurso de âmbito nacional. Os Estados Unidos celebrarão seu bicentenário como Nação em 1976

UnB realizará mais um curso de pós-graduação

Visando suprir a grande deficiência no País de técnicos qualificados nas áreas de Método Quantitativos e Estatística Teórica e Aplicada, o Departamento de Estatística da Universidade de Brasília estabeleceu, em convênio com a EMBRAPA, entendimentos para a realização de curso de especialização, em nível de pós-graduação, naquelas áreas, cujas inscrições encontram-se abertas na UnB.

O objetivo fundamental do Curso é possibilitar a formação de especialistas e pesquisadores em Métodos Quantitativos e Estatísticos, que supram às necessidades básicas do mercado nacional, e com isso possam, posteriormente, criar cursos de pós-graduação.

EXIGÊNCIAS

Para que o candidato obtenha admissão ao programa oferecido pela UnB, deverá enviar até 10 de fevereiro, para início no 1º semestre e, até 30 de maio, para o início no 2º semestre, do próximo ano, à Coordenação de Cursos de Especialização do Departamento de Estatística da UnB, Histórico Escolar do Curso Superior, Curriculum Vitae e Requerimento feito pelo candidato além de nomes, posições e endereços de 2 professores, ou chefes imediatos, que possam fornecer informações sobre as qualificações e potencial do candidato.

EXAME DE SUFICIÊNCIA

Tendo em vista a grande carência de profissionais na área, a Comissão Acadêmica do Curso deixou em aberto a seleção e optou por um exame de suficiência que será realizado em 20 de fevereiro de 1975, para o 1º semestre, não para a eliminação do candidato, mas sim para uma avaliação da necessidade, ou não, de cursos suportes nas áreas de Matemática, Probabilidade e Estatística Básica e Experimentos.

O Curso, iniciado em setembro de 1974, já conta com 26 alunos matriculados, sendo que os professores orientadores que ministram as aulas são todos classificados ao nível de PhDs e Mestres. Das vagas 50% serão preenchidas pelo pessoal da EMBRAPA, conforme o convênio existente com a UnB e os demais, por portadores de curso superior na área de Estatística Teórica e Aplicada ou de Métodos Quantitativos.

Prêmio à beleza



Maria Bernadette Machado de Almeida é a bonita funcionária da agência do Banco do Estado de Goiás que venceu o concurso "A Mais Bela Bancária de Brasília". Na foto, ela é vista quando recebia do Diretor do Detur, Sr. Carlos Black Pereira, o prêmio de cinco mil cruzeiros, instituído para comtemplar a vencedora do certame de beleza.

Brasil de Hoje

O espírito solidário do homem brasileiro

"A Organização Mundial de Saúde participou às autoridades sanitárias do Brasil, em fins de 1973, a ocorrência de cólera em países da Europa e da Africa.

No mês de junho passado, durante reunião de sanitaristas, em Washington, para tratar do problema, o representante do Ministério da Saúde, antecipando-se às recomendações específicas aprovadas na ocasião, teve a oportunidade de apresentar relatório das providências já postas em prática em nosso país. Informou que se poderá fazer chegar a qualquer parte do território brasileiro, em poucas horas, assistência e medicamentos para o combate à doença. Para tanto, foram estabelecidos três pontos estratégicos e neles estocados solutos injetáveis, reidratantes, sais para uso oral, antibióticos e o material necessário.

Paralelamente, o Ministério da Saúde adquiriu produtos para desinfecção de água poluída e dejetos, aumentou a capacidade de produção de vacina anticólera do Instituto Oswaldo Cruz, que já conta, a esta altura, com estoque superior a dois milhões de doses: e realizou cursos intensivos para diagnóstico da cólera e reidratação.

Além disso, foi intensificada a vigilância sanitária nos portos e aeroportos, elaborado modelo de cama, de baixo custo e fácil fabricação, e editado folheto técnico para distribuição à classe médica e às Secretárias de Saúde dos Estados.

O sistema de atendimento imediato, organizado pelo Ministério da Saúde, foi testado no município de Caravelas, em meados do ano, devido a notificação recebida da OMS sobre incidência de cólera nessa localidade do litoral baiano, onde os técnicos do Ministério realizaram cuidadoso trabalho de investigação.

Felizmente, a notícia não foi confirmada. Em verdade, havia doentes e focos de doenças outras, provenientes da precaríssima situação sanitária da cidade.

A vista desse quadro, os Ministérios da Saúde, do Interior, das Minas e Energia e o da Aeronáutica realizaram, em noventas dias, com a colaboração da Secretária de Saúde da Bahia e da Prefeitura Municipal de Caravelas, obras de saneamento, ampliaram as redes de água e luz, além de perfurarem poço artesiano, que beneficiou, igualmente, as localidades vizinhas de Barra e Ponte de Areia.

Todo esse trabalho foi realizado em mutirão e pode ser apontado como exemplo característico do espírito solidário do homem brasileiro e, também, de nossa unidade nacional".

Aerobarco operará no gelo

Um novo aerobarco experimental sueco, destinado a operar nos arquipélagos escandinavos e em superfícies congeladas, foi construído em conjunto pela Saab-Scania e pelos estaleiros Kockums. Esta unidade, de 4 toneladas, medindo 9,2 metros de comprimento, alcançou velocidade de 30 nós durante as provas.

A decolagem e a propulsão são feitas através de dois motores: um com sobrealimentação Saab V14, de 100 CV, aciona duas hélices centrífugas do centro do casco, enquanto outro aéreo, Lycoming, de 180 CV, montado entre as asas, gera propulsão a alta velocidade.

Caso se inicie sua produção em série, poderá ser utilizado a serviço da marinha e da alfândega, transportando mercadorias no arquipélago.

Energia da fusão nuclear

A possibilidade de controle e consequente aproveitamento da fusão termunuclear como nova fonte de energia, dentro de 10 a 20 anos, foi anunciada recentemente na alemanha, pelo diretor do Instituto de Plasmafísica de Garching, Dr. A. Schluter.

A utilização dessa energia que, ao contrário da fissão nuclear, praticamente não gera substâncias radiativas, está sendo presentemente pesquisada na República Federal da Alemanha, nos Estados Unidos e na União Soviética.

A energia da fusão termonuclear é obtida, conservando-se em "paredes magnéticas" à pressão e ao calor que, normalmente, não podem ser obtidos na intensidade suficiente, sobre a terra. A fusão nuclear ocorre constantemente no sol, sob grande pressão e altíssimas temperaturas.

Um pouco antes da conferência do Dr. Schluter, o Ministro da Pesquisa e da Tecnologia da República Federal da Alemnha, Hans Matthoefer, anunciara igualmente que, aproximadamente no ano 2.000, deverão existir usinas atômicas baseadas na fusão que poderão prestar uma contribuição decisiva para a solução, a longo prazo, do problema energético.

GDF - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO
EXPEDIENTE
"DISTRITO FEDERAL"
Órgão Oficial do Governo do Distrito Federal
Diretor
Antônio Castelo Branco
Redação e Administração
SBS - ED. BRASÍLIA -
12º ANDAR - FONE: 24-1303
Composição e Impressão
OFICINAS DO "CORREIO BRAZILIENSE"
SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS
FONE: 23-3450 - RAMAL 10.

DESTAQUES

O Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República General Golberi do Couto e Silva, enviou expediente, no último dia 19, a todas as repartições públicas federais, órgãos de administração direta e autarquias, comunicando que o expediente, hoje, 24 de dezembro, e no próximo dia 31 será de 9 às 12 horas. O documento informa, também, que os serviços que não admitem paralização não estão incluídos nesse horário.

°X°

De 4 a 12 de janeiro, será realizada em Gramado, no Rio Grande do Sul, a "IX Festa da Hortência", que, além da atração turística em que se constitui, servirá, também, para divulgar o artesanato local, à base de artigos de couro, lã e vime.

°X°

Nesta sexta-feira, 27 de dezembro, os Generais recentemente promovidos serão apresentados ao Presidente Ernesto Geisel pelo Ministro Sílvio Couto Coelho da Frota, em cerimônia que terá lugar no Palácio do Planalto, aprazada para às 9,30 horas. Logo a seguir, em solenidade que será realizada no Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano, os novos Generais-de-Brigada receberão suas espadas. São eles: Antônio da Silva Campos, Sebastião José Ramos de Castro, Fernando Guimarães de Cerqueira Lima, Argus Fagundes e Paulo Miranda Leal.

°X°

O Embaixador José Maria Alvarez de Toledo, representante da Argentina no Brasil, está em seu país, onde passará o Natal na companhia de membros de sua família, retornando a Brasília no dia 26 deste, para cuidar de sua mudança: deixará o nosso País em janeiro, por término de missão.

°X°

Amanhã, 25 de dezembro, comemora-se em todo o mundo o Nascimento de Jesus. Natal: chamamento à compreensão, humildade, tolerância e fraternidade.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO Nº. 2.798 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1974

Altera os valores da Tabela de Soldo do Pessoal da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº. 3 751, de 13 de abril de 1960, e considerando o que dispõe o Decreto-Lei nº. 1 361, de 22 de novembro de 1974.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a Tabela de Soldo dos Policiais- Militares e dos Bombeiros-Militares, respectivamente, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, de que trata o Decreto nº. 2 673, de 22 de julho de 1974 que passa a ter os seguintes valores:

OFICIAIS E PRAÇAS	ÍNDICE	SOLDO (CR$) A VIGORAR A PARTIR DE	
		01/12/74	01/03/75
2. CAPITÃES			
Capitão PM ou BM	77	2 655,00	3.135,00
3. OFICIAIS SUBALTERNOS			
1º Tenente PM ou BM	69	2.379,00	2.808,00
2º Tenente PM ou BM	61	2.103,00	2.484,00
4. PRAÇAS ESPECIAIS			
Aspirante-a-Oficial PM ou BM	56	1.932,00	2.280,00
Aluno da Escola de Formação de Oficiais PM ou BM (último ano)	16	552,00	651,00
Aluno da Escola de Formação de Oficiais PM ou BM (demais anos)	11	381,00	447,00
5. DEMAIS PRAÇAS			
Subtenente PM ou BM	56	1.932,00	2.280,00
1º Sargento PM ou BM	51	1.758,00	2.076,00
2º Sargento PM ou BM	46	1.587,00	1.872,00
3º Sargento PM ou BM	41	1.413,00	1.671,00
Cabo PM ou BM	31	1.068,00	1.263,00
Soldado PM com curso policial ou BM com curso de bombeiro-militar (1a.classe)..	22	759,00	897,00
Soldado PM Recruta sem curso policial ou BM Recruta sem curso de bombeiro-militar (2a.classe)	10	345,00	408,00

Art. 2º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Distrito Federal, em 18 de dezembro de 1974.

86ª. da República e 15ª. de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO Nº 2.799 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1974.

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 628.000,00 (seiscentos e vinte e oito mil cruzeiros) à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º da Lei nº 5 978, de 12 de dezembro de 1973, combinado com o art. 41, item I das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4 320, de 17 de março de 1964,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de Cr$ 628.000,00 (seiscentos e vinte e oito mil cruzeiros) nas dotações que especifica das Unidades Orçamentárias a seguir discriminadas:

SECRETARIA DO GOVERNO

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros 500.000,00

POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0 - PESSOAL
3.1.1.1. - Pessoal Civil 28.000,00
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.3.0 - Transferências de Assistência e Previdência Social . 100.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei nº 4 320 de 17 de março de 1 964, pela anulação parcial, em igual valor, de dotações das seguintes Unidades Orçamentárias:

SECRETARIA DO GOVERNO

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTE
3.2.6.0 - Reserva de Contingência 500.000,00

POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0 - PESSOAL
3.1.1.2 - Pessoal Militar .. 100.000,00
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.7.0 - Diversas Transferências Correntes 28.000,00

Art. 3º - Os valores de que trata o Artigo 1º integrarão as seguintes Atividades:

PROGRAMA 01 - Administração
Subprograma 08 - Planejamento e Organização
SEG/2.006 - Manutenção das Atividades da Secretaria do Governo
..... 500.000,00

PROGRAMA 08 - Defesa e Segurança
Subprograma 12 - Segurança Pública
PM/2.026 - Manutenção das Atividades da Polícia Militar do Distrito Federal 128.000,00

Parágrafo Único - Os valores de que trata o presente artigo serão deduzidos, na mesma proporção, das Atividades, Programas e Subprogramas mencionados.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 18 de dezembro de 1974.
86º da República e 15º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO Nº 2.800 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1974.

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 1.085.000,00 (hum milhão, oitenta e cinco mil cruzeiros) à dotação do orçamento vigente que especifica e altera valores de Projetos da Secretaria de Viação e Obras.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º da Lei nº 5 978, de 12 de dezembro de 1 973, combinado com o art. 41, item I das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4 320, de 17 de março de 1964,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de Cr$ 1.085.000,00 (hum milhão, oitenta e cinco mil cruzeiros) nas dotações que especifica das Unidades Orçamentárias a seguir discriminadas:

SECRETARIA DE FINANÇAS

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.5.0 - Despesas de Exercícios anteriores — 965.000,00

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.3.0.0 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
4.3.4.0 - Auxílios para Equipamentos e Instalações
Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federa- 120.000,00.

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei nº 4 320, de 17 de março de 1 964, pela anulação parcial, em igual valor, da dotações orçamentárias das seguintes Unidades Orçamentárias:

SECRETARIA DO GOVERNO

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.6.0 - Reserva da Contingência 965.000,00

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.3.0.0 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
4.3.5.0 - Auxílios para Material Permanente
-Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal. 120.000,00

Art. 3º - Os valores mencionados no Artigo 1º integrarão a Atividade e o Projeto a seguir discriminados:

PROGRAMA 01 - Administração
Subprograma 07 - Administração Fiscal e Financeiras SEF 2.017 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças 965.000,00

PROGRAMA 16 - Transportes
Subprograma 01 - Administração
DER/1.052 - Reequipamento dos Órgãos do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federa- 120.000,00

Art. 4º - Os valores de que trata o artigo 2º serão deduzidos da seguinte Atividade e Projeto:

PROGRAMA 01 - Administração
Subprograma 08 - Planejamento e Organização
SEG/2.006 - Manutenção das Atividades da Secretaria do Governo 965.000,00

PROGRAMA 16 - Transportes
Subprograma 01 - Administração
DER/1.052 - Reequipamento dos Órgãos do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal. 120.000,00

Art. 5º - Ficam alterados, na forma do quadro anexo, os valores do Projeto DER/1.054 - Execução do Plano Rodoviário do Distrito Federal e DER/1.068 - Ampliação e Melhoramento das Instalações do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

Parágrafo Unico - A alteração de que trata o presente artigo refere-se ao elemento da despesa 4.3.3.0 Auxílio para Obras Públicas.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 18 de dezembro de 1974.
86º da República e 15º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO DE 21 DE OUTUBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 25.756/74,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, IRANDY GONÇALVES DA SILVA, do cargo de Escriturário, nível 8-A, matrícula nº 8.477, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 21 de outubro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII,do artigo 20, da Lei nº. 3751,de 13 de abril de 1960 e a Lei nº. 5 622, de 1º. de dezembro de 1970 e tendo em vista o resultado final do Concurso Público para provimento de vagas no Quadro de Oficiais Médicos da Polícia Militar do Distrito Federal,

RESOLVE:

Nomear JOÃO BATISTA ARAUJO no posto de Primeiro Tenente PM, do Quadro de Oficiais Médicos da Polícia Militar do Distrito Federal.

Distrito Federal, em 12 de dezembro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº. 71.449/74,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, HÉLIO DOM BOSCO BONIFÁCIO, do cargo de Escriturário, nível 8-A, matrícula nº. 13.802, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 16 de novembro do Corrente ano.

Distrito Federal, 16 de dezembro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 31 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 29.179/74,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, JONAS DALVI, do cargo de Escriturário, nível 10-B, matrícula nº. 7.623, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a partir de 1º. de dezembro do Corrente ano.

Distrito Federal, 16 de dezembro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº. 72.020/74,

RESOLVE:

REINTEGRAR, no cargo de Engenheiro, Classe "B", Código NS—710.6, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, JOÃO LINCOLN DE LARA, matrícula nº. 9.324, demitido por Decreto de 2 de setembro de 1974, publicado no "Distrito Federal" nº. 135, do dia 4 do mesmo mês.

Distrito Federal, 16 de dezembro de 1974

ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1974

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 72.020/74,

RESOLVE:

REINTEGRAR, no cargo de Técnico de Administração, Classe "C", Código NS—715.7, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, CARLOS MAGNO DIAS, matrícula nº. 12.811, demitido por Decreto de 2 de setembro de 1974, publicado no "Distrito Federal" nº. 135, do dia 4 do mesmo mês.

Distrito Federal, 16 de dezembro de 1974.

ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

CONSULTORIA JURÍDICA

Processo nº 023.013/74

Interessado : Gabinete Militar do Governo do D.F.

Assunto : Minuta de Decreto que versa sobre o afastamento do DF e do país, de policiais-militares e bombeiros-militares

EMENTA - Afastamento de Policiais-Militares e Bombeiros-Militares do Distrito Federal e do País, para frequentarem cursos e em gozo de férias e licenças.
Conveniência da audiência dos órgãos interessados, através da Secretaria de Segurança Pública.

PARECER Nº 44/74

RELATÓRIO

O Senhor Chefe do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal submeteu, no presente Processo, à apreciação da douta Procuradoria-Geral — através ofício nº 208/74 — minuta de Decreto que "dispõe sobre o afastamento de policiais-militares da Polícia Militar e de bombeiros-militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal em viagens a serviço, para frequentar estágios e cursos, ou em férias e em licenças por diversos motivos, no país e no exterior".

2 - Encaminhada a matéria àquele órgão jurídico, manifestou-se a 4a. Subprocuradoria Geral, por intermédio do Doutor Procurador Ronald Barcellos Silva.

4 - O Senhor Procurador-Geral, no entanto, após ratificar, em grande parte, o Parecer emitido, sugeriu a remessa dos autos a esta Consultoria, face o disposto no Art. 56,IV, do Decreto nº 1.844/71.

É o relatório.

PARECER

Reconheça-se, de plano, e em verdade, que o assunto de que trata o Processo foi criteriosamente dissecado pela douta Procuradoria-Geral, pelo que este nosso pronunciamento é emitido em respeito às atribuições que nos estão afetas, por força do dispositivo já citado.

2 - Convém registrar que o Senhor Procurador Ronald Barcellos Silva, após enfocar diversos aspectos jurídicos pertinentes, assim se pronunciou :

"Ante o exposto, concluimos pela inoportunidade do Decreto cuja minuta foi oferecida pelo Gabinete Militar do Governador, pelas seguintes razões :

1. O afastamento dos membros da PM e do CBDF, para frequentarem estágios, cursos de aperfeiçoamento ou especialização fora do país, já se encontra disciplinado pela Administração do Distrito Federal, através do Decreto nº 1.864, de 29 de novembro de 1971, carente, no momento, de atualização e disciplinamento, nos moldes do que a respeito dispôs o Governo Federal (Decreto nº 74.143, de 04 de junho de 1974).

regulamentação da concessão de férias e de licenças, na área da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, é da competência do respectivo Comandante-Geral da Corporação, de acordo com Estatutos recentemente editados por Lei. Consequentemente, o afastamento dos membros daquelas Corporações, do Distrito Federal ou do país, em gozo de férias ou de licenças, será autorizado por quem for nomeado nas instruções reguladoras da matéria.

3. Não se há de cometer às autoridades maiores da Administração Pública atribuições rotineiras, burocráticas ou meramente formais, afastando, sem justificativa, a decisão do local do fato".

3 - O Senhor Procurador-Geral, no entanto, —e com toda propriedade— (fls. 52) — salienta que "as afirmativas contidas nos itens 1 a 3 das conclusões do Parecer procedem inteiramente. Dessentimos, porém, da afirmativa de que o Decreto proposto seja inoportuno".

4 - Ainda acompanhando este raciocínio, dos autos se depreende que à matéria objeto da consulta deve ser destinada uma regulamentação. Com isto, não se acoberta a hipótese de que a minuta esteja perfeita em todos os seus aspectos. Ao revés, e corroborando a opinião do Senhor Procurador-Geral, temos que - verbis :

"(...) o projeto oferecido carece de alguns ajustamentos, para melhor se colocar em consonância com os princípios estabelecidos pela moderna administração".

5 - No entanto, não se pode dar ao assunto soluções meramente jurídicas. Outras preocupações devem anteceder a concretização da medida, isto porque, em que pese a matéria refletir-se burocrática e rotineira, versa ela, ainda, sobre assunto de certa forma delicado para a Administração — que se constitui, inegavelmente, na autorização para que os militares indicados na minuta se ausentem do País.

6 - Receios não teríamos de afirmar que, neste ângulo, cautelas outras deveriam ser objeto de exame, antes mesmo que no mundo jurídico venham a viger normas dispondo sobre o afastamento de policiais-militares e bombeiros-militares — tanto do Distrito Federal, quanto do País.

7 - Com efeito, da leitura das peças do Processo "sub examen", constata-se que cinge-se ele a uma proposição do Senhor Chefe do Gabinete Militar do Governador. Não nos cabendo discutir se se operou uma audiência prévia dos Comandos das Corporações interessadas, a crer que dos autos consta todo procedimento adotado, evidencia-se que sua instrução não foi das mais escorreitas.

8 - A iniciativa merece aplausos — é certo. Sem que se pronunciem, todavia, as autoridades intimamente ligadas ao assunto, dificilmente se terá, para este, uma disciplinação que atenda às suas peculiaridades.

9 - Por fim, reconheça-se, dificuldades há em se levar a um ponto comum de convergência as opiniões que possam vir a ser emitidas. Igualmente, não se pode perder de perspectiva que impossível será distinguir-se a Polícia Militar do Corpo de Bombeiro quando a sistemática a ambos interessa. Daí decorre, portanto, que a Secretaria de Segurança Pública, através seu titular, compete manifestar a posição que consulte os interesses — e que a todos eles represente. Afinal, no plano administrativo e operacional a esta Pasta se subordinam as multireferidas Corporações.

Por tudo quanto foi exposto, embora endossando sob o enfoque jurídico o pensamento do Senhor Procurador-Geral, somos de Parecer deva o Processo ser submetido à apreciação do Senhor Secretário de Segurança Pública, a quem caberá oferecer a posição que consulte aos interesses da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Salvo melhor juízo.

Consultoria Jurídica, DF, 18 de dezembro de 1974

FRANCISCO FONTES HUPSEL
Consultor Jurídico

De acordo com o parecer da Consultoria Jurídica. Encaminhe-se.
Em, 19/12/74

PROCURADORIA-GERAL

PARECER N.º: 53 / 74 - 1a. SPRG.

PROCESSO N.º: 036222/73

INTERESSADO: MIGUEL DA CRUZ E SILVA FILHO E OUTROS

ASSUNTO: Solicita revisão de Processo Administrativo nº 4628/66, retro anexo.

EMENTA: PEDIDO DE REVISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO COM FUNDAMENTO EM DECISÃO DO JUIZO CRIMINAL - EXAME DE ALGUNS ASPECTOS: a)- Para o deferimento de um pedido de revisão impõe-se que o interessado aduza circunstâncias ou fatos novos capazes de justificar sua inocência; b)- A extinção da punibilidade por intercorrência da prescrição ou a absolvição por insuficiência de provas por si, não são elementos suficientes para autorizar a revisão; c)- O aproveitamento de denúncia do M.P., em processo criminal, como instrução em inquérito administrativo, referentes aos mesmos fatos, merece reparos do ponto de vista formal, mas não é motivo suficiente para falar-se em cerceamento de defesa e tampouco em nulidades. d)- O enquadramento da apenação com relação a um dos acusados, no que diz respeito ao item IX, do art. 207 está excessivo; e)- A revisão pode ser requerida a qualquer tempo, mas, em se tratando de pena aplicada há mais de 5 (cinco) anos não poderá o requerente socorrer-se da via judiciária, caso a autoridade competente a indefira; f)- A Administração goza do jus poenitendi, com relação aos seus proprios atos, respeitado, obviamente, o direito de terceiros.

Senhor 1º Subprocurador-Geral:

I - RELATÓRIO,

1 - Pelo presente processo MIGUEL DA CRUZ E SILVA FILHO, NICANOR SILVA DE JESUS e BELÍZIO FELIX DA SILVA, ex-funcionários do Quadro Provisório de Pessoal, através de douto patrono pleiteiam revisão do processo administrativo pelo qual lhes foi aplicada a pena administrativa máxima (fls. 713 / 716).

2 - É alegado em favor do pedido, basicamente, que:

a)-"Pelo processo administrativo não lhes foi permitido o direito de apresentar a defesa como determina o art. 217 da Lei 1.711/52 e Art. 105 II da Constituição vigente, nem se quer foram ouvidos pela Comissão".

b)-"Na polícia, além da grande humilhação da prisão, apanharam de palmatória e cassetete para acusarem-se de delito que não cometeram, sendo recolhidos no Presídio do Distrito Federal";

c)-"O processo criminal correu normalmente, tendo o Douto Juiz da 3a. Vara Criminal desta cidade, finalmente prolatado sentença absolvitória em.. 5/8/73, reconhecendo a inocência dos suplicantes.

3 - O ilustre patrono dos peticionários fez anexar xerocópia autenticada da R. sentença do Juizo Criminal supra referida (fls. 720/726);

4 - O processo foi remetido à SEA, pela Sub - Chefia do Gabinete Civil do GAG (fls. 727).

5 - De fls. 727 usque 732, tem-se:

a)- classificação do ex-funcionários requerentes pela Seção de Cadastro Funcional (fls. 727/727-V);

b)- providências para anexação do processo nº 4628/66 ao pedido (fls.727V/728);

c)- Aos fls. 728/728-V, a preclara Coordenadora do Sistema de Pessoal esclarece que fez juntar traslado do referido processo 4628/66;

d)- cópia de expediante à NOVACAP, solicitando desarquivamento do processo nº 4628/66, encontra-se aos fls. 728).

e)- O ilustre Supervisor de Processos Administrativos destaca Assessor para localizar o processo original (fls. 730);

f)- Esclarecimentos do Assessor em referência (fls. 730/731) no sentido de que o processo não se encontra apensado aos autos da Ação Penal a que responderam os peticionários, nem se encontra na CEB assim como não foi localizado no Protocolo Geral da SEA, por isto, que devolvia a matéria ao Supervisor citado;

g)- expediante do Supervisor de Processos Administrativos dirigido ao Exmo. Sr. Secretário de Administração aos fls. 731/732, em síntese nos seguintes termos:

g-1)- enuncia os fundamentos do pedido dos requerentes;

g-2)- esclarece que em vão foram tomadas providências no sentido de localizar o original dos anexos do Processo Administrativo, por isto opina por que o traslado "devidamente autenticado poderá substituir o original".

g-3)- opina "apesar de que os fundamentos da extinção da possibilidade e da absolvição judicial dos requerentes não se enquadram no entendimento constante da Formulação do DASP nº 30" porque seja "conveniente o deferimento da revisão para que o assunto seja melhor estudado pela comissão Revisora e, ainda, porque o cerceamento de defesa, alegado pelos requerentes, pode resultar comprovado, haja vista a falta da peça instrutória no traslado do Processo Administrativo de que resultou as penas demissórias".

6 - S. Exa. o Sr. Secretário de Administração houve por bem protestar pela audiência à PRG nos seguintes termos:

"Tendo em vista o parecer da Supervisão de Processo Administrativo julgando conveniente acolher o pedido de revisão e, ainda o fato de se encontrar incompleta a fase de instrução processual, solicito pronunciamento dessa Douta Procuradoria-Geral quanto aos aspectos jurídicos que a matéria envolve, no sentido de orientar esta Secretaria qual o procedimento a se adotar "(fls. 733).

7 - O Exmo. Sr. Procurador-Geral mandou ouvir esta 1a.SPRG. (fls. 734);

8 - O processo foi distribuido ao signatário para emitir parecer (fls. 734).

É o relatório

II - PARECER

1 - Preliminarmente, observe-se que se foi extraido traslado do processo é porque este foi remetido à autoridade competente (art. 229 da Lei Estatutária) que, in casu, seria a douta Procuradoria Geral de Justiça do DF.

É possível que referido processo haja sido devolvido dado que já corria Ação Penal contra os funcionários ao tempo da demissão (10 de abril de 1965) (fls. 251).

Recorde-se que o inquérito policial fora de

imediato instaurado, ou seja logo que da abertura do administrativo (Art. 226 EFPCU).

2 - Entretanto, o fato de não haverem sido encontrados os originais do processo nº 4628/66, em nada obsta a tramitação da matéria, uma vez que existe o traslado, sua cópia fiel, como, aliás, lembra o douto Supervisor.

Dúvidas houvesse sobre o particular, sabido que a analogia é boa frente de direito (Art. 4º da Lei de Introdução ao Código Civil) a letra da lei processual civil as dissiparia, verbis:

"Art. 1063 - Verificado o desaparecimento dos autos, pode qualquer das partes promover-lhe a restauração.
Parágrafo único - Havendo autos suplementares neste prosseguirá o processo".
(Código de Processo Civil - L. 5.869, de 11. I.73).

3- Cumpre examinar agora o mérito do pedido de fls.. 713/715.

Dispõe o Estatuto:

"Art. 233. A qualquer tempo poderá ser requerida a revisão do processo administrativo de que resultou pena disciplinar, quando se aduzam fatos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do requerente".

Assim, cabe revisão desde que sejam trazidos (aduzidos) fatos ou circunstâncias, evidentemente, novos, vale dizer que não constaram do inquérito administrativo que gerou a pena, suscetíveis de comprovar a inocência do servidor.

Em outras palavras, sem apoio em novas provas não há falar-se em pedido de revisão.

Esse o entendimento também consagrado pela DASP, ad litteram:

" Não cabe revisão de inquérito se o requerente não aduz fatos ou circunstâncias novos capazes de comprovar sua inocência". (Formulação nº 252).

Indague-se agora sobre se os requerentes aduzem fatos ou circunstâncias novos que justifiquem sua inocência.

Trazem eles primeiramente certidão de sentença do juízo criminal, passada em julgado (fls. 720/726).

Pela sentença em epígrafe observa-se que:

a)- NICANOR SOUZA DE JESUS e MIGUEL DA CRUZ e SILVA FILHO tiveram a punibilidade extinta por intercorrência da prescrição, com base nos arts. 108, IV e 109 III, do Código Penal e art. 61, do Código de Processo Penal (de passagem assinale-se pequeno engano, eis que pela leitura na íntegra da R. sentença observa-se tratar-se do Art. 109, IV, do Código Penal);

B)-BELÍSIO FELIX DA SILVA foi absolvido com base no art. 386, VI, do Código de Processo Penal.

Acontece que a sentença criminal só repercute de forma capaz a elidir a sanção administrativa quando negar o fato ou autoria e inexistir resíduo que enseje sua manutenção veja-se, através da remansosa jurisprudência:

I. "Se a justiça criminal nega a existência do fato, não pode subsistir a pena disciplinar imposta pela autoridade administrativa com base nesse mesmo fato". (Recurso Extraordinário nº..... 39.505-DF-STF).

II. "Funcionário demitido a bem do Serviço público com fundamento em processo administrativo e absolvido em ação penal intentada pelos mesmos fatos, tem direito líquido e certo à reintegração na ausência de qualquer resíduo" - (Recurso em Mandado de Segurança 9.826-SP - STF).

III. "Se a justiça criminal negar o fato ou a autoria já não será possível com base nele manter a demissão, pois que cumpre observar o princípio, segundo o qual, embora sejam independentes a responsabilidade civil e a criminal, não mais se poderá questionar no cível sobre a existência do fato, ou quem seja o seu autor, quando essas questões se acharem decididas no crime" (Recurso Extraordinário 50.722-GB; Mandado de Segurança 15.166-DF e Rec. Extraordinário 55.074-Pe-STF).

IV. "Absolvição criminal. Resíduo. Mantida a demissão porque não excluída a possibilidade de ter havido resíduo para a punição administrativa". (Rec.Ext.... 55.101.SP, Embargos ao mesmo Rec.Extraordinário-STF).

V. "Ilícito penal e ilícito administrativo. A absolvição por ineficiência se prova para a condenção no Juízo Criminal não afasta a aplicação da sanção administrativa, decorrente de processo regular. Inteligência do art. 1525 do Código Civil e do art. 386, VI, do Cód. de Processo Penal". (Rec.Ext. 67.837 - PR - STF).

VI. "A sentença absolutória no juízo criminal por não existir prova para condenação, não impede o procedimento disciplinar na instância administrativa". (Embargos em Rec.Ext. 50.886-SP-STF).

VII. "A jurisdição administrativa disciplinar não fica prejudicada pela sentença absolutória, do Juízo Criminal, se este não negou a ocorrência do fato incriminador, atribuido ao funcionário, nem a sua autoria". (Rec.Extr. 45.766-GB-STF).

VIII. "A decisão no processo administrativo não depende da criminal, a não ser que decida sobre a existência do crime ou da sua autoria". (Recurso em Mandado de segurança 17.367-PB-STF).

IX. "A absolvição judicial só repercute na esfera administrativa se negar a existência do fato ou afastar do acusado a respectiva autoria" (Formulação nº 30 DASP).

X. "Pela falta residual, não compreendida na absolvição pelo juízo criminal, é admissível a punição administrativa do servidor público". (Súmula nº 18 da jurisprudência predominante do Excelso Pretório).

Como a R. sentença, cuja cópia encontra-se inserida aos fls. 720/726, não nega o fato ou a autoria, posto que na realidade limitou-se a decretar a extinção da punibilidade, por intercorrência da prescrição, com respeito a NICANOR SOUZA DE JESUS e MIGUEL DA CRUZ E SILVA FILHO e a absolver, por insuficiência de provas (art. 386, VI do DASP), BELISIO FELIX DA SILVA, resulta não ser ela o bastante para fazer gerar direito à pleiteada revisão do processo administrativo.

Examine-se agora o argumento também levantado na petição de fls. 713/715 do cerceamento de defesa, ipsis litteris:

"Pelo processo administrativo não lhes foi permitido o direito de apresentar defesa como determina o art. 217 da L. 1.711/52 e art. 105, II da Constituição vigente, nem sequer foram ouvidos pela comissão".

Venia concessa, esclareça-se que:

a)- Foram os peticionários defendidos no inquérito por advogado bastante constituído (V. cópia da petição de fls. 213, da certidão de fls. 214/214v e do instrumento de fls. 286) e apresentaram as respectivas defesas, NICANOR SOUZA DE JESUS e MIGUEL DA CRUZ E SILVA FILHO (fls. 309/310 e BELÍZIO FELIX DA SILVA (fls. 311/313);

b)- NICANOR SOUZA DE JESUS (fls.241) e MIGUEL DA CRUZ E SILVA FILHO (fls. 240) foram ouvidos no inquérito;

c)- BELÍZIO FELIX DA SILVA não foi ouvido porque, segundo os autos, encontrava-se em lugar incerto e não sabido (fls. 261), provavelmente em decorrência da decretação de sua prisão preventiva aos 28 de maio de 1965 (fls. 271).

É bem verdade que a 4 de novembro de 1965, portanto, após sua citação por Edital de 28.10.65 (fls. 27) reque-

reu fosse ouvido pela Comissão de Inquérito.

Esta, entretanto, por seu presidente indefe - riu o requerido, com os seguintes fundamentos:

"Indefiro o pedido de fls. 80 por considerar perfeitamente dispensável o interrogatório do indiciado Belizio Felix da Silva que poderá, em sua defesa escrita, alegar o que pretendia verbalmente esclarecer. Motivos inexistem para baixar o processo em diligência, do que, forçosamente, redundaria em reabertura de novo prazo de defesa e, em consequência, desnecessária protelação no encerramento do pro Permissa maxima venia, nada obstaria fosse ouvido o acusado, nas alturas em que o requereu. Ao contrário seria medida ao encontro da ampla defesa (art. 217 in fine do Estatuto), consoante voto do Eminente Ministro Vitor Nunes no RE 49.016-PE (DJ. 20.12.62):

"Necessário é que se garanta ao acusado ampla defesa; mesmo quando citado no curso do processo, ou após a coleta das provas, ao funcionário se garantirá o direito de reinquirir testemunha, apresentar novas provas etc."

Acrescente-se, por outro lado, que o acusado teve deferida a juntada aos autos de outras provas em seu favor (fls. 281 a 284v) e na sua defesa de fls. 311 a 313,subscrita por advogado, não faz a menor referência a cerceamento de defesa.

Leve-se em conta, presentemente o argumento levantado pelo douto Supervisor de Processos Administrativos no sentido de que o "cerceamento de defesa, alegado pelos requerentes, pode resultar comprovado, haja vista a falta da peça instrutória no traslado do Processo Administrativo de que resultou as penas demissórias".

Premissa venia existe a Instrução, eis que a Comissão de Inquérito fez dela os termos da denúncia da Promotoria Pública (V. fls. 245 e 249 usque 260).

Em verdade sobre o particular pode-se fazer reparos de ordem formal que, contudo, não implica em cerceamento de defesa.

Limitando-se o exame apenas aos três requerentes vê-se que foram êles denunciados perante a Justiça Pública:

a)- NICANOR SOUZA DE JESUS - Art. 155 - (furto) c/c art. 51, § 2º (crime continuado) do Código Penal;

b)- MIGUEL DA CRUZ E SILVA FILHO,art. 155 (furto) c/c 51, § 2º (crime continuado) do Código Penal;

c)- BELIZIO FELIX DA SILVA - Art. 312 § 1º (peculato) c/c 51, § 2º (crime continuado), do Código Penal.

Os crimes de que foram acusados Nicanor de Souza e Silva e Miguel da Cruz e Silva Filho pelo MP (furto de bens públicos do antigo DFL) teve repercussão no âmbito administrativo como dilapidação do patrimônio nacional, veja-se:

"Não comete lesão aos cofres públicos e, sim, dilapidação do patrimônio nacional, o funcionário que subtrai bens públicos não representados por dinheiro vivo" (Processo nº..... 2.254/70-DASP-COLEPE).

"O funcionário que dissipa bens públicos não representados por dinheiro, comete dilapidação do patrimônio nacional" (Formulação nº 28 - DASP).

Destarte, para que se defendessem da prática do ilícito administrativo mister se faria defenderem-se, precisamente,perante a Administração, da acusação de furto dos bens

Aliás não foi outra a linha da defesa de fls 309/310.

Considerados culpados pela autoridade julgadora, o Chefe do Executivo do Distrito Federal (Art. 210, I c/c Parágrafo Único do Art. 227 do Estatuto), tiveram a falta enquadrada no Art. 207, item VIII (dilapidação do patrimônio) com a consequente apenação máxima.

De passagem registre-se que tanto a Comissão de Inquérito como o Diretor do extinto DFL opinaram pela aplicação da pena de suspensão aos ora requerentes, verbis:

I)- Relatório da Comissão:

d)- "Art. 205, suspensão por 30 (trinta) dias:

I - Nicanor Souza de Jesus (...)"
(V. fls. 679)

e) Art. 205; Suspensão por 15 (quinze) dias, de Miguel da Cruz Silva Filho (...).

(V. fls. 679).

II)- Ofício de encaminhamento do processo pelo Diretor do DFL ao Superintendente da NOVACAP:

"Quanto as demais penalidades a serem aplicadas aos vários implicados (entre os quais incluem-se os requerentes) solicito também que sejam reduzidas pela metade e não suprimidas (...) (V. fls 681).

Com relação a Belízio Felix da Silva vê-se que foi acusado de peculato, que é também ilícito administrativo,- face aos termos do art. 207, I, do Estatuto.

Da prática de peculato defendeu-se o acusado - (V. fls. 311/313).

Foi, contudo, apenado com a demissão como incurso no art. 207, inciso VIII (lesão aos cofres públicos) e IX (corrupção passiva nos termos da lei penal).

Resta indagar se isto seria possível.

Diante do silêncio da lei estatutária examine-se a questão, à luz da analogia.

Face aos traços de proximidade, em muitos aspectos, entre o direito disciplinar e o penal, veja-se o que dispõe o C.P.P.:

"Art. 383. O juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da que constar da queixa, ou denúncia, ainda que, em consequência tenha de aplicar pena mais grave".

Art. 384 - Se o Juiz reconhecer a possibilidade de nova definição jurídica do fato em consequência de prova existente nos autos de circunstâncias elementar, não contida, explicitamente, na denuncia ou na queixa, baixará o processo, a fim de que a defesa, no prazo de oito dias, fale, e se quiser, produza prova, podendo ser ouvidas até três testemunhas.

Parágrafo único - Se houver possibilidade de nova definição jurídica que importe aplicação de pena mais grave, o juiz baixará o processo, a fim de que o Ministério Público possa aditar a denúncia ou a queixa, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, abrindo-se em seguida, o prazo de três dias à defesa, que poderá oferecer prova, arrolando a-

té três testemunhas".

Ora, se por um lado pela denúncia seja sustentável a conceituação diversa, ao invés de peculato, dilapidação do patrimônio (Art. 207, VIII, do EF) - tal já não ocorre com a Corrupção Passiva (Art. 207, IX EF) consignada no ato, posto que esta não está compreendida na denúncia e tampouco dela se defendeu o punido.

Em assim sendo faz-se oportuna a correção do ato demissório para excluir dele o indevido enquadramento, o que poderá ocorrer, ex offício ou a requerimento da parte.

A verdade, porém, é que, em termos práticos alteraria pouco a situação quanto a apenação, posto que persistiria, ainda assim, a pena demissória, por dilapidação do patrimonio.

5. Indague-se agora sobre a tempestividade do pedido.

Com efeito o DASP consagrou através da formulação nº 38:

"A revisão do inquérito administrativo está sujeita à prescrição quinquenal".

O assunto, contudo, não é assim tão pacífico, uma vez que a lei (art. 233 da L. 1.711/52) preceve ad litteram:

"A qualquer tempo poderá ser requerida a revisão do processo administrativo de que resultou pena disciplinar, quando se aduzam fatos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do requerente.
Parágrafo único - Tratando-se de funcionário falecido ou desaparecido, a revisão poderá ser requerida por qualquer das pessoas constantes do assentamento individual". (grifou-se).

A expressão a qualquer tempo contida na lei realmente denota que se não quis fixar no tempo a possibilidade da revisão ao contrário, apenas ficou esta condicionada à satisfação de determinados requisitos ou seja a demonstração de fatos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do requerente.

Sobre o particular assim se manifestou J. Guimarães Menegale, in "O Estatuto dos Func., pág. 373/375-1ºed. 1961:

"Dois corolários, desde logo, se impõem. Não ocorrendo, entre o processo e sua revisão, uma relação de contiguidade, não há como cogitar-se do elemento de hierarquia, de ver que a nova decisão, quer mantenha, quer não inalterada a primitiva, é uma decisão em novo, proferida pela autoridade em razão de sua competência originária. De outra parte, como se constitui novo processo, em vez de recurso, que é apenas uma nova fase ou estágio do anterior, não prevalecem, relativamente à revisão, os prazos prescricionais, só ao recurso aplicáveis. Efetivamente, como a revisão depende da alegação de um fato novo, ou do mesmo fato revestido de novas circunstâncias, ou de circunstâncias decisivas, obscurecidas ou desprezadas no processo findo, compreende-se que só é possível propô-la - com êsse pressuposto, cujo assunto pode surpreender, ainda, o próprio proponente.
Essa é, de resto, a determinação do dispositivo legal, ao declarar que "a qualquer tempo poderá ser requerida a revisão do processo administrativo de que resultava pena disciplinar". O texto esclarece, confirmando-se o que expusemos: "quando se aduzam fatos ou circunstâncias sussetíveis de justificar a inocência do requerente". Ora, essa temporal não insere a idéia de um ato volitivo do proponente da revisão: certo, dependerá dele aduzir fatos ou circunstâncias, mas a ocorrência dos fatos ou circunstâncias é que não dependerá necessáriamente dele Por consequência, quando ocorrerem, ou seja, quando ele estiver em condições de aduzi-las, então se verificará o implemento da cláusula "a qualquer tempo".
Não seria lógico nem materialmente possível ao legislador atribuir ao interessado a inciativa ou a autoria dessas condições que autorizam a oportunidade do requerimento da revisão. Demais a mais, não devemos alterar aspecto moral do maior relevo, e vem a ser o sentido de desagravo e reabilitação, que a revisão, além dos efeitos econômicos, propicia. Não fora isso, por que congeminar no parágrafo único do art. 233, a hipótese da revisão em favor de funcionário falecido ou desaparecido, requerida por qualquer das pessoas dele dependentes? Nem a morte, portanto, nem o desaparecimento cancelam essa possibilidade de reparação moral que sabemos associada a econômica na pessoa dos herdeiros ou beneficiários. Ponto é que, falecido ou extraviado o funcionário, surja, enfim, o fato, a circunstância, passíveis de aduzir para justificar a inocência do ausente: o decurso do tempo não tem a virtude de tornar irrisório o sentimento de justiça que insulflou o dispositivo do parágrafo único. Iníqua e vesga, em suma, nos parece a interpretação restritiva, que preconiza a invocação do prazo quinquenal firmado em lei, para a propositura de ações contra a União, como limite ao direito de requerer revisão de processo disciplinar. Opinião tal revela o desconhecimento, intencional ou não, da índole desse instituto que nada tem de comum com as ações cíveis, nem visa a reivindicar vantagens dos cofres públicos. Se paridade há que vislumbrar da revisão com qualquer instituto processual, é a que a aproxima dos objetivos e dos efeitos da revisão criminal; e nesta o tempo não flui contra os interesses da justiça encarnados na possível inocência do condenado. Realmente, para BENTO DE FARIA, o direito à revisão é imprescritível: apenas, não se poderá repetir o pedido sem o apoio em novas provas, o que é curial.

Referida posição doutrinária parece ser a que melhor atende ao espírito do dispositivo sub examem.

Todavia, em termos práticos, face ao disposto no Código Civil (art. 178, § 1º, VI) no Decreto 20.910, de 6.1.32 e no Decreto-lei 4597, de 19.8.42 toda vez que a Administração indeferir um pedido de revisão, após cinco anos da aplicação da penalidade, em geral, poderá fazê-lo sem que assista ao interessado o direito de socorrer-se da via judicial para compeli-la em sentido contrário.

Destarte, considerado o ordenamento jurídico brasileiro, obviamente no seu conjunto, deve ser entendido que o pedido de revisão poderá ser requerido a qualquer tempo, contudo, no mais das vezes, na hipótese de indeferimento, em que a punição que se pretende rever haja sido aplicada há mais de cinco anos, não poderá o requerente movimentar o aparelho judicial para tanto.

6 - Finalmente, observe-se que nas apenações em exame o que houve foi um acentuado rigor.

Sem embargo de que atualmente haja orientação normativa no sentido de acatamento das sugestões das comissões de inquérito, o fato é que autoridade julgadora não as acolhendo, mas agindo nos estritos limites de lei, poderá fazê-lo sem lesar qualquer bem jurídico.

Com efeito consigna o Parecer 243-H da ilustrada Consultoria Geral da República:

> "Esta Consultoria tem defendido ponto de vista no sentido de se dar acatamento às sugestões das Comissões de Inquérito Administrativo por entender que estão mais aptas a um fiel pronunciamento pelo seu contato direto com todos os elementos e partes do processo"(DOU de 26.XI.65 - pág. 12.047).

Todavia, a autoridade administrativa ao julgar o processo poderá firmar sua livre convicção devendo examinar obrigatoriamente "a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o serviço público (Art. 202, do Estatuto).

Na vertente hipótese tanto a Comissão de Inquérito (V. fls. 674 a 679) esta com relação a Miguel da Cruz e Silva Filho e Nicanor Souza de Jesus, quanto o ilustre Diretor do então DFL (fls. 680/681) não solicitavam a pena máxima que acabaram por ser aplicada, pelo Chefe do Executivo do Distrito Federal.

Não há dúvida que o julgamento foi rigoroso, entretanto tem o respaldo legal.

É evidente que todo o sustentado no curso do parecer não exclui o entendimento de que:

> "A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial". (Sumula 473, do Excelso Pretório).

Só que para isto ocorrer é preciso que a Administração esteja convencida nesse sentido.

7 - Em conclusão:

a)- Para que se defira um pedido de revisão mister se faz que o interessado aduza fatos ou circunstâncias novos capazes de justificar sua inocência;

b)- O fundamento da absolvição, num caso, e a decretação da extinção de punibilidade por intercorrência da prescrição nos dois outros, não são motivos por si suficientes para gerar a revisão e tampouco a reitegração;

c)- O fato de a Comissão ter aproveitado como Instrução a denúncia do MP pode merecer reparos do ponto de vista formal, sem que isto implique em cerceamento de defesa ou nulidade processual;

d)- A fundamentação de aplicação da pena com relação a Belizio Felix da Silva foi excessiva no que enquadrou a hipótese também no item IX, do art. 207, do Estatuto;

e)- A revisão pode ser requerida a qualquer tempo, mas em se tratando de pena aplicada há mais de 5 (cinco) anos, em sendo negada, não poderá o requerente socorrer-se da via judiciária, por força de prescrição quinquenal;

f)- a Administração goza de jus poenitendi com relação a seus próprios atos, por isso que pode revogá-los ao seu talante, respeitados, obvia e necessariamente, o direito de terceiros.

É o parecer

Sub censura.

1a.SPRG., 11 de julho de 1974

CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA
Procurador

RECEBIMENTO E CONCLUSÃO
Aos 26 do julho de 1974
foram-me entregues estes autos do(a) Sr.
e, na mesma
data, faço-os conclusos (ão)

Edith Duarte Marcondes
Seção de Registro e Controle de
Feitos da D.A.A./ 1.ª SPRG
Chefe

PROCESSO Nº:03622/73
INTERESSADO:MIGUEL DA CRUZ E SILVA FILHO e outros
ASSUNTO: Revisão de Processo Administrativo

Aprovo o Parecer nº 53/74-1a.SPRG (fls.. 744/761), que demonstra *quantum satis* a improcedência do pedido de revisão requerido pelos ex-servidores Miguel da Cruz e Silva Filho , Nicanor de Souza e Silva e Belísio Félix da Silva, uma vez não haverem conseguido trazer elementos novos capazes de comprovar a injuridicidade dos atos que os demitiram.

Apenas uma ressalva quanto à ponderação do nobre parecerista no tocante à oportunidade de correção do ato demissório de Belísio Félix da Silva por motivo de apenação excessiva.

Por diversas vezes opinei seguindo o entendimento de juristas renomados no sentido de que a prescrição não pode deixar de ser considerada pela administração quando a reclamação administrativa tenha ultrapassado o prazo quinquenal.

Não seria admissível ficasse indefinidamente em aberto o prazo para que o indivíduo suscitasse as suas questões perante a administração. Momento tem de existir em que se restabeleça o equilíbrio nas relações jurídicas entre o administrado e o Estado. O direito há de exercer-se *opportuno tempore*, durante o fluxo prescricional.

Caio Tácito assim se manifesta sobre a questão:

> "....
>
> *4.Os prazos de reclamação, na esfera administrativa, são peremptórios e fatais. Uma vez excedidos, cessa o direito ao seu conhecimento, podendo a administração repelir, de plano, os pedidos extemporâneos . Não há, em suma, obrigação administrativa em receber e decidir pretensões caducas ex vi legis.*
>
> *5. Sem embargo do encerramento da instância administrativa, a jurisprudência construiu a tolerância para a acolhida de reclamações líquidas e certas para as quais ainda não se exauriu o acesso ao Poder Judiciário.*
>
> *6. Em parecer nº 11-54, referido no processo, assinalei que:*
>
> > *"as reclamações administrativas podem ser providas pela administração se estiver convencida da ilegalidade dos atos impugnados e não estiver encerrado o prazo da prescrição quinquenal do direito de ação".*
>
> *7. No mesmo sentido opinei no Parecer nº. 45 5., com apoio nas opiniões de Carlos Medeiros Silva ("Revista de Direito Administrativo", volume 15,pág.300), Themistocles Cavalcanti ("Parecer do Consultor Geral da*

República" - pág.557) e Antonio Gonçalves de Oliveira ("Revista de Direito Administrativo" - vol.18,pág.297), nos termos seguintes:

"Uma vez que não tenha perecido o direito subjetivo, com o selo definitivo de prescrição judicial, pode a administração conhecer do mérito e restaurar a relação de direito ofendida, desde que convencida da liquidez e certeza das razões invocadas"

8. A providência não é, em suma, um direito da parte, mas uma liberalidade da administração. Se é inequívoca a lesão de direito, o princípio de economia processual e de celeridade na prestação da justiça aconselha a antecipação da medida assecuratória em que culminará a intervenção do juiz."

Tal entendimento acha-se consubstanciado na formulação 33 do DASP:

"A prescrição pode ser relevada pela administração salvo se quinquenal"..

De há muito escorreu o prazo do ex-servidor Belísio Félix da Silva de reclamar contra erro no ato que o demitiu, quer na via administrativa, quanto na judiciária. Extinguiu-se o direito de agir do ex-servidor.

Acrescente-se, que caso fosse viável a correção do ato demissório ora comentado, a pedido do interessado, nenhum efeito jurídico dela adviria.

Não produzindo a modificação do ato de demissão qualquer consequência jurídica, eis que à prática do ilícito de dilapidação do patrimônio público também é imposta a pena de demissão, a menção no decreto demissório, da infração captulada no Ítem - IX, do Artigo 207, Corrupção Passiva, não implica em sua nulidade, razão pela qual julgamos desnecessário o procedimento ex-officio de sua retificação.

Pelo arquivamento do pedido de revisão.

À consideração do Exmo.Sr.Procurador-Geral

Brasília, 08 de novembro de 1974

EMMANUEL F.MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral do DF

RECEBIMENTO E CONCLUSÃO

Aos 08 de novembro de 1974 foram-me entregues estes autos do(a) Subprocurador Geral e, na mesma data, faço-os conclusos ao(a) Exmo. Sr. Procurador Geral.

Eduardo
Eduardo Ribeiro Monteiro
Secção de Registro e Controle de Feitos da D.A.A./ 1.º SPRG
Chefe

Processo nº 36 222/73
Interessado: MIGUEL DA CRUZ SILVA FILHO E OUTROS
Assunto: Sol. revisão do proc. adm. nº 4 628/66.

Senhor Governador

Aprovamos o Parecer nº 53/74-1a.SPRG, de fls.744/761, em consonância com o encaminhamento procedido pelo Ilmo. Sr. Dr. 1º Subprocurador Geral, às fls.762/764.

À superior consideração de Vossa Excelência.
PRG, 12 de dezembro de 1 974

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral

Aprovo o parecer da Procuradoria Geral. Em, 13/12/74
A. Bruno Ribeiro

PARECER N.º: 72 / 74 - 1a. SPRG

PROCESSO N.º: 14.511/72

INTERESSADO: PAULO VALENTE LIMA

ASSUNTO: Solicita revisão de caso para ser pago a diferença verificada (sic).

EMENTA: Aposentadoria por alienação mental. Condenação anterior ao decreto para ingresso na inatividade, que pode gerar perda de cargo ou função pública, como pena acessória.

a) - É um imperativo o trânsito em julgado da sentença do juízo criminal para que ocorra a perda de função pública, como pena acessória (art. 691, do CPP);

b) - Não há invocar-se o art. 122, da Lei nº 1.711/52 na hipótese em exame;

c) - Em tendo sido, na hipótese, a aposentadoria decretada após a condenação, a decisão do Egrégio Tribunal de Justiça no Apelo Criminal poderá repercutir no ato (cf.art. 68, II e parágrafo único do art. 70, do Código Penal);

d) - Oportunidade de aguardar-se a decisão do apelo criminal para providências complementares e indispensáveis no processo, inclusive sua remessa à Colenda Corte de Contas.

Senhor 1º Subprocurador-Geral:

I - RELATÓRIO

1. - PAULO VALENTE LIMA, mestre de obras, nível 13-B, matrícula nº 13.335, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, foi aposentado por ato do Chefe do Executivo do Distrito Federal, aos 15 de abril de 1 969 ("Distrito Federal" de 18/4/69), com fundamento nos arts. 176, item III e 178, item III, da Lei nº 1711/52 e art. 101, item I, alínea b, da Constituição de 1 967 (V. fls. 27);

2. - A aposentação louvou-se nos laudos médicos de fls. 1 e 6;

3. - Acontece que aos 7 (sete) de junho de 1968(mil novecentos e sessenta e oito) o aposentado fora condenado a 8 (oito) anos de reclusão, como incurso nas sanções do art. 213 do Código Penal e a 5 (cinco) anos de reclusão, como incurso no artigo 214, do Código Penal, além de 1 (um) ano de medida de segurança em estabelecimento agrícola;

4. - A Divisão de Pessoal determinou desconto de 2/3 nos vencimentos do servidor, sob o fundamento do art. 122, inciso IV, da Lei nº 1711/52, o que foi mandado suspender por

despacho da ilustre Coordenadora do Sistema de Pessoal (fls.74);

5. - O processo vem à PRG, por solicitação do Exmo. Sr. Secretário de Administração, motivado que foi por despacho de fls. 51/51 v da douta Coordenadora do Sistema de Pessoal;

6. - O Exmo. Sr. Procurador-Geral mandou ouvir esta 1a. SPRG (fls. 75 v).

É o relatório.

II - P A R E C E R

1. - De pronto esclareça-se que, muito embora o ato concessivo de aposentadoria não tenha sido submetido ainda à Egrégia Corte de Contas, o fato é que aposentado está o servidor e a R. sentença do juízo criminal, por que não transitada em julgado, não pode até aqui repercutir na aposentação, face aos inequívocos termos da lei processual penal, ad litteram:

> "O juiz dará à autoridade administrativa o competente conhecimento da sentença transitada, em julgado, que impuser ou de que resultar a perda da função pública ou a incapacidade temporária para investidura em função pública ou para exercício de profissão ou atividade".
> (Grifou-se - art. 691, do Código de Processo Penal).

2. - Destarte, parece irreparável o despacho da douta Coordenadora do Sistema de Pessoal no que determinou a suspensão dos descontos, posto que não há invocar-se no caso o artigo 122, da Lei nº 1.711/52.

3. - De outra parte a decisão do Egrégio Tribunal de Justiça na Apelação Criminal poderá repercutir no ato de aposentação (e. g.se confirmar a decisão da 1a. instância) uma vez que a condenação é anterior à data do Decreto que fez ingressar o funcionário na inatividade.

É evidente que isto não ocorreria por força de hipóteses contidas no art. 212 da Lei Estatutária, mas sim por decorrência de prescrições da lei penal (art. 68, II e parágrafo único do art. 70, do Código Penal);

4. - Uma vez quea apelação criminal está por ser julgado e que do resultado dela, como já se viu, poderá haver repercussões em atos da Administração e tendo em vista que até aqui o processo de aposentadoria não foi encaminhado ao Colendo Tribunal de Contas, parece aconselhável, por economia processual,que se aguarde a decisão acima assinalada, para então tomar-se as providências cabíveis;

5. - Após a decisão do Egrégio Tribunal de Justiça, se necessário, este processo deverá retornar à PRG para indicar-se como proceder.

É o parecer,

sub censura

1a. SPRG, 31 de julho de 1 974.

CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA
PROCURADOR

RECEBIMENTO E CONCLUSÃO
Aos 26 de agosto do 1974
foram-me entregues estes autos do(a) Dr. Carlos Fernando na mesma
data, faço-os conclusos a(o) Subprocurador Geral

Ilma. Dra. Maria Duarte Marcondes
Seção de Registro e Controle de feitos da D.A.A./ 1.º SPRG
Chefe

Aprovamos o parecer de fls. 75/77.
À consideração do Exmo. Sr. Procurador-Geral.
Brasília, 30/X/1974
1.º Subprocurador - Geral

RECEBIMENTO E CONCLUSÃO
Aos 31 de outubro de 19 74
foram-me entregues estes autos do(a) Sr.
Subproc. Geral e na mesma
data, faço-os conclusos a(o) Procurada
Geral

Maria Duarte Marcondes
Seção de Registro e Controle de feitos da D.A.A./ 1.º SPRG
Chefe

Processo nº 14.511/72
Interessado: PAULO VALENTE LIMA
Assunto: Solicita revisão de caso p/ser paga a diferença verificada.

Senhor Governador

Aprovamos o Parecer nº 72/74-1a. SPRG, de fls. 75/77, placitado pelo Ilmº Sr. 1º Subprocurador Geral a fls. 78,que demonstrou a inaplicabilidade, à espécie, do artigo 122 da Lei nº 1 711/52 e a perfeita adequação do despacho proferido pela Ilma.Sra. Coordenadora do Sistema de Pessoal, de fls. 74.

O procedimento posterior está condicionado à decisão que vier a ser proferida pelo Egrégio Tribunal de Justiça - do Distrito Federal.

Pelo encaminhamento do processo ao Exmº Senhor Secretário de Administração, volvendo a esta Procuradoria Geral, quando se tornar oportuno.

À superior consideração de Vossa Excelência.

PRG., 04 de novembro de 1 974

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral

Aprovo o parecer da Procuradoria Geral. Encaminhe-se à Secretaria de Administração. Em, 06/11/74

PROCESSO Nº.: 72.020/74
INTERESSADO: JOÃO LINCOLN DE LARA E Outro
ASSUNTO: REINTEGRAÇÃO:

Senhor Governador:

Submeto à consideração de Vossa Excelência minutas de Decretos de Reintegração referentes a CARLOS MAGNO DIAS e JOÃO LINCOLN DE LARA em virtude de concessão de segurança proferida pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal.
Brasília, 16 de dezembro de 1974.
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
De acordo. Lavrem-se os atos.
Brasília, 16 de dezembro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS

PROCESSO Nº: 25.756/74
INTERESSADO : IRANDY GONÇALVES DA SILVA, mat. 8.477-SEF
ASSUNTO : Pedido de exoneração
Senhor Governador:
Trata-se de pedido de exoneração formulado pelo interessado.

O processo está devidamente instruído e, nada havendo a opor, proponho seu deferimento.
Brasília, 18 de outubro de 1974.

JOSÉ AFFONSO MONETIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

DE ACORDO. Lavre-se o ato.
Brasília, 21 de outubro de 1974.
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PARTICIPE VOCÊ TAMBÉM DO GOVERNO ZELANDO PELOS BENS PÚBLICOS

SECRETARIA DO GOVERNO

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN

ATA DA 37a. (TRIGÉSIMA SÉTIMA) REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL CODEPLAN, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 1974.

Aos nove dias do mês de dezembro de mil novecentos e setenta e quatro, às dez horas, na sede social da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, situada no Setor Comercial Sul, Quadra 05, Bloco "C", Lojas 80/90, Brasília - Distrito Federal, realizou-se a 37a. (trigésima sétima) reunião extraordinária do Conselho de Administração, sob a presidência do Senhor Secretário do Governo do Distrito Federal, Senhor IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA, e com a presença dos Senhores Conselheiros EVANDRO JOSÉ DE MACEDO, Superintendente da Empresa e Membro nato do Conselho de Administração, DENILSON GERALDO SAMPAIO REHEM, JURACI CANDEIA DE SOUZA e LUIS CARLOS BOAVENTURA NEVES. Inicialmente, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e determinou se procedesse à leitura da ata da reunião anterior que, posta em discussão, foi por unanimidade aprovada. Em prosseguimento, o Senhor Presidente fez a leitura da pauta, para apreciação dos assuntos contidos na mesma, concedendo a palavra ao Conselheiro JURACI CANDEIA DE SOUZA, para relatar o Processo nº 940/74-REF.: REAJUSTAMENTO DE 10% (DEZ POR CENTO) PARA OS SERVIDORES, A PARTIR DE 1º DE DEZEMBRO DE 1974, que lhe fora distribuído na sessão ordinária, anterior. Após tecer considerações sobre o tema versado, o Conselheiro - Relator apresentou VOTO escrito favorável à proposição constante do processo em apreço, por julgá-la compatível com o interesse do Governo e com a legislação pertinente, sujeitando o pagamento à homologação pelo Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal. O Colendo Colegiado, após examinar detidamente a matéria sob exame acolheu o "VOTO" do citado Relator e baixou, por unanimidade, a RESOLUÇÃO do seguinte teor: "RESOLUÇÃO nº 17/74 - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 21, parágrafo 3º, alínea "e", dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o disposto na legislação vigente, RESOLVE: Artigo 1º - Ficam reajustados em 30% (trinta por cento), obedecido o disposto no artigo 2º desta Resolução, os valores dos salários e gratificações previstos na Resolução nº 14/74, de 24 de julho de 1974. Artigo 2º - O reajustamento de que trata esta Resolução vigorará a partir de 1º de março de 1975, devendo ser paga a partir de 1º de dezembro de 1974, a título de antecipação, a importância correspondente a 10% (dez por cento) de reajustamento. Artigo 3º - Os níveis em que são classificados os empregos permanentes a que se refere o artigo 2º da Resolução nº 09/72, de 30 DE MAIO DE 1972, passam a vigorar com os seguintes valores: NIVEL 1 - De 1º.12.1974 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 653,00 - A partir de 1º.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 772,00; NIVEL 2 - De 1º.12.1974 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 729,00 - A partir de 1º.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 861,00; NIVEL 3 - De 1º.12.1974 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 881,00 - A partir de 1º.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 1.041,00; NIVEL 4 - De 1º.12.1974 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 1.093,00 - A partir de 1º.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 1.292,00; NIVEL 5 - De 1º.12.1974 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 1.305,00 - A partir de 1º.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 1.543,00; NIVEL 6 - De 1º.12.1974 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 1.731,00 - A partir de 1º.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 2.046,00; NIVEL 7 - De 1º.12.1974 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 2.035,00 - A partir de 1º.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 2.405,00; NIVEL 8 - De 1º.12.1974 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 2.338,00 - A partir de 1º.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 2.763,00; NIVEL 9 - De 1º.12.1974 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 2.732,00 - A partir de 1º.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 3.229,00; NIVEL 10 - De 1º.12.1974 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 3.036,00 - A partir de 1º.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 3.588,00; NIVEL 11 - De 1º.12.1974 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 3.339,00 - A partir de 1º.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 3.946,00; NIVEL 12 - De 1º.12.1974 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 3.643,00 - A partir de 1º.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 4.305,00; NIVEL 13 - De 1º.12.1974 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 3.856,00 - A partir de 1º.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 4.557,00. Artigo 4º - Os símbolos dos Empregos em Comissão, a que se refere o artigo 10º, da Resolução nº 09/72, de 30 de maio de 1972, passam a vigorar com os seguintes valores: SIMBOLO EC - 1 - De 01.12.74 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 5.396,00 - A partir de 01.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 6.377,0044; SIMBOLO EC- 2 - De 01.12.74 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 4.705,00 - A partir de 01.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 5.561,00; SIMBOLO EC - 3 - De 01.12.74 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 4.098,00 - A partir de 01.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 4.843,00; SIMBOLO EC - 4 - De 01.12.74 . 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 3.491,00 - A partir de 01.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 4.126,00; SIMBOLO EC-5 - De 01.12.74 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 3.187,00 - A partir de 01.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 3.767,00; SIMBOLO EC - 6 - De 01.12.74 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 2.732,00 - A partir de 01.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 3.229,00; SIMBOLO EC - 7 - De 01.12.74 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 2.428,00 - A partir de 01.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 2.870,00; SIMBOLO EC - 8 - De 01.12.74 a 28.02.1975 VALOR MENSAL Cr$ 2.125,00 - A partir de 01.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 2.511,00; SIMBOLO EC - 9 - De 1º.12.74 a 28.02.1975-VALOR MENSAL Cr$ 1.821,00 - A partir de 01.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 2.152,00; SIMBOLO EC - 10 - De 01.12.74 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 1.518,00 - A partir de 01.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 1.794,00. Artigo 5º - A Gratificação de Representação prevista no artigo 15º da Resolução nº 09/72, de 30 de maio de 1972, passa a vigorar com os seguintes valores: DESIGNAÇÃO —I - EMPREGOS EM COMISSÃO - Chefe de Gabinete da Superintendência e Coordenadores - De 01.12.74 a 28.02.75 - VALOR MENSAL Cr$ 1.348,00 - A partir de 01.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 1.593,00; Assessores - De 01.12.74 a 28.02.75 - VALOR MENSAL Cr$ 1.062,00 - A partir de 01.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 1.255,00; Assistente de Diretor - De 01.12.74 a 28.02.75 - VALOR MENSAL Cr$ 910,00 - A partir de 01.03,75 - VALOR MENSAL Cr$ 1.076,00; Assistente-Secretário da Superintendência - De 01.12.74 a 28.02.75 - VALOR MENSAL Cr$ 380,00 - A partir de 01.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 449,00; Assistente-Secretário e Secretário de Diretor - De 01.12.74 a 28.02.75 - VALOR MENSAL Cr$ 303,00 - A partir de 01.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 358,00. II - Outros Empregos - Motorista do Superintendente - De 01.12.74 a 28.02.75 - VALOR MENSAL Cr$ 380,00 - A partir de 01.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 449,00; Motorista de Diretor e do Chefe do Gabinete da Superintendência - De.01.12.74 a 28.02.75 - VALOR MENSAL Cr$ 303,00 - A partir de 01.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 358,00; Auxiliar de Gabinete da Superintendência - De 01.12.74 a 28.02.75 - VALOR MENSAL Cr$ 303,00 - A partir de 01.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 358,00; Auxiliar do Gabinete de Diretor - De 01.12.74 a 28.02.75 - VALOR MENSAL Cr$ 228,00 - A partir de 01.03.75 - VALOR MENSAL Cr$ 270,00. Artigo 6º - A Gratificação de Mérito Profissional prevista no artigo 16º da Resolução nº 09/72, de 30 de maio de 1972, passa a vigorar com os seguintes valores: NIVEL 9 - De 01.12.1974 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 831,00 - A partir de 01.03.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 982,00; NIVEL 10 — De 01.12.1974 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 1.320,00 - A partir de 01.03.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 1.560,00; NIVEL 11 - De 01.12.1974 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 1.716,00 - A partir de 01.03.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 2.028,00: NIVEL 12 - De 01.12.1974 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 1.848,00 - A partir de 01.03.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 2.184,00; NIVEL 13 - De 01.12.1974 a 28.02.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 1.980,00 - A partir de 01.03.1975 - VALOR MENSAL Cr$ 2.340,00. Artigo 7º - A remuneração por hora estagiada da "Bolsa de Complementação Educacional", criada pela Resolução nº 08/72, de 1º de março de 1972, passa a vigorar com os seguintes valores: DESIGNAÇÃO - Hora estagiada - De 01.12.1974 a 28.02.1975 - VALOR Cr$ 9,20 - A partir de 1º.03.1975 - VALOR Cr$ 10,80. Artigo 8º - A presente Resolução vigorará em todos os seus efeitos após homologada pelo Governador do Distrito Federal, Brasília (DF), 09 de dezembro de 1974". Relator: Conselheiro JURACI CANDEIA DE SOUZA. Em seguida, o Senhor Presidente distribuiu ao Conselheiro DENILSON GERALDO SAMPAIO REHEM o Processo nº 893/74—REF.: DIRAD/SECON - BALANCETES "PATRIMONIAL E ANALITICO" DA COMPANHIA, REFERENTES AO MÊS DE AGOSTO DE 1974, tendo sido adotado a seguinte DECISÃO: "O Conselho toma conhecimento dos BALANCETES "PATRIMONIAL E ANALITICO" DA COMPANHIA, REFERENTES AO MÊS DE AGOSTO DE 1975, aprovados pelo Conselho Fiscal em 13 de novembro do ano em curso, conforme despacho de fls. 05 (cinco). Relator: Conselheiro DENILSON GERALDO SAMPAIO REHEM". As doze horas e quarenta e cinco minutos o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, LAIS DA COSTA PARANHOS, Secretária, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

EVANDRO JOSÉ DE MACEDO

DENILSON GERALDO SAMPAIO REHEM

JURACI CANDEIA DE SOUZA

LUIS CARLOS BOAVENTURA NEVES

LAIS DA COSTA PARANHOS
Secretária.

ATA DA 357a. (TRICENTESIMA QUINQUAGESIMA SETIMA) REUNIÃO ORDINARIA DA DIRETORIA DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO **PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 1974**

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e quatro, às oito horas, na sede social da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central- CODEPLAN, situada no Setor Comercial Sul, Quadra 5, Bloco "C", Lojas 80/90, Brasília - Distrito Federal, realizou-se a 357a. (trigésima quinquagésima sétima) reunião ordinária da Diretoria, sob a presidência do Senhor EVANDRO JOSE DE MACEDO, Superintendente da Empresa, e com a presença dos Senhores Diretores JOSE DE QUEIROZ MESQUITA, e GILBERTO SOBRAL, que está resati arriente, pela Diretoria de Execução Operacional, em substituição ao titular da DIREX, Senhor OSVALDO JANOT FILHO, QUE SE ENCONTRA EM VIAGEM A SERVIÇO DESTA Companhia. Inicialmente, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e determinou que se processe à leitura da Ata da Reunião anterior que, posta em discussão, foi por unanimidade aprovada. Em prosseguimento, foram apreciados os processos constantes da pauta, a saber: 1) Processo nº 928/74-REF: CONTRATAÇÃO DO SENHOR AILTON SILVA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO SEGRAF/COLED/DIREX, tendo a Diretoria adotado a seguinte DECISÃO: "A Diretoria DECIDE, autorizar a contratação do Senhor AILTON SILVA, para prestar serviços de AUXILIAR GRÁFICO ao SEGRAF/COLED/DIREX, a partir de 11 (onze) de novembro em curso e pelo prazo de 90 (noventa) dias, sob a remuneração total de Cr$ 3 803,82 (três mil, oitocentos e três cruzeiris e oitenta e dois centavos), pagáveis em 03 (três) parcelas mensais, iguais e sucessivas de Cr$ 1 267,94, (hum mil, duzentos e sesssenta e sete cruzeiros e noventa e quatro centavos), vencendo-se a primeira trinta dias após a assinatura do respectivo contrato. Fica autorizada a contratação acima, nos termos do art. 25, da Resolução nº 09/72, do Egrégio Conselho de Administração desta Companhia, bem como na forma do que dispõe a alínea "f", do art. 3º, da Resolução nº 04/71, com as alterações processadas pela Resolução nº 13/73, do referido Conselho. AUTORIZA, também, o acréscimo do valor de Cr$ 213,88 (duzentos e treze cruzeiros e oitenta e oito centavos), à despesa supramencionada, referente aos Encargos Sociais do citado contrato. Relator: Diretor JOSE DE QUEIROZ MESQUITA". 2) Processo nº 935/74 REF: CONTRATAÇÃO DO ECONOMISTA CARLOS ALBERTO DE MACEDO PARA A PRESTAÇÃO DE **SERVIÇOS** A DIPLA, tendo a Diretoria adotado a seguinte DECISÃO: "A Diretoria DECIDE autorizar a contratação do Ecnomista CARLOS ALBERTO DE MACEDO;: POR SERVIÇOS PRESTADOS: TENDO EM VISTA **PROPOSIÇAO** DA DIPLA para dar continuidade ao trabalho' COEFICIENTES TECNICOS PARA MENSURAÇÃO DO NIVEL DE MEPREGO ATUAL E FUTURO DO SETOR CONSTRUÇÃO CIVIL DO DF". A presente contratação tem a duração de 120 (cento e vinte) dias e a respectiva jornada diária será de 03:00 (três) horas, das **08:00 (oito) às 11:00 (onze) horas,** de segunda a sexta-feira, sob a remuneração total de Cr$ 9 000,00 (nove mil cruzeiros), pagáveis, em quatro parcelas iguais e sucessivas de Cr$ 2 250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta cruzeiros), vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato. Fica autorizada a contratação acima, nos termos do art. 25, da Resolução nº 09/72, do Egrégio Conselho de Administração desta Companhia, bem como na forma do que dispõe a alínea "f", do art. 3º, da Resolução nº 04/71, com as alterações pocessadas pela Resolução nº 13/73, ambas do referido Conselho. AUTORIZA, também, o **acréscimo do valor de Cr$478,88** (quatrocentos e setenta e oito cruzeiros e oitenta e oito centavos), à depesa supramencionada, referente aos Encargos Sociais do citado contrato. Relator: Diretor **GILBERTO** SOBRAL". 3) Processo nº 936/74 REF: CONTRATAÇÃO DE TECNICOS PARA A PRESTAÇÃO **DE SERVIÇO A DEREX, tendo** a Diretoria adotado a seguinte DECISÃO: "A Diretoria DECIDE autorizar a contratação,

por serviços prestados, tendo em vista proposição da DIREX, das pessoas a seguir relacionadas, para integrar a equipe que realiza trabalhos de Modernização Administrativa do Departamento de Trânsito do DF- DETRAN, pelo prazo de 90 (noventa) dias conforme proposta do Técnico MÁRIO TOMELIN, contratado pela CODEPLAN, para dar continuidade aos trabalhos de Consultoria e Assistência Técnica àquele Projeto, conforme "DECISÃO" deste Colegiado em sua 354a. (tricentésima quinquagésima quarta) reunião ordinária realizada no dia 05 (cinco) do mês em curso, referente ao Processo nº 868/74 sendo: a) GERCY BRASIL CARDOSO, Bacharel, em Administração, sob a remuneração total de Cr 9.000,00(nove mil cruzeiros) b) TEOBALDO GOMES PARENTE FILHO, Bacharel em Administração, também sob a remuneração total de Cr$ 4 500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros). O pagamento será feito da seguinte forma: a) 40% (quarenta por cento) na assinatura do contrato b) 30% (trinta por cento) decorridos 60 (sessenta) dias da assinatura do contrato, e c) 30% (trinta por cento), na entrega do trabslho concluído pela referida equipe e consequente aprovação pela CODEPLAN, Ficam autorizadas as contratações acima, nos termos do art. 25. da Resolução nº 09/72, do Egrégio Conselho de Administração desta Companhia, bem como na forma do que dispõe o art. 10, da Resolução nº 04/71, com as alterações processadas pela Resolução nº 13/73, ambas do referido Conselho. AUTORIZA, também, o acréscimo do valor de Cr$ 1 257,48 (hum mil, duzentos e cinquenta e sete cruzeiros e quarenta e oito centavos) às despesas supramencionadas, referentes aos Encargos Sociais dos citados contratos. Relator: Diretor JOSE DE QUEIROZ MESQUITA". 4) Processo nº 940/74 Ref: REAJUSTAMENTO DE 10% PARA OS SERVIDORES, A PARTIR DE 1º de DEZEMBRO DE 1974, tendo a Diretoria adotado a seguinte DECISÃO: "A Diretoria encaminha a proposição do Diretor Administrativo ao Egrégio Conselho de Administração, pronunciando-se pela sua aprovação. Relator: Diretor JOSE DE QUEIROZ MESQUITA". Em seguida, os Senhores Diretores tomaram conhecimento do MEMO. nº 28/74- de 25.11.74, a eles dirigido pelo Senhor Superintendete da Companhia, comunicando que estará ausente no período de 26 (vinte e seis) a 30 (trinta) do corrente mês de novembro, a fim de participar do I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE TRANSITO, em realização na cidade de São Paulo - SP. O. Diretor GILBERTO SOBRAL, na forma do que dispõe o artigo 26 (vinte e seis), dos Estatutos Sociais da Empresa, substituirá o Snhor Superintendente durante o seus afastamento, conforme o deliberado por este Colegiado em sua 269a. (ducentésima sexagésima nona) reunião ordinária realizada em 13 (treze) de março de 1973, (mil novecentos e setenta e três). Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião, da qual, para constar, eu, LAIS DA COSTA PARANHOS, Secretária, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Diretores presentes.

EVANDRO JOSE DE MACEDO
JOSE DE QUEIROZ MESQUITA
GILBERTO SOBRAL
LAIS DA COSTA PARANHOS
Secretária

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 177/74-CEST

O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 88, Inciso II, do Regimento da SEA, aprovado pelo Decreto nº 2250, de 08 de maio de 1973.
RESOLVE:
Designar ADONIAS DOS REIS SANTIAGO, Agente Fiscal de Tributos "B", Matrícula 6 276; RUI SERGIO PAVARINO, Assistente de Seleção, Matrícula 18 126 e CEZAR WAGNER DE LIMA GÓIS, Assistente de Seleção, Matrícula, 18 121,
para, sob a presidencia do primeiro, comporem a Banca Examinadora da Prova Específica para Acesso no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, na Série de Classes de Técnico de Mecanização, conforme Edital nº 110/74-CEST.
Brasília, 10 de dezembro de 1974
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 178/74-CEST

O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 88, Inciso II, do Regimento da SEA, aprovado pelo Decreto nº 2250, de 08 de maio de 1973.
RESOLVE:
Designar CÉZAR WAGNER DE LIMA GÓIS, Assistente de Seleção, Matrícula 18 121; RUI SÉRGIO PAVARINO, Assistente de Seleção, Matrícula 18 126 e IZIDORO MALDONADO, Pintor Chapista,
para, sob a presidência do primeiro, comporem a Banca Examinadora da Prova Específica para Acesso no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, na Série de Classes de Pintor, conforme Edital nº 110/74-CEST.
Brasília, 10 de dezembro de 1974
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 179/74-CEST

O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 88, Inciso II, do Regimento da SEA, aprovado pelo Decreto nº 2250, de 08 de maio de 1973.
RESOLVE:
Designar RAYMUNDO RODRIGUES CHAVES, Chefe do Serviço de Recebedoria, Matrícula 1 836; RUI SÉRGIO PAVARINO, Assistente de Seleção, Matrícula 18 126 e SILVIA NANCI BERTAZI VIANA, Assistente de Seleção, Matrícula 8 571,
para, sob a presidência do primeiro, comporem a Banca Examinadora da Prova Específica para Acesso no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, na Série de classes de Caixa, conforme Edital nº 110/74-CEST.
Brasília, 10 de dezembro de 1974.
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 180/74-CEST

O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 88, Inciso II, do Regimento da SEA, aprovado pelo Decreto nº 2250, de 08 de maio de 1973.
RESOLVE:
Designar JOSÉ MARIA LAMOGLIA, Engenheiro Eletricista; CÉZAR WAGNER DE LIMA GÓIS. Assistente de Seleção, Matrícula 18 121 e SILVIA NANCI BERTAZI VIANA, Assistente de Seleção, Matrícula 8 571,
para, sob a presidência do primeiro, comporem a Banca Examinadora da Prova Específica para Acesso no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, na Série de Classes de Inspetor Eletrotécnico e Eletricista Instalador, conforme Edital nº 110/74-CEST.
Brasília, 10 de dezembro de 1974
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 181/74-CEST

O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 88, Inciso II, do Regimento da SEA, aprovado pelo Decreto nº 2250, de 08 de maio de 1973.
RESOLVE:
Designar CECILIA FUZIKO TSUKIGIMA, Farmacêutica, Matrícula 5 998; RUI SÉRGIO PAVARINO, Assistente de Seleção, Matrícula 18 126 e SILVIA NANCI BERTAZI VIANA, Assistente de Seleção, Matrícula 8 571,
para, sob a presidência da primeira, comporem a Banca Examinadora da prova Específica para Acesso no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, na Série de Classes de Auxiliar de Enfermagem, conforme Edital nº 110/74-CEST.
Brasília, 10 de dezembro de 1974
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 182/74-CEST

O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 88, Inciso II, do Regimento da SEA, aprovado pelo Decreto nº 2250, de 08 de maio de 1973.
RESOLVE:
Designar JOAQUIM JOSÉ DE SÁ, Técnico de Laboratório, Matrícula 16 944; NAJARI JOSÉ COSTA, Técnico de Laboratório, Matrícula 16 948 e OLAVO DE PAULA OLIVEIRA, Técnico de Laboratório, Matrícula 16 945,
para, sob a presidência do primeiro, comporem a Banca Examinadora da Prova Específica para Acesso no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, na Série de Classes de Técnico de Laboratório e Laboratorista, conforme Edital nº 110/74-CEST.
Brasília, 10 de dezembro de 1974
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 183-CEST
O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 88, Inciso II, do Regimento da SEA, aprovado pelo Decreto nº 2250, de 08 de maio de 1973,

RESOLVE:

Desiçnar RUI SERGIO PAVARINO, Assistente de Seleção, Matrícula 18 126; AMELIA TUKIGIMA, Professora do Ensino Médio, Matrícula 3 728 e JOSE WILSON DA CUNHA, Arquiteto para sob a presidência do primeiro, comporem a Banca Examinadora da Prova Específica para Acesso no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, na Série de Classes de Desenhista, conforme Edital nº 110/74-CEST.
Brasília, 10 de dezembro de 1974
JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 184/74 CEST
O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 88, Inciso II, do Regimento da SEA, aprovado pelo Decreto nº 2250, de 08 de maio de 1973,

RESOLVE:

Designar ÁLVARO TEIXEIRA PINTO, Chefe de Garagem, MOYSÉS ELIAS; Agente de Segurança Judiciária e WILSON ALVES DE ARAUJO, Torneiro Mecânico, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Banca Examinadora, da Prova Específica para Acesso no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, na Série de Classes de Mecânico de Motores à Combustão, Mecânico de Máquinas e Mecânico Operador, conforme Edital nº 110/74-CEST.
Brasília, 10 de dezembro de 1974
JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 185/74 CEST
O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 88, Inciso II, do Regimento da SEA, aprovado pelo Decreto nº 2250, de 08 de maio de 1973,

RESOLVE:

Designar JOSE GOMES PINHEIRO NETO, Engenheiro Agrimensor: SILVIA NANCI BERTAZI VIANA, Assistente, de Seleção, Matrícula 8 571, e CEZAR WAGNER DE LIMA GÓIS, Assistente de Seleção, Matrícula 18121, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Banca Examinadora, da Prova Específica para Acesso no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, na Série de Classes de Condutor de Topografia, conforme Edital nº 110/74 CEST.
Brasília, 10 de dezembro de 1974
JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 186/74 CEST
O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 88, Inciso II, do Regimento da SEA, aprovado pelo Decreto nº 2250, de 08 de maio de 1973,

RESOLVE:

Designar RUI SERGIO PAVARINO, Assistente de Seleção, Matrícula 18 126, CEZAR WAGNER DE LIMA GOIS, Assistente de Seleção, Matrícula 18 121 e SILVIA NANCI BERTAZI VIANA, Assistente de Seleção, Matrícula 8 751, para sob a presidência do primeiro, comporem a Banca Examinadora da Prova Específica para Acesso no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, na Série de Classes de Carpinteiro, Marceneiro e Soldador, conforme Edital nº 110/ cest.
Brasília, 10 de dezembro de 1974
JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Doretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 187/74 CEST
O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 88, Inciso II, do Regimento da SEA, aprovado pelo Decreto nº 2250, de 08 de maio de 1973,
RESOLVE:
DESIGNAR HELDER PINHO TAVARES, Coordenador de Agricultura da ACAR, ACIR GOMES COELHO, Coordenador de Pecuária da ACAR e MARIA ELISA NOGUEIRA DE CARTILHO, Coordenadora deComunicação e Metodologia da ACAR, para sob a presidência do primeiro, comporem a Banca Examinadora da Prova Específica para Acesso no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, na Série de Classes de Operário Rural, Mestre Rural e Técnico Rural, conforme Edital nº 110/74 CEST.
Brasília, 10 de dezembro de 1974
JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 188/74—CEST
O DIRETOR DO CENTRO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, da Secretaria de Administração do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 88, Inciso II, do Regimento da SEA, aprovado pelo Decreto nº 2250, de 08 de maio de 1973.
RESOLVE:
Designar RUI SÉRGIO PAVARINO, Assistente de Seleção, Matrícula 18.126; SILVIA NANCI BERTAZI VIANA, Assistente de Seleção, Matrícula 8.571 e CÉZAR WAGNER DE LIMA GÓIS, Assistente de Seleção, Matrícula 18.121,
para, sob a presidência do primeiro, comporem a Banca Examinadora da Prova Específica para Readaptação no Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, na Série de Classes de Apontador Fiscal, conforme Edital nº 107/74—CEST.

Brasília, 10 de dezembro de 1974.

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Diretor

SECRETARIA DE SAÚDE

PORTARIA DE 12 DE DEZEMBRO DE 1974.

O SECRETARIO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 20, Item XII, do Regimento Interno da Secretaria de Saúde, aprovado pelo Decreto nº. 2372, de 23 de setembro de 1973,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, o servidor ARNALDO PEREIRA DE ALMEIDA, Chefe da Seção de Transporte, FC—08, matrícula nº. 18.087, de Chefe Substituto eventual da Seção Financeira, da Divisão de Administração Geral, desta Secretaria de Saúde, tendo em vista as razões constantes do Processo nº. 108.489/74.

Brasília-DF, 12 de dezembro de 1974

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO
Secretário de Saúde

PORTARIA DE 12 DE DE DEZEMBRO DE 1974.

O SECRETARIO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, item XII, do Regimento Interno da Secretaria de Saúde, aprovado pelo Decreto nº. 2372, de 23 de setembro de 1973,

RESOLVE:
Designar a servidora JULIETA TIVERON, Técnico de Contabilidade nível 15,-C, matrícula nº. 5637, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir, em seus impedimentos eventuais o Chefe da Seção Financeira da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Saúde.
Brasília-DF, 12 de dezembro de 1974.
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO
Secretário de Saúde

PORTARIA DE 17 DE DEZEMBRO DE 1974
O SECRETÁRIO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 20, item XII, do Regimento Interno da Secretaria de Saúde, aprovado pelo Decreto nº 2372, de 21 de setembro de 1973
RESOLVE:
Designar ROMEO PIAZERA, Inspetor Sanitário, nível 14, matrícula 2256, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir no período de 02 a 31 de janeiro de 1975, por motivo de férias, BOLIVAR MANUEL DAS CHAGAS, matrícula 1994, Assessor do Departamento de Fiscalização desta Secretaria de Saúde.
Brasília, 17 de dezembro de 1974
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO
Secretário de Saúde

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

FALTAS RELEVADAS — art 123/Lei 1711/52

Servidor: Jacira M. Soares
Matrícula: 12194
Atestado: 1029/74-BM-HDB
Período: 19.11.74 a 20.11.74

LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAUDE —arts. 97 e 98-Lei 1711/52
Servidor: Alnoisa F. Coelho
Matrícula: 1949
Atestado: 2754/74-SM-CSP
Período: 06.11.74 a 20.11.74
Obs: de 06.11.74 a 08.11.74, são f.r. de acordo com art. 123. da mesma lei.

Servidor: Lourdes de O. Silva
Matrícula: 5174
Atestado: 2715/74-SM-CSP
Período: 31.10.74 a 29.11.74
Obs: de 31.10.74 a 02.11.74, são f.r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

Servidor: Maria B. Lourenço
Matrícula: 5255
Atestado: 1004/74-BM-HDB
Período: 30.10.74 a 31.10.74
Obs: 30.10.74 a 31.10.74
Obs: dia 30.10.74 é f.r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

Servidor: Maria I. Feitosa
Matrícula: 5298
Atestado: 1028/74-BM-HDB
Período: 30.10.74 a 14.11.74
Obs: de 30.10.74 a 01.11.74 são f.r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

Servidor: Marlene F. Araújo
Matrícula: 5386
Atestado: 2835/74-SM-CSP
Período: 08.11.74- a 05.02.75
Obs: de 08.11.74 a 10.11.74, são f.r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

Servidor: Sênia S. Farias
Matrícula: 5554
Atestado: 2844/74-SM-CSP
Período: 18.11.74 a 27.11.74
Obs: de 18.11.74 a 20.11.74, são f.r., de acordo com art. 123 da mesma lei.

Servidor: José P. Lisboa
Matrícula: 5656
Atestado: 978/74-BM-HDB
Período: 01.10.74 a 11.10.74
Obs: de 01.10.74 a 03.10.74, são f.r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

LICENÇA P/TRATAMENTO DE SAUDE — arts. 97 e 98 -Lei 1711/52

Servidor: Hilda Q. Silva
Matrícula: 5741
Atestado: 2712/74-SM-CSP
Período: 22.10.74 a 01.11.74
Obs: de 22.10.74 a 24.10.74, são F. r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

Servidor: Helena L. Giminez
Matrícula: 5753
Atestado: 2805/74-SM-CSP
Período: 13.11.74 a 01.01.75
Obs: de 13.11.74 a 15.11.74, são f.r. de acordo com art.123 da mesma lei.

Servidor: Inês R. Rangel
Matrícula: 5911
Atestado: 2746/74-SM-CSP
Período: 14.10.74- a 12.11.74
Obs: de 14.10.74 a 16.10.74, são f.r. de acordo com art. 123. da mesma lei.

Servidor: Carmosinha S. Pereira
Matrícula: 6002
Atestado: 2742/74-SM-CSP
Período: 04.11.74 a 10.11.74
Obs: 04.11.74 a 06.11.74, são f.r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

Servidor: Bethoven B. Alves
Matrícula: 6032
Atestado: 1010/74-BM-HDB
Período: 08.11.74 a 15.11.74
Obs: De 08.11.74 a 10.11.74 são f.r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

Servidor: Adelaide A. Cardoso
Matrícula: 6157
Atestado: 2761/74-SM-CSP
Período: 04.11.74 a 30.11.74
Obs: de 04.11.74 a 06.11.74, são f.r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

ATOS DO SECRETÁRIO

Servidor: Maria N. C. Silva
Matrícula: 6169
Atestado: 1033/74-BM-HDB
Período: 19.11.74 a 22.11.74
Obs: de 19.11.74 a 21.11.74, são f.r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

Servidor: Edite R. S. Cavalcante
Matrícula: 6026
Atestado: 2850/74-SM-CSP
Período: 08.11.74 a 12.11.74
Obs: de 08.11.74 a 10.11.74, são f.r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

PRORROGAÇÃO DE LICENÇA - arts. 93,97 e 98 - Lei 1711/52.

Servidor: Maria F. de Souza
Matrícula: 5282
Laudo: 2310/74-SM-CSP
Período: 31-10-74 a 05.11.74

Servidor: Maria José Pinheiro
Matrícula: 05.312
Laudo: 2347/74-SM-CSP
Período: 07.11 a 06.12.74

Servidor: Vitória Maria Silva
Matrícula 5596
Atestado: 1006/74-BM-HDB.
Período: 05.11.74.

Servidor: João Melo Aragão
Matrícual: 5711
Atestado: 1015/74-BM-HDB
Período: 09.11.74 a 08.12.74.

Servidor: João Bosco Vieira Nuvem
Matrícula: 05718
Laudo: 23 87/74—SM—CSP
Período: 15.11.74 a 13.01.75.

Servidor: Jacira Onofre Medeiros da Costa
Matrícula: 5736
Atestado: 1032/74-BM-HDB.
Período: 10.11.74 a 17.11.74

Servidor: Gasparina de Oliveira Brito
Matrícula: 5781
Atestado: 1041-BM-HDB
Período: 19.11.74

Servidor: Francisca Pereira da Silva
Matrícula: 5795
Atestado: 996-BM-HDB
Período:02.11.74 a 01.12.74

Servidor: Isaurina Sena de Oliveira
Matrícula: 5892
Laudo: 2.273-SM-CSP
Período: 01.11.74 a 20.11.74

Servidor: Iraides de Godoy
Matrícula: 5900
Atestado: 999/74-BM-HDB.
Período: 04.11.74 a 03.12.74

Servidor: Diva Soares Ferreira
Matrícula: 5937
Atestado: 2745/74-BM-CSP
Período: 31.10 a 04.11.74

Servidor: Dirce P. da Silva
Matrícula: 5938
Laudo: 2349/74-SM-CSP
Período: 08.10.74 a 05.01.75

Servidor: Creusa M. Rocha
Matrícula: 5965
Atestado: 1003/74-BM-HDB
Período: 05.11.74

Servidor: Clemência A. Pinheiro
Matrícula: 5975
Atestado: 1018/74 - BM-HDB
Período: 12.11.74 a 01.12.74

Servidor: Clarina M. Miranda
Matrícula: 5978
Atestado: 2854/74-SM-CSP
Período: 06.11.74

Servidor: Augustinho P. Machado
Matrícula: 6041
Atestado: 1027/74-BM-HDB
Período: 12.11.74 a 26.11.74

Servidor: Arlindo M. Cavalcante
Matrícula: 6053
Laudo: 2375/74-SM-CSP
Período: 16.11.74 a 30.11.74
Servidor: Aparecida dos Santos
Matrícula: 6058
Atestado: 995/74-BM-HDB
Período: 25.10.74 a 23.11.74

Servidor: Andy S. M. Menezes
Matrícula: 6102
Atestado: 2849/74-SM-CSP
Período: 14.10.74 a 17.10.74

Servidor: Adélia V. Dantas
Matrícula: 6152
Atestado: 1008/74-BM-HDB
Período: 04.11.74 a 06.11.74

Servidor: Joselita B. Tavares
Matrícula: 6246
Atestado: 2772/74-SM-CSP
Período: 06.11.74 a 18.11.74

LICENÇA P/ TRATAMENTO DE SAUDE - arts. 97 e 98 Lei 1711/52.

Servidor: Edeltrudes L. Passos
Matrícula : 11401
Atestado: 2081/74-SM-CSP
Período : 11.11.74 a 25.11.74
Obs. de 11.11.74 a 13.11.74, são f.r.de acordo com art. 123 da mesma lei.
Servidor : Ana Pereira
Matrícula : 11721
Atestado : 2728/74—SM—CSP
Período : 04.11.74 a 23.74
Obs: de 04.11.74 a 06.11.74, são f.r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

PRORROGAÇÃO DE LICENÇA—arts. 93,97 e 98—Lei 1711/52.

Servidor : Raimundo A. Oliveira
Matrícula : 0667
Atestado : 2780/74—SM—CSP
Período : 05.11.74 a 19.1174

Servidor : Expedito R. Nascimento
Matrícula : 2505
Laudo : 23—88/74—SM—CSP
Período : 13.11.74 a 10.02.75

Servidor : Leandrino G. Manso
Matrícula : 2774
Laudo : 2304/74—SM—CSP
Período : 16.11.74 a 03.02.75

Servidor : Manoel M. Ribeiro
Matrícula : 5217
Atestado : 2789/74—SM—CSP
Período : 10.11.74 a 09.12.74

Servidor : Maria A. P. Albuquerque
Matrícula : 5243
Atestado: 1001/74-SM-CSP
Período : 08.11.74 a 10.11.74

Servidor : Maria A. P. Albuquerque
Matrícula : 5243
Atestado :1012/74—SM—CSP
Atestado : 11.11.74 a 10.03.75

Servidor : Maria A. N. Silva
Matrícula : 5253
Atestado : 2778/74—SM—CSP
Período : 05.11.74 a 08.11.74

Servidor : Maria D.B. Coqueiro
Matrícula : 5276
Laudo : 2333/74—SM—CSP
Período : 27.10.74 a 25.12.74

PRORROGAÇÃO DE LICENÇA - Arts 93, 97 e 98
Lei - 1711/52

Servidor: Leticia Porto Ferreira
Matrícula: 06997
Laudo: 2384/74-SM-CSP
Período: 06.11.74 a 30.11.74

Servidor: Maria Mirtes Pereira Santos
Matrícula: 7.129
Atestado: 2829/74-BM-HDB.
Período: 05.11.74 a 12.11.74

Servidor: Nila Cardoso da Silva
Matrícula: 7436
Atestado: 1021/74 BM-HDB
Período: 16.11.74 a 30.11.74

Servidor: Rosenir Miranda Silva
Matrícula: 7527
Atestado: 1025/74-BM-HDB
Período: 03.11.74 a 05.11.74

Servidor: Nicéia de Melo Vaz
Matrícula: 8089
Laudo: 2322/74-SM-CSP
Período: 01.11.74 a 03.01.75

Servidor: Nadir de Souza Cordeiro
Matrícula: 8135
Atestado: 2716/74-SM-CSP
Período: 04.06.74 a 13.06.74

Servidor: Maria Amélia Fagundes
Matrícula: 08186
Atestado: 2738/74-SM-CSP
Período: 04.11.74 a 27.11.74

Servidor: Abadia Joana Vilela
Matrícula: 08497
Atestado: 2853/74-SM-CSP
Período: 19.11.74 a 22.11.74

Servidor: Jucilneide Drumond Pontes
Matrícula: 08604
Atestado: 2777/74-SM-CSP
Período: 05.11.74 a 11.11.74

Servidor: Elvira Batista Machado
Matrícula: 8879
Atestado: 1035/74-BM-HDB.
Período: 14.11.74
Servidor: José Joza de Melo
Atestado: 2821/74-SM-CSP
Matrícula: 09418
Período: 09.11.74 a 14.11.74

LICENÇA P/ TRATAMENTO DE SAUDE—arts: 97 e 98—Lei 1711/52.

Servidor : Maria I. Pinto
Matrícula : 6943
Atestado : 2848/74—SM—CSP
Período : 04.11.74 a 13.11.74
Obs: de 04.11.74 a 06.11.74, são f.r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

Servidor : Jonas F. Carvalho
Matrícula : 6960
Atestado : 2831774—SM—CSP
Período : 11.11.74 a 20.11.74
Obs: de 11.11.74 a 13.11.74, são f.r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

Servidor : Maria M. P. Santos
Matrícula : 7129
Atestado :2823/74—SM—CSP
Período :13.11.74 a 02.12.74
Obs: de 13.11.74 a 215.11.74, são f.r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

Servidor : Nila C. da Silva
Marícula : 7436
Atestado : 998/74—SM—HDB
Período : 01.11.74 a 15.11.74
Obs: de 01.11.74 a 03.11.74, são f.r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

Servidor : Natal N. de Oliveira
Marícula : 7480
Atestado: 1007/74—BM—HDB
Período : 07.11.74 a 21.11.74
Obs: de 07.11.74 a 09.11.74, são f.r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

Servidor : Geraldo F. Martins
Matrícula : 7522Atestado : 1009/74—BM—HDB
Período : 07.11.74 a 26.11.74
Obs: de 07.11.74 a 09.11.74, são f.r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

Servidor : Mauro C. Ribeiro
Matrícula : 7542
Atestado : 2760/ 74—SM—CSP
Período : 06.11.74 a 13.11.74
Obs: de 06.11.74 a 08.11.74, são f.r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

Servidor : Luiz Z. F. Leão
Matrícula : 9243
Atestado : 1026/74—BM—HDB
Período : 01.09.74 a 30.11.74
Obs: de 01.09.74 a 03.09.74, são f.r. de acordo com art. 123 da mesma lei.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO Nº 41/74

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere a alínea D, do Art. 31, do Regimento desta Entidade,

RESOLVE:

Designar os servidores JOSELINO JOSÉ DE MOURA, matrícula nº 60.085, Chefe da Unidade de Serviço de Pronto Socorro do 1º Hospital Distrital de Brasília, EC—05, ALFREDO NADER FILHO, matrícula nº 6.133, Assessor Administrativo da Diretoria Executiva, EC—03 e HENRIQUE PEREIRA DA CUNHA, matrícula nº 4.965, Chefe da Seção de Administração da Unidade de Saúde do Guará, EC—08, para, sob a presidência do primeiro, constituirem Comissão destinada a proceder ao levantamento das necessidades do Pronto Socorro do 1º Hospital Distrital de Brasília, nos setores de material e pessoal.

Brasília-DF, 6 de 12 de 1974.

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

INSTRUÇÃO

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Art. 31, letra D, do Regimento desta Entidade,

RESOLVE

designar ANTONIO DE GOUVEIA HENRIQUE FILHO, Médico, nível 14 matrícula nº 00941, desta Fundação, para Instrutor de Ensino da Unidade de Cirurgia Geral da Divisão Médica do Hospital L-2 Sul.

Brasília, 10 de dezembro de 1.974

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

INSTRUÇÃO

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Art. 31, letra D, do Regimento desta Entidade,

RESOLVE:

designar LUIZ TORREÃO BRAZ, Médico, nível 14, matrícula nº. 06408, desta Fundação, para Instrutor de Ensino da Unidade de Clínica Médica da Divisão Médica do Hospital Distrital L—2 Sul.
Brasília, 10 de dezembro de 1.974,

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

INSTRUÇÃO:

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Art. 31, letra D, do Regimento desta Entidade,

RESOLVE:

designar JOSÉ TOMAZ VILELA VIERA, Médico, nível 14, matrícula nº 01307, desta Fundação, para Instrutor de Ensino da Unidade de Gineco-Obstetrícia da Divisão Médica do Hospital Distrital L-2 Sul.

Brasília, 10 de dezembro de 1 974

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

INSTRUÇÃO
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere a letra "e", do Art. 31, do Regimento desta Entidade,
RESOLVE
dispensar MARIA SUELY SUSSUARANA CAMPOS, Auxiliar de Administração, nível 09, matrícula nº 04861, desta Fundação, de Substituta do Secretário do Diretor da Divisão de Orçamento do Departamento Econômico e Financeiro, Símbolo EC-12.
Brasília, 06 de dezembro de 1.974.
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

INSTRUÇÃO

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere a letra "f", do Art. 32, do Regimento desta Entidade,
RESOLVE
designar ADERSON GOMES DE ALMEIDA, Auxiliar de Administração, nível 09, matrícula nº 06857, desta Fundação para substituir a Secretária do Diretor do Centro de Orientação Médico-Psicopedigógica, Símbolo EC—12.
Brasília, 06 de dezembro de 1.974
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

INSTRUÇÃO

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando da atribuição que lhe confere a letra "f", do Art. 32, do Regimento desta Entidade,
RESOLVE
designar NILDA LUCENA DEUSDARÁ, Secretária da Divisão do Material do Departamento de Administração, matrícula nº 00244, desta Fundação, para substituir o Diretor Substituto da Divisão do Material-DA, Símbolo EC-03, no período de 06/12/74 a 30/12/74.

Brasília, 05 de dezembro de 1974.
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO.

INSTRUÇÃO

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando da atribuição que lhe confere a letra "f", do Art. 32, do Regimento desta Entidade,
RESOLVE:
designar MARLENE PEREIRA DE MATOS, Escriturário, nível 07, matrícula nº 07712, desta Fundação, para substituir o Secretário da Divisão de Contabilidade do Departamento Econômico e Financeiro, Símbolo EC-12, em suas faltas ou impedimentos eventuais.
Brasília, 06 de dezembro de 1.974.
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

INSTRUÇÃO
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere a letra "f" do Art. 32, do Regimento desta Entidade,
RESOLVE:
designar ROBERTO RONALD DE ALMEIDA CARDOSO, nível 14, matrícula nº 00435, desta Fundação, para responder pela Chefia da Unidade de Alergia e Imunologia do 1º Hospital Distrital de Brasília, Símbolo EC-06,
Brasília, 06 de dezembro de 1.974
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

INSTRUÇÃO
O PRESIDENTE A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando da atribuição que lhe confere a letra "f" do Art. 32, do Regimento desta Entidade,
RESOLVE:
designar LUZIA PEREIRA DOS SANTOS, Agente de Seleção, nível 10, matrícula nº 04798, desta Fundação, para substituir a Secretária do Diretor da Divisão de Orçamento do Departamento Econômico e Financeiro, Símbolo EC-12, em suas faltas ou impedimentos eventuais.
Brasília, 06 de dezembro de 1.974.
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

INSTRUÇÃO
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSTILAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Art. 31, letra "d", do Regimento desta Entidade,
RESOLVE:
designar MERCIA LOPES TORQUATO, Médico, nível 14, matrícula nº 01345, desta Fundação, para Instrutora da Unidade de Pediatria e Higiene Infantil da Divisão Médica do Hospital Distrital L-2 Sul.
Brasília, 10 de dezembro de 1974.
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

INSTRUÇÃO

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando da atribuição que lhe confere a letra "f", do Art. 32, do Regimento desta Entidade,
RESOLVE
designar SEVERINO ROCHA ARAUJO, Bombeiro Especializado, nível 10, matrícula nº 01445, desta Fundação, para substituir o Chefe da Seção de Hidráulica da Divisão de Manutenção do Departamento de Administração, Símbolo EC-11, em sua faltas ou impedimentos eventuais.
Brasília, 10 de dezembro de 1974
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

INSTRUÇÃO

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere a letra "f", do Art. 32, do Regimento desta Entidade,
RESOLVE:
designar MERCIA LOPES TORQUATO, Médico, nível 14, matrícula nº 01345, desta Fundação, para Instrutora da Unidade de Pediatria e Higiene Infantil da Divisão Médica do Hospital Distrital L-2 Sul.
Brasília, 10 de dezembro de 1974.
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

INSTRUÇÃO
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Art. 31, letra "d", do Regimento desta Entidade,
RESOLVE
designar ROSA MARIA COLINS MARIZ, Médico, nível 14, matrícula nº 01326, desta Fundação, para Instrutora da Unidade de Pediatria e Higiene Infantil da Divisão Médica do Hospital Distrital L-2 Sul.
Brasília, 10 de dezembro de 1974
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

INSTRUÇÃO
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando da atribuição que lhe confere o Art. 32, letra, "f", do Regimento desta Entidade,
RESOLVE
designar JOSÉ ASSIS GOMES, Escriturário, nível 07, matrícula 04442, desta Fundação, para substituir o Chefe da Seção de Eletricidade Médica da Divisão de Manutenção do Departamento de Administração, Símbolo EC-09, em suas faltas ou impedimentos eventuais.
Brasília, 10 de dezembro de 1974.
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

INSTRUÇÃO
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. nº 31, letra, "d", do Regimento desta Entidade.
RESOLVE
designar MARIA RITA MOREIRA LIMA, Técnica de Mecanização, nível 14, matrícula nº 9959, do Governo do Distrito Federal, para exercer o Emprego em comissão, Símbolo EC-3, de Assessora Administrativa da Diretoria Executiva.
Brasília, 09 de dezembro de 1974
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

INSTRUÇÃO
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando da atribuição que lhe confere a letra "f" do Art. 32, do Regimento desta Entidade.
RESOLVE
designar ANTONIO CARLOS SILVA PEIXOTO, Médico, nível 14, matrícula nº 07277, desta Fundação, para substituir o Chefe da Unidade Clínica Médica do Hospital Distrital L-2, Simbolo EC—07, em suas faltas ou impedimentos eventuais.
Brasília, 11 de dezembro de 1974
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

INSTRUÇÃO

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Art. 31, letra D, do Regimento desta Entidade,

RESOLVE

DESIGNAR MANOEL CARVALHO BRANCO NETO, Médico, nível 14, matrícula nº 00894, desta Fundação, para Instrutor de Ensino da Unidade de Gínecologia Obstetrícia da Divisão Médica do Hospital Distrital L-2 Sul.

Brasília, 10 de dezembro de 1.974Ç

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

INSTRUÇÃO

O PRESIDENTE D FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando da atribuição que lhe confere a letra F, do Art. 32, do Regimento desta Entidade.

RESOLVE:
designar ANTONIO SANTOS DINIZ, Médico, nível 14, matrícula nº 00801, desta Fundação, para responder pela Chefia da Unidade de Cardiologia e Angiologia da Divisão Médica do Hospital Distrital de Taguatinga, Símbolo EC-06.
Brasília, 10 de dezembro de 1.974.
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

INSTRUÇÃO
O PRESIENTEDA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando da atribuição que lhe, confere a letra F, do Art. 32, do Regimento Desta Entidade.

RESOLVE:

desgnar WILSON GABRIEL FARAGNO, Engenheiro,nível-fa.1.01.22, matrícula nº 4502, servidor do Governo do Distrito Federal,, para substitur o Chefe do Serviço de Obras da Divisão de Obras e Patrimônio do Departamento de Administração, Símbolo EC-06, em suas faltas ou impedimentos eventuas.

Brasília, 10 de dezembro de 1 974

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇAO Nº. 67/74

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 386ª. Sessão Ordinária, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14 alinea "m" dos Estatutos,

RESOLVE:

apoiado no Parecer apresentado pelo Conselho Fiscal da Fndação Hospitalar do Distrito Federal, constante de folhas 03 do Processo nº. 10.081/74, aprovar o Balancete Orçamentário e Financeiro e o Demonstrativo da Receita e Despesa, referentes ao mês de setembro de 1974.

Brasília, 5 de dezembro de 1974.

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

HURANDIR MESQUITA MOTTA
LUIZ HENRIQUE FERREIRA HORTA
OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES
PEDRO CARAM ZUQUIM
VICENTE DE PAULA ARAUJO

RESOLUÇAO No. 68/74

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 386a. Sessão Ordinária, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. — Ficam rejustados em 10% (dez por cento) os valores dos símbolos dos empregos em comissão e dos níveis dos empregos permanentes da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.
Art. 2o. — Permanecem inalteradas as tabelas numéricas de Empregos em Comissão e Empregos Permanentes vigentes.
Art. 3º.— Os efeitos financeiros desta Resolução, retroagem a 1o. de dezembro de 1974.

Brasília, 5 de dezembro de 1974.
Newton Muylaert de Azevedo
Pedro Caram Zuquim
Luiz Henrique Ferreira Horta
Olympio Bandeira da Silva Cascaes
Vicente de Paula Araujo

RESOLUÇAO Nº. 69/74

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇAO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 80ª. Sessão Extraordinária, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo 16.349, e

Considerando a exposição do Sr. Presidente da FHDF, e tendo em vista tratar-se do evento não incluido na programaçao da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

RESOLVE:

autorizar o Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a contratar, obedecidas as normas legais, o serviço de coquetel a ser oferecido aos concluintes de Residência Medica no Centro d Estudos da FHDF, a realizar-se nesta Capital, no dia 12 do corrente.

Brasília, 10 de dezembro de 1974
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO
HURANDIR MESQUISTA MOTTA
LUIZ HENRIQUE FERREIRA HORTA
OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES
PEDRO CARAM ZUQUIM.

RESOLUÇÃO Nº 72/74

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 81a. Sessão Extraordinária, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a", artigo 14 dos Estatutos

R E S O L V E:

aprovar a reformulação orçamentária objeto do processo nº 10.366/74—FHDF.

Brasília, 18 de dezembro de 1974.

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

HURANDIR MESQUITA MOTTA

LUIZ HENRIQUE FERREIRA HORTA

OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES

PEDRO CARAM ZUQUIM
VICENTE DE PAULA ARAUJO

F. H. D. F.
FLS 03
PRO: 10.366/
RUB

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL - F.H.D.F.

REFORMULAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1974

NOVEMBRO - 74

R E C E I T A			D E S P E S A		
CATEGORIAS ECONÔMICAS - FONTES	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA	PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETOS	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
1.0.0.00 - RECEITAS CORRENTES			PROGRAMA 15 - SAÚDE E SANEAMENTO		
1.3.0.00 - RECEITA INDUSTRIAL	59.000.000,00	59.000.000,00	SUBPROGRAMA 05 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR GERAL		
1.4.0.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			FHDF 2.038 - Manutenção das Atividades Médico-Hospitalares	228.870.000,00	235.120.000,00
Contribuições do G.D.F.	149.520.000,00	155.770.000,00	FHDF 1.045 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Hospitalares	6.750.000,00	7.500.000,00
1.5.0.00 - RECEITAS DIVERSAS	1.000.000,00	1.000.000,00	FHDF 1.046 - Reequipamento das Unidades Hospitalares e Serviços Auxiliares	10.000.000,00	10.000.000,00
"SUPERAVIT FINANCEIRO"	33.600.000,00	33.600.000,00	FHDF 1.047 - Equipamento do Pronto Socorro do 1º HDB	9.800.000,00	9.800.000,00
2.0.0.00 - RECEITAS DE CAPITAL			FHDF 1N059 - Conclusão do Pronto Socorro do 1º HDB	13.091.776,24	13.091.776,24
2.4.0.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			FHDF 1.01 - Prosseguimento das Obras de Construção do 3º H.D.B.	2.000.000,00	2.000.000,00
2.4.2.00 - Auxílios do G.D.F.	27.391.776,24	28.141.776,24			
TOTAL DA RECEITA	270.511.776,24	277.511.776,24	TOTAL DA DESPESA	270.511.776,24	277.511.776,24

PROJETOS - ATIVIDADES DENOMINAÇÃO	E L E M E N T O S									TOTAL GERAL
	1) 3.1.1.0	2) 3.1.2.0	3.1.3.0	3) 3.1.4.0	4) 3.1.5.0	5) 3.2.5.0	6) 3.2.7.0	7) 4.1.1.0	4.1.3.0	4.2.1.0	
FHDF 2.038 Manutenção das Atividades Médico-Hospitalares	131.500.000,00	46.100.000,00	21.300.000,00	1.200.000,00	500.000,00	28.020.000,00	6.500.000,00	-	-	-	235.120.000,00
FHDF 1.045 Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Hospitalares	-	-	-	-	-	-	-	7.500.000,00	-	-	7.500.000,00
FHDF 1.046 Reequipamento das Unidades Hospitalares e Serviços Auxiliares	-	-	-	-	-	-	-	-	7.000.000,00	3.000.000,00	10.000.000,00
FHDF 1.047 Equipamento do Pronto Socorro do 1º H.D.B.	-	-	-	-	-	-	-	-	7.200.000,00	2.600.000,00	9.800.000,00
FHDF 1N059 Conclusão do Pronto Socorro do 1º H.D.B.	-	-	-	-	-	-	-	13.091.776,24	-	-	13.091.776,24
FHDF 1.01 Prosseguimento das Obras de Construção do 3º HDB	-	-	-	-	-	-	-	2.000.000,00	-	-	2.000.000,00
TOTAIS	131.500.000,00	46.100.000,00	21.300.000,00	1.200.000,00	500.000,00	28.020.000,00	6.500.000,00	22.591.776,24	14.200.000,00	5.600.000,00	277.511.776,24

DEMONSTRATIVO

		SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
1) - 3.1.1.0	Pessoal	130.000.000,00	131.500.000,00
2) - 3.1.2.0	Material de Consumo	43.250.000,00	46.100.000,00
3) - 3.1.4.0	Encargos Diversos	1.600.000,00	1.200.000,00
4) - 3.1.5.0	Despesas de Exercícios Anteriores	700.000,00	500.000,00
5) - 3.2.5.0	Contribuições de Previdência Social	26.520.000,00	28.020.000,00
6) - 3.2.7.0	Diversas Transferências Correntes	5.500.000,00	6.500.000,00
7) - 4.1.1.0	Obras Públicas	21.841.776,24	22.591.776,24
	TOTAIS	229.411.776,24	236.411.776,24

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL - FHDF

REFORMULAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1974

NOVEMBRO - 74

PROJETOS - ATIVIDADES DENOMINAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
	G.D.F.	PRÓPRIOS	
FHDF 2.038 - Manutenção das Atividades Médico-Hospitalares	155.770.000,00	79.350.000,00	235.120.000,00
FHDF 1.045 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Hospitalares	6.250.000,00	1.250.000,00	7.500.000,00
FHDF 1.046 - Reequipamento das Unidades Hospitalares e Serviços Auxiliares	7.000.000,00	3.000.000,00	10.000.000,00
FHDF 1.047 - Equipamento do Pronto Socorro do 1º H.D.B.	1.800.000,00	8.000.000,00	9.800.000,00
FHDF 1N059 - Conclusão do Pronto Socorro do 1º H.D.B.	13.091.776,24	-	13.091.776,24
FHDF 1.01 - Prosseguimento das Obras de Construção do 3º H.D.B.	-	2.000.000,00	2.000.000,00
T O T A I S	183.911.776,24	93.600.000,00	277.511.776,24

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇAO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

ORDEM DE SERVIÇO DE 02/12/1.974

A CHEFE DA SEÇAO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Viação e Obras do Governo do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 27 alínea "a" do Decreto "N" nº. 428 de 28 de julho de 1.965,

RESOLVE:

mandar, PAULO DO NASCIMENTO, Servente, nível 05, matrícula 16.842, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício no Departamento de Arquitetura e Urbanismo-GDF, nesta Secretaria.

AMÉLIA DOS PASSOS LIMA DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal
DAG/SVO

ORDEM DE SERVIÇO DE 02/12/1974

A CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Viação e Obras do Governo do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 27 alínea "a" do Decreto "N" nº. 428 de 28 de julho de 1965,

RESOLVE:

mandar, ANTONIO GUIDO JORDÃO, Apontador Fiscal, nível 08-B, matrícula 09643, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício no Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras-GDF, nesta Secretaria.

AMÉLIA DOS PASSOS LIMA DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal
DAG/SVO

ORDEM DE SERVIÇO DE 02/12/1.974

A CHEFE DA SEÇAO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 27 alínea "a" do Decreto "N" nº. 428 de 28 de julho de 1965,

RESOLVE:
MANDAR: JOSÉ PONSSIANO, Pintor, nível 10, matrícula 09.479, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício no Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras--GDF, nesta Secretaria.

AMÉLIA DOS PASSOS LIMA DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal
DAG/SVO

ORDEM DE SERVIÇO DE 02/12/1.974.

A CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 27 alínea "a" do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965,

RESOLVE:
mandar, EDIRSON GOMES DE QUEIROZ, Trabalhador, nível 01 matrícula 17.141, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício no Departamento de Arquitetura e Urbanismo-G. D.F., nesta Secretaria.

AMÉLIA DOS PASSOS LIMA DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal
DAG/SVO/GDF.

ORDEM DE SERVIÇO DE 02/12/1 974.

A CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Viação e Obras do Governo do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 27 alínea "a" do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1 965,

R E S O L V E:

mandar JOÃO MATHIAS DE SOUZA FILHO, Engenheiro, Classe A, Código 710.4, matrícula 07.424, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício no Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras, nesta Secretaria.

AMÉLIA DOS PASSOS LIMA DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal
DAG/SVO

ORDEM DE SERVIÇO DE 02/12/1 974.

A CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Viação e Obras do Governo do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 27 alínea "a" do Decreto "N" nº 428 de 28 de julho de 1965,

R E S O L V E:

mandar, ANTONIETA TEODORO CARBALHO, Of. de Administração, nível 16-C, matrícula 07.953, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício no Departamento de Programação e Controle de Obras-GDF, nesta Secretaria.

AMÉLIA DOS PASSOS LIMA DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal
DAG/SVO

ORDEM DE SERVIÇO DE 02/12/1974

A CHEFE DA SEÇAO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Viação e Obras do Governo do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 27 alínea A do Decreto N nº. 428 de 28 de julho de 1965,

RESOLVE:

mandar, ANTONIO DA SILVEIRA, Auxiliar de Portaria, nível 08—B, matrícula 14.103, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício no Departamento de Fiscalização e Controle de Obras.

AMELIA DOS PASSOS LIMA DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal
DAG/SVO/GDF

ORDEM DE SERVIÇO DE 02/12/1974

A CHEFE DA SEÇAO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Viação e Obras do Governo do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 27 alínea A do Decreto "N" nº. 428 de 28 de julho de 1.965,

RESOLVE:

mandar, ALBERTO LEDA PALHANO, Condutor de Topografia, nível 13, matrícula 14.710, do Quadro Provisório de Pessoal de Arquitetura e Urbanismo GDF, nesta Secretaria.

Amélia dos Passos Lima da Silva
Chefe da Seção de Pessoal
DAG/SVO/GDF

ORDEM DE SERVIÇO DE 02/12/1974

A CHEFE DA SEÇAO DE PESSOAL, da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Viação e Obras do Governo do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 27 alínea A do Decreto "N" nº. 428 de julho de 1965,

RESOLVE:

mandar, JULIO XAVIER RANGEL, Engenheiro, Código 710.6, matrícula 04.504, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ter exercício no Departamento de Programação e Controle de Obras - GDF, nesta Secretaria.

AMELIA DOS PASSOS LIMA DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal
DAG — SVO

Interessado: CLAUDIO ROBERTO DINIZ STARLING — Mat. 09.080
Assunto : Salário Família
Despacho : Concedo pelo dependente FABIO MARQUES STARLING, filho nascido em 30/09/74, de acordo com o art. 138 da lei 1711/52.

Interessado: MANOEL JUSTINO NETO — Mat. 13.007
Assunto : Cancelamento de Salário Família
Despacho : Cancelo, da dependente MARIA DA PENHA SOARES JUSTINO, filha, em virtude da mesma possuir rendimentos próprios a partir de outubro de 1.974.

Interessado: SEBASTIÃO VIEIRA DE MELO — 13.179
Assunto : Salário Família
Despacho : Concedo pela dependente LILIAM ADRIANE DE MELO, TGR, nascida em 13/01/74, de acordo com o art. 138 da lei 1711/52. Pagamento a partir de maio de 1.974.

Interessado: FRANCISCO LOPES DOS REIS — Mat. 14.945
Assunto : Salário-Família
Despacho : Concedo pela dependente EDINAM LOPES DOS REIS, filho, nascido em 14/09/74, de acordo com o art. 138 da lei 1711/52.

Interessado: FRANCISCO DE A. FERNANDES AGUIAR — Mat. 15.587
Assunto : Salário-Família
Despacho : Concedo pelo depen-

dente JULIO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR filho nascido, em 09/09/73, de acordo com o art. 138 da lei 1711/52.

Interessado: ATUALPA RODRIGUES DE CARVALHO — Mat. 15.656
Assunto : Salário-família
Despacho : Concedo pela dependente MAURA MORESCHI DE CARVALHO, filha nascida em 27/11/74, de acordo com o art. 138, da lei 1711/52.

Interessado: JOSÉ FARIAS PINHO — Mat. 15.848
Assunto : Salário-Família
Despacho : Concedo pelo dependente EVANDRO GONÇALVES FARIAS, filho nascido em 23/06/74, de acordo com o art. 138 da lei 1711/52.

Interessado: JOSÉ DOMINGOS FILHO — Mat. 15.942
Assunto: Cancelamento de Salário Família
Despacho: Cancelo o da dependente ROSANGELA ALVES DOMINGOS, a partir de outubro de 1.974, conforme certidão de casamento apresentada.

Interessado: MARTINS JOAQUIM DA SILVA — Mat. 16.391
Assunto: Salário Família
Despacho: Concedo pelas dependentes SANDRA JOSEFINA PEREIRA DA SILVA, e SILVIA ODETE PEREIRA DA SILVA, filhas, ambas nascidas em 09/09/74, de acordo com o art. 138, da lei 1711/52

Atestado: 2788/74-SM
Interessado: LUIZ FRANCISCO GOMES — Mat. 0295
Assunto: Licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 01/10/74 a 14/11/74,de acordo com os artigos 123, 97 e 98 da lei 1711/52

L. Médico 2302/74-SM
Interessado: EUZÉRIO RAIMUNDO DA FROTA — Mat. 01.583
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 01/11/74 a 30/11/74, de acordo com os artigos 93, 97 e 99 da lei 1711/52

L. Médico 2202/74-SM
Interessado: GENIVAL MARTINIANO SILVA — Mat. 02.551
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 17/10/74 a 15/11/74, de acordo com os artigos 93, 97 e 99 da lei 1711/52

Atestado: 28 15/74-SM
Interessada: APARECIDA AZEVEDO SCANDIUCI — Mat. 04.692
Assunto: Licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 04/11/74 a 03/12/74, de acordo com os artigos 123, 97 e 98 da lei 1711/52

Atestado: 2804/74-SM
Interessado: DALTRO PINTO LOBO — Mat. 06.606
Assunto: Licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 11/11/74 a 10/12/74, de acordo com os artigos 123, 97 e 98 da lei 1711/52

ATESTADO 2559/74-SM
Interessado: Waldemar Palmeira Mat. 06.698
Assunto: Licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 14/10/74 a 28/10/74, de acordo com os artigos 123,97 e 98 da lei 1711/52

Atestado 2580/74-SM
Interessado: Nicolau Pinto Ramalho Mat. 07.928
Assunto: Licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de acordo com

Atestado: 2618/74 SM
Interessado: Méa Silva Araújo Mat. 07 931
Assunto: Licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 18/10/74 a 16/11/74, de acordo com os artigos 123, 97 e 98 da lei 1711/52

Atestado: 2407/74-SM
Interessada: Antonieta Teodoro Carvalho Mat. 07-953
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 08/10/74 a 15/10/74, de acordo com os artigos 93, 97 e 98 da lei 1711/52.

Atestado 2753/74-SM
Interessada: Julia Maria Nader de A. Melo- Mat. 08.446
Assunto: Licença Gestante
Despacho: Concedo no Período de 09/11/74 a 08/03/75, de acordo com o artigo 107 da lei 1711/52

Atestado 2793/74- SM
Interessado: João Batista Pontes- Mat. 09.667
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 16/11/74 a 15/12/74, de acordo com os artigos 93,97 e 98 da lei 1711/52

Atestado 2585/74-SM
Interessado: João Araújo Lopes- Mat. 09.794
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 17/10/74 a 17/11/74, de acordo com os artigos 93,97 e 98 da lei 1711/52

L. Médico 2192/74-SM
Interessada: Floripes de Souza- Mat. 10.157
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 20/10/74 a 18/11/74 de acordo com os artigos 93,97 e 99 da lei 1711/52
Atestado 2292/74-SM
Interessado: Manoel Messias de Melo Mat. 11.125
Assunto: Licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 29/10/74 a 01/11/74, de acordo com os artigos 123, 97 e 98 da lei 1711/52

L. Médico 2293/74-SM
Interessado: Francisco das Chagas S. Araújo- Mat. 12.560
Assunto:
Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 11/10/74 a 24/10/74 e de 30/10/74, a 28/11/74, de acordo com os artigos 93,97 e 99 da lei 1711/52

L. Médico 2360/74-SM
Interessado: JOSÉ CLAUDIO SANTOS TRAVASSOS- Mat. 12.924
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 28/10/74 a 30/11/74, de acordo com os artigos 93, 97 e 99 da lei 1711/52L. Médico 2178/74-SM

L. Médico 2178/74-SM
Interessado: AILTON EUFRÁSIO DA SILVA- Mat. 13.223
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 07/10/74 a 31/12/74, de acordo com os artigos 93,97 e 99 da lei 1711/52

Atestado 2795/74-SM
Interessado: José Ferreira de Souza- Mat. 14.206
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 08/11/74 a 07/12/74, de acordo com os artigos 93,97 e 98 da lei 1711/52

Atestado 2629/74-SM
Interessado: Floriano de Faria- Mat. 14.332

Assunto: Licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 15/10/74 a 13/11/74 de acordo com os artigos 123 97 e 98 da lei

Atestado 2700/74-SM
Interessado: Flávio Matos - Mat. 14.758
Assunto: Licença para tratamento de saúde.
Despacho: Concedo no período de 1/11/74 a 30/11/74, de acordo com os artigos 123,97 e 98 da lei 1711/52

L. Médico 2234/74-SM
Interessada: Christina Maria Santos - Mat. 14.876
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 21/10/74 a 19/11/74, de acordo com os artigos 93, 97 e 99 da lei 1711/52

L. Médico 2174/74-SM
Interessado: Mudesto Nunes Siqueira - Mat. 15.402
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 10/10/74 a 08/11/74, de acordo com os artigos 93, 97 e 99 da lei 1711/52

Atestado 2574/74-SM
Interessado: Jayme da Silva Lima - Mat. 15.834
Assunto: Licença para tramento de saúde
Despacho: Concedo no período de 25/09/74 a 24/10/74, de acordo com os artigos 123, 97 e 98 da lei 1711/52

L. Médico 2197/74-SM
Interessado: Gersino de Souza Borba - Mat. 16.229
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 10/10/74 a 07/01/75, de acordo com os artigos 93, 97 e 99 da lei 1711/52

Atestado 2733/74-SM

Interessada: Aparecida Luiza Barbosa Saboya - Mat. 16.890
Assunto: Licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no perído de 29/10/74 a 27/11/74, de acordo com os artigos 123, 97 e 98 da lei 1711/52

Atestado nº. 2634/74-SM
Interessado: Antônio Moreno de Morais
Mat. 17.074
Assunto: Licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 21/10/74 a 31/10/74, de acordo com os artigos 123, 97 e 98 da lei 1711/52.

Atestado 2628/74-SM
Interessado: Sebastião Monteiro Santos - Mat. 17.546
Assunto: Licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 22/10/74 a 31/10/74, de acordo com os artigos 123, 97 e 98 da lei 1711/52

Obs: Seguem em anexo 27 (vinte e sete) cópias de Ordens de Serviço da SP/DAG/SVO, para serem publicadas.

Brasília, 02/12/ 1.974

AMÉLIA DOS PASSOS LIMA DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal-DAG - SVO

DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

ATOS DO DIRETOR

PROCESSO:- Nº 069962/74
INTERESSADO:- PEDRO DE SOUZA BARBOSA
ASSUNTO:- CARTA DE HABITE-SE QI-2/3 Nº 14 HI/SUL
DESPACHO:- EXIGENCIA

PROCESSO Nº. 070630/74
INTERESSADO:- MARISA CIOFFI MONTEIRO ESTEVES
ASSUNTO: HABITE—SE QI. 5/23 Nº. 01 HI/SUL
DESPACHO:- EXIGENCIA

PROCESSO:- Nº 071886/74
INTERESSADO:- GILVANDRO MARTINS P. PINHO BORGES
ASSUNTO:- CARTA DE HABITE-SE QL-0/1 Nº 09 HI/SUL
DESPACHO:- EXIGENCIA

PROCESSO:- Nº 072325/74
INTERESSADO:- LUIZ TEIXEIRA DE MATOS
ASSUNTO:- CARTA DE HABITE-SE QL-2/3 Nº 10 HI/SUL
DESPACHO:- EXIGENCIA

PROCESSO:- Nº 072530/74
INTERESSADO:- LUIZ FERNANDO OLIVEIRA CRUZ BENEDINE
ASSUNTO:- CARTA DE HABITE-SE QI-4/5 Nº 15 HI/SUL
DESPACHO:- EXIGENCIA

PROCESSO: 072202/74
INTERESSADO: RENOVADORA DE PNEUS OK LTDA
ASSUNTO: APROVAÇÃO DE PROJETO Q—1 Nº 930 IA/SUL
DESPACHO: APROVO

PROCESSO: 072168/74
INTERESSADO: CASA NAME TECIDOS LTDA
ASSUNTO: APROVAÇÃO DE PROJETO Q—306 Bl. "D" CL/NORTE
DESPACHO: APROVO

PROCESSO 071340/74
INTERESSADO: EDIEL EMPRESA DE DIVERSÕES LTDA
ASSUNTO: APROVAÇÃO DE PROJETO BLOCO "G" Nº 61 DS/SUL
DESPACHO: APROVO

PROCESSO: 072338/74
INTERESSADO: REINANDO JORGE PEREIRA REGO
ASSUNTO: APROVAÇÃO DE PROJETO QI—3/14 Nº 8 HI/SUL
DESPACHO: APROVO

PROCESSO: 071719/74
INTERESSADO: HELY WALTER COUTO
ASSUNTO: APROVAÇÃO DE PROJETO Q—511 Nº 10 CR/SUL
DESPACHO: APROVO

PROCESSO : Nº 070737/74
INTERESSADO: DAVINO CADETE DA SILVA
ASSUNTO : CARTA DE HABITE—SE CH—01 Nº 56 HI/SUL
DESPACHO : DEFIRO

PROCESSO : Nº 072390/74
INTERESSADO: LUCIANO RAMELLA PEZZA
ASSUNTO : CARTA DE HABITE—SE Q.704 Bl. "F" Nº 38 CLR/NORTE
DESPACHO : DEFIRO

PROCESSO : Nº 072389/74
INTERESSADO: GABRIEL MUSTEFACA
ASSUNTO : CARTA DE HABITE—SE Q.704 Bl. "F" Nº 32 CLR/NORTE
DESPACHO : DEFIRO

PROCESSO : Nº 072405/74
INTERESSADO: FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL DE BRASILIA
ASSUNTO : CARTA DE HABITE—SE Q.221 Bl. "B" HC/SUL
DESPACHO : DEFIRO

PROCESSO : Nº 072761/74
INTERESSADO: BARSIL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
ASSUNTO : ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO QI—1/14 Nº 07 HI/SUL
DESPACHO : DEFIRO.

PROCESSO: Nº: 069247/74
INTERESSADO: SUDECO
ASSUNTO: CARTA DE HABITE—SE QI—6/5 Nº 11 HI/NORTE
DESPACHO: DEFIRO

PROCESSO Nº: 069249/74
INTERESSADO: SUDECO
ASSUNTO: CARTA DE HABITE—SE QI—8/5 Nº 02/HI/NORTE
DESPACHO: DEFIRO

PROCESSO Nº:069250/74
INTERESSADO: SUDECO
ASSUNTO: CARTA DE HABITE—SE QI — 2/9 Nº 15 HI/NORTE
DESPACHO: DEFIRO

PROCESSO: Nº 069251/74
INTERESSADO: SUDECO
ASSUNTO: CARTA DE HABITE—SE QI—6/5 Nº 09 HI/NORTE
DESPACHO: DEFIRO

PROCESSO Nº: 069252/74
INTERESSADO: SUDECO
ASSUNTO: CARTA DE HABITE—SE QI—8/5 Nº 10 HI/NORTE
DESPACHO: DEFIRO:

PROCESSO : Nº 064721/74
INTERESSADO: HEITOR CARDANI PEGAS
ASSUNTO: CARTA DE HABITE—SE CONJUNTO 41 Nº 06 MPW/SUL
DESPACHO: DEFIRO
PROCESSO: Nº 068427/74
INTERESSADO: JOÃO BEZERRA FILHO
ASSUNTO: CARTA DE HABITE—SE CL Bl. "C" Nº. 06 RE/SUL
DESPACHO: DEFIRO
PROCESSO: Nº 070213/74
INTERESSADO: JOSÉ GUEDES
ASSUNTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO Q. 706 Bl. "E" nº 55 CLR/NORTE
DESPACHO: DEFIRO:

PROCESSO : Nº 070976/74
INTERESSADO: MERCADO GUANABARA
ASSUNTO: LETREIRO LUMINOSO Q. 503 Bl. "C" Nº 30 CR/SUL
DESPACHO: APROVO

PROCESSO: Nº 071695/74
INTERESSADO: ACADEMIA DE DANÇA CLASSICA DE BRASILIA
ASSUNTO: LETREIRO LUMINOSO Q.108 Bl. "E" Nº 01 CL/SUL
DESPACHO: APROVO

PROCESSO: Nº. 070974/74
INTERESSADO: MERCADO E FRUTARIA NOSSA SENHORA APARECIDA
ASSUNTO: LETREIRO LUMINOSO Q.503 Bl. "C" Nº 60 CR/SUL
DESPACHO: APROVO

PROCESSO: Nº 072597/74
INTERESSADO: JOSÉ EXPEDITO DE SOUZA
ASSUNTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO Q. 708 Bl. "O" Nº 04 HC-G/NORTE
DESPACHO: DEFIRO

PROCESSO: Nº 072728/74
INTERESSADO: RAYLTSON VICTORIOUS NÉRIA GUILHERME
ASSUNTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO QI 4/8 nº. 10 HI/NORTE
DESPACHO: DEFIRO

PROCESSO : Nº 071889/74
INTERESSADO: GASPAR FERREIRA DOS SANTOS
ASSUNTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO Q.703 Bl. "F/ Nº 05 HCG/NORTE
DESPACHO: DEFIRO

PROCESSO: Nº 071951/74
INTERESSADO: ALENN ASSIS DE ALMEIDA
ASSUNTO : ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO Q.34 Nº 02 MPW/SUL
DESPACHO: DEFIRO

PROCESSO : — Nº 072306/74
INTERESSADO: ROMASSAS RESTURANTE E PIZZARIA LTDA
ASSUNTO: LETREIRO LUMINOSO Q.505 Bl. "A" Nº 03 CR/SUL
DESPACHO: — APROVO

PROCESSO: Nº 072397/74
INTERESSADO: EDMOND NAKL TOBIAS E OUTROS
ASSUNTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO Q.103 Bl. "D" Nº 17 CL/NORTE
DESPACHO: — DEFIRO

PROCESSO: — Nº 072583/74
INTERESSADO: ATAIDE RODRIGUES LOPES
ASSUNTO : ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO QI—6/1 Nº 05 HI/SUL
DESPACHO: DEFIRO:

PROCESSO Nº: 069070/74
INTERESSADO: EMMANUEL DO ESPIRITO SANTO LOPES
ASSUNTO: APROVAÇÃO DE PROJETO Q. 703 Bl. "D" nº. 86 HIG/SUL
DESPACHO: APROVO

PROCESSO Nº: 071415/74
INTERESSADO: LEVI DE ASSIS DANTAS
ASSUNTO: APROVAÇÃO DE PROJETO Q. 713 Bl. "A" nº. 14 HIG/SUL
DESPACHO: APROVO

PROCESSO Nº: 072498/74
INTERESSADO: HILTON VIEIRA FERREIRA

ASSUNTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO QI—A/7 Nº 05 HI/SUL
DESPACHO: DEFIRO

PROCESSO Nº: 072586/74
INTERESSADO: GASTÃO LUIZ DE ANDRADE LIMA
Assunto: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO QI—4/10 Nº. 23 HI/SUL
DESPACHO: DEFIRO

PROCESSO Nº: 072612/74
INTERESSADO: DJANIRA VIEIRA
ASSUNTO: ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO CH—02 Nº.. 45 HI/SUL
DESPACHO: DEFIRO.

PROCESSO Nº. 071.385/74
INTERESSADO: ANTONIO DE PADUA FERREIRA GURGEL.
ASSUNTO: Auto de Infração nº. 00876/74 de 13/10/74
DESPACHO: Improcedente a autuação. Publique-se e arquive-se.

PROCESSO Nº. 071.386/74
INTERESSADO: RAIMUNDA MARLY CINTRA GUERRA CUNHA.
ASSUNTO: Auto de Infração nº 00564/74 de 07/10/74
DESPACHO: Improcedente a autuação. Publique-se e arquive-se.

PROCESSO Nº. 072.006/74
INTERESSADO: JOÃO BATISTA SCHULZ
ASSUNTO: Auto de Infração nº. 00956/74 de 05/11/74
DESPACHO: Improcedente a atuação. Publique-se e arquive-se

PROCESSO Nº. 072.274/74
INTERESSADO: WALDIR RIBEIRO DOS SANTOS.
ASSUNTO: Auto de Infração nº. 21187/74 de 04/11/74
DESPACHO: Improcedente a autuação. Publique-se e arquive-se.

PROCESSO Nº. 072.277/74
INTERESSADO: OTAVIANO DE ALMEIDA e JOÃO JOSE DE ALMEIDA
ASSUNTO, Auto de Infração nº. 00990/74 de 10/11/74
DESPACHO: Improcedente a autuação. Publique-se e arquive-se.

PROCESSO Nº. 072.270/74
INTERESSADO: WASHINGTON LUIZ SANCHEZ DA SILVA
ASSUNTO: Auto de Infração nº. 01024/74 de 10/11/74
DESPACHO: Improcedente a atuação. Publique-se e arquive-se.

PROCESSO Nº: 072.272/74
INTERESSADO: JOSE PAULO GUALANO
ASSUNTO: Auto de Infração nº. 21188/74 de 05/11/74
DESPACHO Improcedente a autuação. Publique-se e arquive-se.

PROCESSO Nº. 072.273/74
INTERESSADO: IVANETE CAETANO DE FARIA
ASSUNTO: Auto de Infração nº. 00958/74 de 09/11/74
DESPACHO: Improcedente a autuação. Publique-se e arquive-se.
PROCESSO Nº. 072.275/74
INTERESSADO: ARLETE PEREIRA DOS SANTOS
ASSUNTO, Auto de Infração nº. 00982/74 de 02/11/74
DESPACHO: Improcedente a atuação. Publique-se e arquive-se .
se.

PROCESSO Nº. 072.276/74
INTERESSADO: ELIANA MARQUES
Assunto: Auto de Infração nº. 21194/74 de 12/11/74
DESPACHO: Improcedente a autuação. Publique-se e arquive-se..

PROCESSO Nº. 072.278/74
INTERESSADO: LOURDES A. G. DE MIRANDA
ASSUNTO: Auto de Infração nº. 00923/74 de 18/10/74
DESPACHO: Improcedente a autuação. Publique-se e arquive-se.

PROCESSO Nº. 072.002/74
INTERESSADO: EURIPEDES DEL FIACO
ASSUNTO: Auto de Infração nº. 21195/74 de 12/11/74
DESPACHO: Improcedente a autuação. Publique-se e arquive-se.

PROCESSO Nº. 072.003/74
INTERESSADO: RAIMUNDA CRISOSTOMO FRAZAO
ASSUNTO: Auto de Infração nº. 21186/74 de 04/11/74.
DESPACHO: Improcedente a autuação. Publique-se e arquive-se.

PROCESSO Nº. 072.004/74
INTERESSADO: VASCO FERNANDES DE CASTRO
ASSUNTO: Auto de Infração nº. 21189/74 de 09/11/74
DESPACHO: Improcedente a autuação. Publique-se e arquive-se.

PROCESSO Nº. 072.005/74
INTERESSADO: OLAVO DE CASTRO
ASSUNTO: Auto de Infração nº. 00989/74 de 09/11/74
DESPACHO: Improcedente a autuação. Publique-se e arquive-se.

processo, Nº 068971/74
INTERESSADO:- ALMACHIO BANDEIRA B. PINTO
ASSUNTO:- APROVAÇAO DE PROJETO QL-2/3 Nº 09 HI/NORTE
DESPACHO:- APROVO

processo,- Nº 069558/74
INTERESSADO:- TALITA APARECIDA DE ABREU
ASSUNTO:carta de habite-SE QI-1/10 Nº 18 HI/SUL
DESPACHO:- DEFIRO

PROCESSO:- Nº 071025/74
INTERESSADO: JARBAS LEAL VIANA
ASSUNTO:- APROVAÇÃO DE PROJETO QL-8/3 Nº 02 HI/SUL
DESPACHO:- APROVO

PROCESSO:- Nº 072415/74
INTERESSADO:- ILMAR CAVALCANTI MARINHO
ASSUNTO:- APROVAÇAO DE PROJETO Q.716 Bl. "I" Nº 39 HCG/-NORTE
DESPACHO:- APROVO

PROCESSO:- Nº 072422/74
INTERESSADO:- SERGIO L. GUIMARAES E OUTRO
ASSUNTO:- APROVAÇAO DE PROJETO QL-5/2 Nº 19 HI/SUL
DESPACHO:- APROVO

Brasilia, 10 de dezembro de 1.974.

Engº Antonio Lourival Ramos Dias
DIRETOR DO DLFO

"Seus olhos não verão o Céu através das copas das árvores, mas sua alma o compreenderá melhor".
"Os netos dos seus filhos ainda admirarão as árvores que você ajudou plantar".

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO . 14 DE NOVEMBRO DE 1974
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista os termos do Processo 1529/74.
RESOLVE:
Autorizar as Arquitetas MARY DE ABREU MACHADO FARIA e DENISE TELLES DE MENEZES, Assistentes, da Assessoria de Engenharia e Arquitetura, matricula nºs 357 e 443 respectivamente, da TEC, a viajarem à cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com finalidade de representar este órgão, junto ao 1 SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O LAZER, durante o periodo de 20 a 23 de novembro do ano em curso, concedendo-lhes 05 diárias para cada uma.
Brasília 14 de novembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE 13 DE NOVEMBRO DE 1974
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,
RESOLVE:
Designar a partir desta data, a Assistente Social MARIA DOLORES DA COSTA, para exercer emprego em comissão, Símbolo EC—04, de Assessor Técnico, do Departamento de Bem-Estar do Menor, da Diretoria Executiva desta Fundação.
Brasília, 13 de novembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1974
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista os termos do processo nº 1332/74,
RESOLVE:
Fazer cessar a partir de 12.11.74 o bloqueio da servidora MARIA DO SOCORRO TORRES DE SOUZA, Instrutora de Trabalhos Manuais, nível 08, matricula 954, do QPPDF, de Auxiliar de Serviço Social I, da Tabela de Empregos Permanentes desta Fundação do Serviço Social.
Brasília 20 de novembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE 22 DE NOVEMBRO DE 1974
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,
RESOLVE:
Designar a partir desta data, a Assistente Social ANA ANAROSA CARVALHO MELO, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-07, de Sub-chefe do Serviço de Atendimento ao Migrante, do Departamento de Educação para a Saúde e Assistência, da Diretoria Executiva desta Fundação do Serviço Social.
Brasília, 22 de novembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1974
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,
RESOLVE:
Conceder, a partir desta data, ao servidor JOSE BATISTA MARIANO, Matrícula 414, Motorista, da TEP, lotado na Assessoria de Engenharia e Arquitetura, a Gratificação de Representação pelo exercício da função de Motorista Auxiliar de Gabinete, da "Tabela de Gratificação de Representação por exercício em Gabinete de Diretorias", desta Entidade.
Brasília, 12 de dezembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE 12 DE DEZEMBRO DE 1974
O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,
RESOLVE:
designar a partir desta data, o Advogado CARLOS DANILO BARBUTO CABRAL DE MENDONÇA, Assessor Jurídico, matrícula 342 da TEC, para substituir durante o período de férias, o Chefe da Assessoria Jurídica do Gabinete da Diretoria Executiva desta Fundação do Serviço Social.
Brasília, 23 dd dezembro de 1974
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
PRESIDENTE

CONSELHO DELIBERATIVO

386a. REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 84, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1 974

Aprova o Regulamento do Serviço de Desenvolvimento do Artesanato - SEDART.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que consta do Processo - FSS nº 0242/74.

CONSIDERANDO que pelo Regulamento Geral, aprovado pela Resolução nº 18, de 05 de março de 1 974, o Serviço de Desenvolvimento do Artesanato - SEDART, foi classificado como unidade econômico-administrativa, devendo, portanto, ter regulamentação especifica;

CONSIDERANDO que as atividades de produção e comercialização do artesanato no Distrito Federal, com a proteção da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, constitui sistema de fomento, exigindo o estabeleci

mento de normas técnicas e procedimentos organizacionais e de administração econômico-financeiras.

R E S O L V E :

1. Aprovar as normas e procedimentos para o fomento social, econômico e cultural ao artesanato no Distrito Federal, sob a responsabilidade da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal em regime de trabalho protegido, na forma do Regular o que com esta baixa.

2. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, DF, 26 de novembro de 1 974

Marivel Pereira Tapioca
PRESIDENTE

Regina Pelosi Silva

Margerita Andrade de Figueiredo

Jenny Antunes de Souza

Darcy Mesquita da Silva

Maria do Carmo Ribeiro Damasceno

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO - SEDART, APROVADO PELA RESOLUÇÃO Nº 84, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1 974.

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E FINALIDADES DO SEDART

Art. 1º - O Serviço de Desenvolvimento do Artesanato - SEDART, definido no artigo 20, do Regulamento Geral, aprovado pela Resolução nº 18, de 05 de março de 1 974, constitui unidade de natureza econômico-administrativa, vinculada à Vice-Diretoria Executiva, registrada no Cadastro de Contribuintes do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Finanças do Governo do Distrito Federal, sujeita ao regime técnico-contábil e administrativo de natureza comercial e industrial, reger-se-á por este Regulamento.

Art. 2º - O Serviço de Desenvolvimento do Artesanato - SEDART tem como competência o desenvolvimento das atividades econômico-administrativas, com a finalidade de oferecer aos artesãos orientados pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, aos grupos familiares e à clientela vinculada aos programas sociais, em regime de trabalho protegido, as condições de elevação do seu nível sócio-cultural e econômico, através do fomento de produção e comercialização do artesanato no Distrito Federal.

Art. 3º - Ao Serviço de Desenvolvimento do Artesanato - SEDART incumbe, especificamente:

I - apoiar, mediante a geração de renda e de ocupações, os programas executados pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, visando a promoção social das populações de baixos níveis de vida das comunidades do Distrito Federal.

II - orientar e superintender a produção artesanal no Distrito Federal, através de unidades específicas, promovendo a melhoria do padrão técnico da produção, assistência financeira e racionalização da organização econômica das atividades.

III - desenvolver estudos e pesquisas de novos padrões e modelos e, promover o treinamento e aperfeiçoamento técnico dos artesãos, de modo a elevar a qualidade artística e cultural dos produtos, consoante as preferências manifestadas pelo mercado regional ou nacional.

IV - orientar e superintender a comercialização da produção artesanal através da colocação em lojas de vendas por ela administradas, ou, mediante exportação para outros mercados regionais, nacionais ou estrangeiros, adotando as medidas indispensáveis para o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos métodos de venda e incremento da aceitação de produtos artesanais.

V - oferecer aos artesãos filiados, aos grupos familiares e à clientela vinculada aos programas sociais, em regime de trabalho protegido, condições de elevação de seus níveis de vida e de integração social, mediante a sua participação nos vários programas executados pelos Centros de Desenvolvimento Social e Unidades de Atendimento, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Art. 4º - Para os fins deste Regulamento e da organização das atividades econômicas segundo objetivos sociais, conceitua-se:

a) Artesanato - produção de bens, como forma de atividade econômica protegida, sob base eminentemente individual, com utilização de máquinas e aparelhos na medida em que estes não substituam a mão-de-obra empregada.

b) Trabalho Protegido - é o desenvolvido por pessoas físicas, mental ou emocionalmente incapacitadas, idosas ou sem qualificação profissional adequada, que em centros de trabalho mantidos por Entidades Sociais, sob condições especiais ou oportunidades de habilitação, lhes possibilitam oportunidades de trabalho, aproveitamento máximo de suas potencialidades e, na medida do possível, sua colocação ou recolocação no mercado competitivo de trabalho.

GDF

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE FOMENTO À PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO NO DISTRITO FEDERAL

Art. 5º - O fomento às atividades de produção e comercialização do artesanato no Distrito Federal, exercidos em regime de trabalho protegido sob a orientação da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, organiza-se em forma de sistema, constituído das seguintes unidades básicas:

a) Gerência;
b) Escritório Central;
c) Unidades de Produção;
d) Unidades de Vendas.

Art. 6º - As unidades a que se refere o artigo anterior compõem a estrutura organizacional do Serviço de Desenvolvimento do Artesanato - SEDART na forma do que dispõe este Regulamento, com subordinação direta a sua Chefia, ressalvadas as Unidades de Produção que, por seu caráter de unidades descentralizadas, vinculam-se ao SEDART para os fins de comercialização e orientação de sua produção, mas subordinam-se à Chefia dos Centros de Desenvolvimento Social ou das Unidades de Atendimento, sob cujas responsabilidades tenham sido organizadas, para os fins de administração de suas atividades.

SEÇÃO I

DA PRODUÇÃO ARTESANAL

Art. 7º - As atividades de produção artesanal protegidas, sob orientação da Fundação do Serviço Social, através do SEDART, organizam-se em Unidades de Produção, constituídas em dois regimes básicos:

a) em regime de trabalho nucleado, utilizando instalações fornecidas pela Fundação do Serviço Social;

b) em regime de trabalho domiciliar autônomo, utilizando instalações do próprio domicílio do artesão.

Art. 8º - As unidades de produção a que se refere o artigo anterior serão organizadas nas áreas comunitárias do Distrito Federal, sob a orientação do Centro de Desenvolvimento Social ou Unidade de Atendimento local, da Fundação do Serviço Social, com a finalidade de oferecer oportunidade de ocupação e

melhoria da renda às famílias mais carentes desses comunidades.

Art. 9º - Em qualquer dos regimes a que se refere o artigo 7º, o artesão será previamente qualificado pela Fundação do Serviço Social e inscrito em Cadastro próprio, que será organizado pelo SEDART, observados os requisitos de inscrição especifica no Cadastro de Contribuintes da Secretaria de Finanças, quando for o caso, e, identificado como trabalhador autonomo definido em lei, o exercício de suas atividades, sob a proteção social e econômica da Fundação do Serviço Social, não constituirá relação empregatícia.

Art. 10 - Quando o candidato à qualificação de artesão não apresentar o nível de preparo técnico e habilidade artesanal mínima indispensável, poderá ser inscrito no Cadastro de Artesãos da Fundação do Serviço Social na qualidade de aprendiz e, sob essa condição, participará das atividades exercidas nas Unidades Artesanais.

Art. 11 - As Unidades Nucleadas de Artesanato darão preferência, na admissão em seus grupos, a Aprendiz de Artesanato, os quais cumprirão, durante o exercício das atividades produtivas, um programa de treinamento, sob a orientação de Artesãos Mestres ou Instrutores, designados pelo SEDART.

Art. 12 - Atingido o nível de qualificação técnica e artística que habilite o aprendiz como Artesão, a Fundação do Serviço Social, através dos Centros de Desenvolvimento Social ou Unidades de Atendimento, lhe proporcionará o apoio indispensável a que possa instalar-se por sua própria conta em Unidade Domiciliar de Artesanato ou integrar-se no mercado regional de trabalho.

Art. 13 - O disposto nesta Seção não se aplica aos grupos familiares e à clientela vinculada aos programas Sociais em regime de trabalho protegido, que terão administração especifica e desenvolverão suas atividades em coordenação direta com o SEDART, observadas, no que for aplicável, as normas fixadas para o funcionamento das Unidades Nucleadas de Artesanato.

SEÇÃO II

DA COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO

Art. 14 - A produção artesanal das Unidades Nucleadas, Unidades Domiciliares, dos Grupos Familiares e da clientela vinculada aos programas sociais em regime de trabalho protegido será comercializada:

a) através das Unidades de Vendas do SEDART;
b) mediante remessa para outros mercados, nacionais ou estrangeiros;
c) diretamente, aos consumidores, sob o controle do SEDART.

Parágrafo único - Ficam os Artesãos filiados ao Cadastro da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, proibidos de venderem seus produtos a intermediários, ou por outros meios que não os estabelecidos neste artigo, sob pena de cancelamento de sua inscrição e consequente desligamento do programa de trabalho protegido definido neste Regulamento.

Art. 15 - O fornecimento dos produtos artesanais às Unidades de Vendas do SEDART será feito mediante recebimento dos bens das Unidades de Produção, em regime de consignação ou mediante compra direta ao Artesão, segundo as normas fixadas neste Regulamento e em outros atos que venham a dispor sobre o assunto.

Parágrafo único - A venda da produção artesanal mediante remessa para outros mercados, nacionais ou estrangeiros, será feita sob a responsabilidade do SEDART, de acordo com as normas que regem a matéria.

Art. 16 - A comercialização pelo Artesão, diretamente, ao consumidor, será feita de acordo com as normas que forem baixadas, observado sempre o princípio estabelecido no artigo 14.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA DE FOMENTO AO ARTESANATO

SEÇÃO I

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO SEDART

Art. 17 - O sistema de fomento ao artesanato definido neste Regulamento será administrado pelo Serviço de Desenvolvimento do Artesanato - SEDART, com a colaboração dos Centros de Desenvolvimento Social, do Departamento de Ação Comunitária - DAC e Unidades de Atendimento, do Departamento de Bem Estar do Menor DEBEM e do Departamento de Educação para a Saúde e Assistência DESA.

Art. 18 - A gerência do sistema prevista no artigo 5º será exercida pela Chefia do SEDART e os encargos de Chefia das demais unidades que o compõem serão atendidos pelos empregos que lhes correspondam, nas Tabelas de Empregos em Comissão da Fundação do Serviço Social.

Art. 19 - A execução das atividades administrativas e operacionais de natureza contínua das unidades que integram o sistema serão atendidas por servidores da Tabela de Empregos Permanentes da Fundação do Serviço Social, mediante lotação regular, de acordo com as normas de movimentação vigentes.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES

Art. 20 - À Chefia do Serviço de Desenvolvimento do Artesanato - SEDART, além do que dispõe o Regulamento Geral, aprovado pela Resolução nº 18, de 05 de março de 1 974, como responsável pela gerência geral do sistema, compete:

a) superintender as atividades de comercialização e produção artesanal, programando o volume de vendas e metas de produção com vistas a abastecer o mercado local, nacional ou estrangeiro;

b) estabelecer contatos com clientela institucional e propor medidas de promoção de vendas com vistas à colocação da produção artesanal e alargamento do mercado, de modo a garantir um fluxo contínuo de escoamento da produção;

c) exercer todos os atos administrativos em relação ao pessoal lotado nas unidades do SEDART e que lhe sejam diretamente subordinados;

d) movimentar, juntamente, com o Diretor Executivo, os recursos depositados em conta especial do SEDART, na forma do que dispõe este Regulamento e das normas específicas que venham a ser baixadas;

e) adotar as medidas necessárias para manter permanentemente, atualizados, os registros fiscais e financeiros das atividades do SEDART, bem como, os dados necessários à escrituração contábil executada pelo Setor de Contabilidade das Unidades Econômicas, da Contadoria, da Fundação do Serviço Social.

Art. 21 - Ao Escritório Central do SEDART, organizado em setores de trabalho, compete:

I - Através do Setor de Estoque e Comercialização:

a) expedir para as Unidades de Produção encomendas de peças para formação de estoque e abastecimento das lojas e atendimento a consumidores, de acordo com as especificações e solicitações recebidas;

b) organizar o estocamento central dos produtos artesanais recebidos das Unidades de Produção, promovendo o entiquetamento e classificação dos bens e todo o registro indispensável ao controle físico e financeiro;

c) expedir para as Unidades de Vendas os produtos artesanais solicitados , de modo a garantir o seu permanente abastecimento, e, providenciar o atendimento das encomendas recebidas.

II - Através do Setor Administrativo:

a) manter atualizados os registros estatísticos e financeiros relativos ao funcionamento do SEDART;

b) promover, através do Setor de Contabilidade das Unidades Econômicas da Contadoria, a contabilização do movimento do SEDART e a organização de sua prestação de contas, fornecendo a esse órgão todos os elementos indispensáveis à execução dos serviços;

a) supervisionar a escrituração fiscal e os registros físicos e financeiros a cargo das Unidades de Vendas, velando para que se mantenham devidamente atualizados;

d) assistir aos encarregados das Unidades de Produção no tocante à organização econômica de suas atividades, e à realização dos registros e controles físicos e financeiros indispensáveis ao seu funcionamento;

e) assessorar o Chefe do SEDART quanto à providências para o cumprimento das obrigações fiscais e de registros comerciais;

f) executar o controle dos recebimentos, depósitos bancários e pagamentos, processando os atos que conduzam à aprovação das autoridades competentes;

g) promover as aquisições de material e serviços indispensáveis às atividades do Escritório Central, das Unidades de Vendas, supervisionando as aquisições pelos encarregados locais das Unidades de Produção.

Art. 22 - As Unidades Nucleadas de Artesanato

a) atender às encomendas recebidas do Escritório Central do SEDART, ou, diretamente, dos consumidores, de acordo com os padrões e prazos estabelecidos;

b) organizar e administrar o seu processo produtivo, segundo princípios de racionalização do trabalho e de economia de custos, observadas as recomendações do SEDART;

c) exercer a execução da gestão econômico-financeira de sua produção, através de responsáveis designados, observado o que dispõe o artigo 89, deste Regulamento, as normas contábeis e de administração financeira que forem baixadas e a orientação do Setor de Contabilidade das Unidades Econômicas, da Contadoria, da Fundação do Serviço Social;

d) adquirir, sob a orientação e controle administrativo e financeiro do SEDART e do Setor de Contabilidade das Unidades Econômicas, toda a matéria-prima e insumos gerais necessários à produção dos bens artesanais;

e) executar o programa de treinamento dos candidatos a Artesão, sob a orientação de técnicos dos Centros de Desenvolvimento Social e Unidades de Atendimento;

f) manter estreito relacionamento com os Centros de Desenvolvimento Social e Unidades de Atendimento, objetivando à participação do Artesão, dos Grupos Familiares e da Clientela vinculada aos programas sociais em regime de trabalho protegido, nos programas destinados a proporcionar-lhes a promoção ou recuperação social.

Parágrafo único - As competências previstas neste artigo, aplicam-se, no que couber, às Unidades Domiciliares de Artesanato, guardada a autonomia específica dessas Unidades.

Art. 23 - Às Unidades de Vendas compete:

a) promover a comercialização dos bens que lhe forem entregues, realizando pesquisas e sondagens de preferências, de modo a orientar a política de produção e de vendas;

b) manter atualizados os registros físicos e financeiros das vendas, procedendo à respectiva prestação de contas e recolhimento da receita, na forma das normas que forem baixadas;

c) executar, no âmbito de suas competências, as atividades programadas pelo SEDART objetivando a expansão das vendas.

CAPÍTULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

SEÇÃO I

DO CONTROLE CONTÁBIL-FINANCEIRO

Art. 24 - O Controle Contábil-Financeiro das atividades do Serviço de Desenvolvimento do Artesanato - SEDART será exercido pela Contadoria da Fundação do Serviço Social e pela chefia do SEDART.

Parágrafo Primeiro - O controle contábil-financeiro de que trata este artigo processar-se-á de acordo com as normas e procedimentos que venham a ser regulados por ato do Diretor Executivo.

Parágrafo Segundo - Serão também definidos por ato do Diretor Executivo as formas de execução das atividades e os modelos de toda a documentação a ser utilizada pelo SEDART para fins de controle físico e financeiro, de estoque e de prestação de contas.

Art. 25 - A Contadoria da Fundação do Serviço Social prestará toda a assistência técnico-contábil e a orientação que se fizer necessária às atividades do SEDART e das Unidades de Produção.

Art. 26 - O Serviço de Desenvolvimento do Artesanato - SEDART, no que diz respeito as suas operações contábeis financeiras, estará sujeito ao regime de auditagem interna exercida pela Fundação do Serviço Social, que será executada pelo seu órgão de Contabilidade e pela Comissão Permanente de Auditoria Interna - COPAI.

Art. 27 - O Diretor Executivo providenciará, em agências do Banco Regional de Brasília ou de outros estabelecimentos bancários oficiais, para os fins de movimento dos recursos financeiros do SEDART, a abertura dos seguintes tipos de contas especiais:

a) Fundação do Serviço Social-SEDART/MOVIMENTO GERAL

b) Fundação do Serviço Social - SEDART/VENDAS

c) Fundação do Serviço Social - SEDART/PRODUÇÃO

Parágrafo Primeiro - Nas contas relativas à "Fundação do Serviço Social - SEDART/VENDAS" serão depositados os recursos oriundos das Lojas Artesanais, os quais serão movimentados conjuntamente pelo Chefe do Serviço de Desenvolvimento do Artesanato e Diretor Executivo da Fundação.

Parágrafo Segundo - Nas contas relativas à "Fundação do Serviço Social - SEDART/PRODUÇÃO" serão depositados os recursos relativos ao funcionamento da Unidade de Produção, os quais serão movimentados conjuntamente pelo servidor da Fundação do Serviço Social designado como seu Responsável e pelo Diretor Executivo.

Parágrafo Terceiro - Na Conta "Fundação do Serviço Social - SEDART/MOVIMENTO GERAL", que será movimentada pelo Che

fe do Serviço de Desenvolvimento do Artesanato, conjuntamente com o Diretor Executivo, serão depositados os saldos das contas especiais das Unidades de Venda e de Produção, de acordo com o estabelecido neste Regulamento.

Art. 28 - Para os fins de exercer a gestão economico-financeira das Unidades Nucleadas de Artesanato, com poderes para a movimentação dos recursos e realização de despesas, na forma do estabelecido neste Regulamento, será designado, por ato do Presidente, um "Responsável Executivo" cuja escolha recairá em servidor do Quadro do Pessoal da Fundação, lotado no CDS local ou Unidade de Atendimento, de acordo com a indicação do Diretor do respectivo Departamento Técnico.

SEÇÃO II

DOS CUSTOS E DAS RECEITAS DO SEDART

Art. 29 - As unidades de Produção manterão, de acordo com as normas técnicas emanadas do Escritório Central do SEDART e da Contadoria da Fundação do Serviço Social, o registro apropriado das despesas com o processamento da confecção de cada produto, com vistas a apurar o seu custo, destacando de modo especial:

a) matéria prima e demais insumos utilizados;

b) mão-de-obra do artesão empregada;

c) depreciação das ferramentas e equipamentos utilizados;

d) despesas administrativas gerais da Unidade de Produção e do SEDART.

Art. 30 - No caso das Unidades Nucleadas de Artesanato, a receita oriunda da venda dos produtos, por intermédio do SEDART ou diretamente ao consumidor, terá a seguinte destinação:

a) a parcela relativa às despesas com a matéria prima e insumos diversos ficará em poder da Unidade, depositada em sua conta especial SEDART/PRODUÇÃO, constituindo seu capital de giro;

b) a parcela relativa à mão-de-obra será distribuida ao artesão ou artesãos responsáveis pela confecção do produto;

c) as parcelas relativas à depreciação e às despesas administrativas gerais, uma vez deduzidas as despesas diretas realizadas pela própria Unidade com a aquisição de ferramentas ou equipamentos ou com atividades administrativas gerais, serão recolhidas à conta especial "Fundação do Serviço Social SEDART/MOVIMENTO GERAL", como receita do Serviço de Desenvolvimento do Artesanato.

Parágrafo único - As ferramentas e equipamentos que forem adquiridos diretamente pela Unidade, à conta de receitas operacionais, serão incorporadas ao patrimônio da Fundação, para o que o SEDART tomará as necessárias providências, por solicitação do Responsável Executivo da respectiva unidade de produção.

Art. 31 - No caso de Unidades Domiciliares de Artesanato, será transferida pelo Artesão ao SEDART tão sòmente a parcela relativa às despesas administrativas gerais, devendo ficar em seu poder as demais parcelas discriminadas nas alíneas a, b e c do Art. 30.

Parágrafo único - O SEDART proporcionará aos artesãos que compõem as Unidades Domiciliares a necessária assistência técnica para a correta administração econômica de suas atividades, de modo a que seja preservado o seu capital de giro, bem como a reposição das ferramentas e equipamentos necessários à produção.

Art. 32 - Para a formação do capital de giro necessário ao financiamento da produção das Unidades Artesanais, a Fundação adotará o seguinte procedimento:

a) no caso das Unidades Nucleadas, o capital de giro será provido mediante alocação de dotações orçamentárias para as despesas relativas às primeiras aquisições de matéria prima e demais insumos, ou mediante canalização direta, para a Unidade, de doações recebidas de terceiros;

b) no caso das Unidades Domiciliares, o capital de giro poderá ser provido mediante doações de terceiros ou realização de operações de empréstimos ao Artesão, através do Sistema de Crédito Social Orientado administrado pela própria Fundação.

Art. 33 - Além do provimento do capital de giro, a Fundação destinará instalações adequadas ao funcionamento das Unidades Nucleadas de Artesanato e poderá adquirir e destinar a essas Unidades as ferramentas e equipamentos necessários ao processamento de sua produção, mediante alocação de recursos orçamentários específicos.

Art. 34 - O custo de comercialização final do produto ao consumidor, por intermédio do SEDART, incluirá, além do custo de produção apurado na forma do Art. 29, mais os seguintes componentes:

a) despesas operacionais da Unidade de Venda;

b) despesas administrativas gerais do SEDART.

Art. 35 - A receita gerada pela comercialização, através das Unidades de Vendas do SEDART, dos produtos adquiridos ou recebidos em consignação das Unidades de produção, terá a seguinte destinação:

a) a parcela correspondente ao custo do produto, uma vez deduzida a parcela a que se refere a alínea c, do Art. 30, será transferida à Unidade de Produção respectiva;

b) a parcela correspondente ao custo operacional da Unidade de Venda ficará em seu poder, depositada na conta especial "PAS-SEDART/VENDAS", constituindo o respectivo capital de giro;

c) a parcela correspondente às despesas administrativas gerais, assim como a que vier a ser deduzida do valor do custo do produto, de acordo com o que determina a letra a, deste artigo, será recolhida à conta especial "PAS-SEDART/MOVIMENTO GERAL".

Art. 36 - As parcelas recolhidas, na forma do que determina este Regulamento, à Conta "MOVIMENTO GERAL" do SEDART constituirão sua receita geral.

Parágrafo Primeiro - Do total da receita geral do SEDART, 20% (vinte por cento) será destinado à constituição de um Fundo de Assistência Técnica ao Artesanato - FUNASTEC, com o objetivo de custear as despesas com o treinamento e aperfeiçoamento técnico e artístico dos artesãos, desenvolvimento de padrões de produtos, métodos e técnicas de produção.

Parágrafo Segundo - O restante da receita geral do SEDART destinar-se-á a custear as despesas gerais com o funcionamento da gerência e Escritório Central, devendo os saldos verificados serem recolhidos trimestralmente à Tesouraria da Fundação, como receita da Entidade.

CAPÍTULO V

DA CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE UNIDADES INTEGRANTES DO SEDART

Art. 37 - As atividades de produção artesanal, na forma do que dispõe este Regulamento, serão exercidas através das seguintes Unidades:

I - vinculadas aos CDS do DAC:

a) Unidade Nucleada de Artesanato - UNART-01-Brazlândia;

b) Unidade Nucleada de Artesanato - UNART-02-Cei-

Unidade;

c) Unidade Vinculada de Artesanato - UNART - 05 GAMA;

d) Unidade Vinculada de Artesanato - UNART - 06 Planaltina.

II - vinculadas a Unidades de Atendimento do DEBEM:

a) Unidade Vinculada de Artesanato - UNART - 05 Granja das Oliveiras.

III - vinculadas a Unidades de Atendimento do DESA:

Unidade Vinculada de Artesanato - UNART - 06 Centro de Orientação Social, Planaltina.

Art. 38 - As Atividades de comercialização de artesanato diretamente ao consumidor, na forma do que dispõe este Regulamento, serão exercidas através das seguintes unidades diretamente subordinadas à Chefia do SEDART:

a) Loja de Artesanato - 01 - Aeroporto Internacional de Brasília;

b) Loja de Artesanato - 02 - Edifício Venâncio II.

Art. 39 - O Presidente da Fundação poderá, a qualquer tempo e por ato próprio, extinguir ou criar novas Unidades de Produção ou Lojas de venda de artesanato, na forma do proposto pelo Diretor Executivo e desde que o programa de fomento à produção e comercialização de artesanato o exija e fique demonstrada a sua viabilidade econômica.

Art. 40 - Para a criação ou extinção de novas Unidades de Produção ou de Vendas de Artesanato, a Diretoria Executiva adotará, por intermédio do SEDART, as necessárias providências de registro fiscal e de licenciamento para o exercício das atividades, bem como pleiteará as isenções tributárias pertinentes.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 - Além do disposto neste Regulamento aplicam-se, no que couber, ao Serviço de Desenvolvimento de Artesanato - SEDART as demais normas previstas nos Estatutos, Regimento Interno e Regulamento Geral da Fundação do Serviço Social.

Art. 42 - O Presidente da Fundação do Serviço Social, e, no que couber, o seu Diretor Executivo, baixarão os atos necessários à interpretação, complementação e disciplinamento das atividades previstas neste Regulamento.

Art. 43 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Diretor Executivo da Fundação do Serviço Social.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 10 DE DEZEMBRO DE 1974

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 28, inciso XI, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2 111, de 28 de novembro de 1972.

RESOLVE:

designar a servidora CELIA LOBO, Oficial de Administração, nível 14-B, matrícula nº 4.470, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir a Secretária-Datilógrafa, símbolo FC-10, do Departamento de Concessões e Permissões, GERUSA BARRADAS DE LEMOS, matrícula nº 9.990, durante seu período de férias regulamentares, de 06.01 a 04.2.75.

DISTRITO FEDERAL, 10 de dezembro de 1974.

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos.
Respondendo

PORTARIA DE 10 DE DEZEMBRO DE 1974.

O SECRETARIO DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe conferida pelo artigo 28, inciso XI, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.111, de 28 de novembro de 1972,

RESOLVE:

designar o servidor OSMAR DAMASCENO, Diretor da Divisão de Concessões e Permissões, símbolo Fc-3, matrícula nº 2.223, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir, em seus impedimentos eventuais, GERALDO GONÇALVES DE SOUZA, Assessor, Código DAS-102.1, matrícula nº 18 061, do Departamento de Concessões e Permissões.

DISTRITO FEDERAL, 10 de dezembro de 1974.

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos
Respondendo

PORTARIA DE 10 DE DEZEMBRO DE 1974.

O SECRETARIO DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 28, inciso XI, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.111, de 28 de novembro de 1972,

RESOLVE:

designar o servidor MARTINHO PIRES DE ARAUJO, Oficial de Administração, nível 12-A, matrícula nº 15.163, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir, em seus impedimentos eventuais MARIA DA CONCEIÇAO MOURA DE PAULA PINTO;: Oficial de Gabinete, símbolo FC-10, matrícula nº 18 116.

DISTRITO FEDERAL, 10 DE DEZEMBRO DE 1974.

JOSE GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos
Respondendo

PORTARIA DE 17 DE DEZEMBRO DE 1974.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 28, inciso XI, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.111, de 28 de novembro de 1972,

R E S O L V E:

Designar a servidora MARIA MILKSA ARAUJO DE REZENDE, Assessor-Auxiliar, símbolo FC-5, matrícula nº 8.736, para substituir ABGAIL BARRETTO FREIRE, Assessor, Código DAS-102.1, matrícula nº 1.930, do Gabinete do Secretário de Serviços Públicos, no seu período de férias regulamentares de 02 a 31 de dezembro de 1974.

DISTRITO FEDERAL, 17 de dezembro de 1974.

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos
Respondendo

DESPACHOS

Processo nº 146025/74
Interessado: Divisão de Administração - SLU
Assunto: PPI nº 48/74-DA - solicita autorizar a realização da despesa no valor de Cr$ 89.317,20
Com base na delegação de competência de que trata o inciso II, art. 1º do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967, com a nova redação dada pelo Decreto nº 1.718, de 16 de junho de 1971, DISPENSO A LICITAÇÃO, nos termos da letra "F", inciso I, art. 3º do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971 a despesa com energia elétrica, no valor de Cr$ 89.317,20 (oitenta e nove mil, trezentos e dezessete cruzeiros e vinte centavos), diretamente à COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA - CEB -, pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana - SLU.

Brasília, 11 de dezembro de 1974
JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos
Respondendo

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

ATOS DO SUPERINTENDENTE

PROCESSO Nº: 146139/74
Interessado: FRANCISCO GOMES DA SILVA
Assunto: Ordem de Serviço "SLU", de 11.12.74 - Declara vago, apartir de 01 de dezembro de corrente ano, 1 (um) emprego de Auxiliar de Administração, EP—09, : bloqueado pelo servidor FRANCISCO GOMES DA SILVA, matrícula 00.430 — QPPDF, em virtude de sua remoção para a Secretaria de Serviço Públicos.
PROCESSO Nº 146321/74
Interessado: JOSÉ BISPO CANDIDO
Assunto: Ordem de Serviço "SLU", de 11.12.74 - 1. Aproveita, a partir desta data, no emprego de Operador de Máquinas Pesadas, EP—09, o servidor JOSÉ BISPO CANDIDO, matrícula 00.481—QPPDF.
Z. Declara vago 1 (um) emprefo de Auxiliar de Mecânico, EP—05, em razão do aproveitamento de que trata esta Ordem de Serviço.

Interessado: CARLOS HUMBERTO RIBEIRO DA SILVA
Assunto: Ordem de Serviço "SLU", de 11.12.74 — Designa, a partir desta data, CARLOS HUMBERTO RIBEIRO DA SILVA, Estatístico de Nível Médio, EP—16, matrícula nº 70.161, da TEP/SLU, para substituir em seus impedimentos eventuais o Chefe da Seção de Programação da DPP—SLU.

Interessado: ADÃO JOSÉ SANTANA
Assunto: Ordem de Serviço "SLU", de 11.12.74 -Designa, a partir desta data, ADÃO JOSÉ DE SANTANA, Feitor, EP—04, matrícula 70.009, da TEP/SLU, para substituir em seus impedimentos eventuais o Encarregado de Limpeza ANTONIO MOREIRA ALVES, matrícula nº 70.096, da D.O.—SLU.

Interessado: ANTONIO CELSO SOARES
Assunto: Ordem de Serviço "SLU", de 11.12.74 - Designa, a partir desta data, ANTONIO CELSO SOARES, Praticante de Administração, EP—7, matrícula 70.070, da TEP/SLU, para substituir em seus impedimentos eventuais o Encarregado de Limpeza MANOEL MILITÃO DE ASEVEDO, matrícula 70.656, do SLU.

PROCESSO Nº 146061/74
Interessado: PETRONILHO NOVASIS DE OLIVEIRA
Assunto: Ordem de Serviço "SLU", de 11.12.74 - 1. Aproveita, a partir desta data, no emprego de Armazenista, EP—6, o servidor PETRONILHO NOVAIS DE OLIVEIRA, matrícula 72.779, de TEP/SLU.
2. Declara vago 1 (um) emprego de Apontador Fiscal, EP-3, em razão de aproveitamento de que trata esta Ordem de Serviço.

Brasília, 11 de dezembro de 1974

PAULO CESAR CUNTIN FILPO
Superintendente

Interessado: AURÉLIO MARIN REJON
Assunto: Ordem de Serviço "SLU", de 16.12.1974 — Designa, a partir desta data, AURÉLIO MARIN REJON, para exercer o Emprego em Comissão de Encarregado de Limpeza, EC—14, da TEC/SLU.

Brasília, 16 de dezembro de 1974

PAULO CESAR CUNTIN FILPO
Superintendente

"As árvores são grandes usinas de oxigênio, o gás indispensável à vida; nas cidades devidamente arborizadas o ar é encontrado sempre ricamente oxigenado, o que concorre para o pronto revigoramente do organismo humano. Ajudando a preservar as árvores de uma Superquadra, você está concorrendo para o bem estar de sua família".

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 4 DE DEZEMBRO DE 1974

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 126, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.090, de 30 de outubro de 1972
RESOLVE:
Designar o servidor FRANCISCO DE SOUZA MOTA, Agente de Polícia "A", matrícula nº. 33.595, para substituir o Chefe da Seção de Supervisão e Controle de Aprendizagem da Divisão de Habilitação de Condutores do Departamento de Trânsito da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, por motivo de férias regulamentares, a partir de 2 de dezembro de 1974.
Distrito Federal, 4 de dezembro de 1974
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 4 DE DEZEMBRO DE 1974

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 126, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.090, de 30 de outubro de 1972,
RESOLVE:
Designar LUIZ RUFINO DE ARAUJO, Agente Auxiliar de Polícia "A", matrícula nº. 30.911, para substituir o Chefe da Seção de Vigilância e Investigações Criminais, Símbolo FC—9, da 18ª. Delegacia Policial, da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil do Distrito Federal, por motivo de férias regulamentares a partir de 02 de dezembro do corrente ano.
Distrito Federal, 4 de dezembro de 1974
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON-Cel.
Secretário de Segurança Pública.

PORTARIA DE 6 DE DEZEMBRO DE 1974

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º. do artigo 2º., do Decreto nº. 1.175, de 23 de outubro de 1969,
RESOLVE:
Designar o servidor AGAMENOM BATISTA DE ALMEIDA, Motorista Policial "A", matrícula nº. 33.623, do Quadro de Pessoal Civil da SEP, para compor Comissões Examinadoras de Trânsito, do Departamento de Trânsito da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 6 de dezembro de 1974
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 6 DE DEZEMBRO DE 1974

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º. do artigo 2º., do Decreto nº. 1.175, de 23 de outubro de 1969,
RESOLVE:
Designar o 1º. Tenente PM ELI DE ALMEIDA, para compor Comissões Examinadoras de Trânsito do Departamento de Trânsito da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal,
Distrito Federal, 6 de dezembro de 1974
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel.
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 6 DE DEZEMBRO DE 1974

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º. do artigo 2º., do Decreto nº. 1.175, de 23 de outubro de 1969,
RESOLVE:
Designar o Bel CARLOS ALBERTO DE CASTRO MORAIS, para compor Comissões Examinadoras de Trânsito do Departamento de Trânsito da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 6 de dezembro de 1974
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 9 DE DEZEMBRO DE 1974
O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 126, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.090, de 30 de outubro de 1972,
R E S O L V E:
designar o servidor VALENTINO CICERO GOMES, Oficial de Administração "B", matrícula nº 33.287, para substituir o Chefe da Seção de Exames Técnicos e Práticos da Divisão de Habilitação de Condutores do Departamento de Trânsito da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, por motivo de férias regulamentares, a partir de 02 de dezembro do corrente ano.
Distrito Federal, 9 de dezembro de 1974
AIMÉ ALCEBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel
Secretário de Segurança Pública do DF.

PORTARIA DE 9 DE DEZEMBRO DE 1974
O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 126, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.090, de 30 de outubro de 1972, e tendo em vista o que preceitua o parágrafo 1º do artigo 153, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, e ainda o que consta do Processo nº 127.493/74—SEP,

R E S O L V E:
designar os Médicos Legistas Drs. WILSON CAMPOS DE MIRANDA, HELCIO LUIZ MIZIARA e ISAAC BARRETO RIBEIRO, para, sob a presidência do primeiro, comporem Junta Médica Especial, para examinar a Senhora IVANETE FERREIRA DE BARROS, a fim de revalidar sua Carteira Nacional de Habilitação.
Distrito Federal, 9 de dezembro de 1974
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel
Secretário de Segurança Pública do DF.

PORTARIA DE 9 DE DEZEMBRO DE 1974
O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 126, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.090, de 30 de outubro de 1972,

R E S O L V E:
Designar, ONÉSIO NOGUEIRA FILHO, matrícula nº 33.072, Chefe da Seção de Aquisição e Movimentação de Material, para substituir em seus impedimentos eventuais,o Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
Distrito Federal, 9 de dezembro de 1974.
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON—Cel
Secretário de Segurança Pública do DF

PORTARIA DE 11 DE DEZEMBRO DE 1974

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 126, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.090, de 30 de outubro de 1972, e tendo em vista o que preceitua o parágrafo 1º. do artigo 153, do Regulamento do Código Nacional de Transito, e ainda o que consta do Processo nº. 127.548/74-SEP,
RESOLVE:
Designar os Médicos Legistas Drs. WILSON CAMPOS DE MIRANDA, HERMES RODRIGUES DE ALCANTARA e ARY LOUSADA DIAS: para, sob a presidência do primeiro, comporem Junta Médica Especial, para examinar o Senhor CARLOS HUMBERTO LOIOLA: a fim de obter Carteira Nacional de Habilitação.
Distrito Federal, 11 de dezembro de 1974
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel
SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA

PORTARIA DE 11 DE DEZEMBRO DE 1974

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13, do Decreto "N" nº. 618, de 12 de junho de 1967,
RESOLVE:
Determinar, a aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, previsto no artigo 1º. do Decreto "N" nº. 618, de 12 de junho de 1967, ao funcionário DEONISIO INÁCIO DIAS DA SILVA, matrícula nº. 33.822, detentor da Função em Comissão, Símbolo FC-9, de Chefe da Seção de Material e Transportes do Departamento de Trânsito, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal a partir de 03 de dezembro do corrente.

Distrito Federal, 11 de dezembro de 1974
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON Cel
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 13 DE DEZEMBRO DE 1974

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 126, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.090, de 30 de outubro de 1972,
RESOLVE:
Designar HIRAM RORIZ, Agente de Polícia "A", matrícula nº. 33.506, do Quadro de Pessoal Civil da SEP, para substituir o Chefe da Secretaria do Gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, por motivo de férias regulamentares, a partir de 16 de dezembro do corrente ano.

Distrito Federal, 13 de dezembro de 1974
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON, Cel
Secretário de Seguraça Pública

PORTARIA DE 13 DE DEZEMBRO DE 1974

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 126, VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.090/72, e tendo em vista o disposto nos artigos 83 e 84 do Decreto nº. 59.310, de 27 de setembro de 1966,

RESOLVE:
1— Designar os Delegados de Polícia-PC—201.8— ENY PINTO DE CASTRO, Coordenador de Polícia Judiciária, matrícula nº. 30.011, JAIRO ALEXANDRE, Diretor da Escola de Polícia, matrícula nº. 30.051, WALDOMIR ROSTIROL BIACCHI, Assessor de Técnica Policial, matrícula nº. 30.237, o Delegado de Polícia PC—201.7 — IDECY TELLES DE MACEDO, matrícula nº. 30.137, e o Diretor da Divisão de Pessoal - SÉRGIO EIRAS MENDONÇA, matrícula nº. 33.334, para, sob a presidência do primeiro, constituirem Comissão destinada a processar as medidas necessárias à efetivação de PROMOÇOES nas séries de classes integradas por cargos de natureza policial do Quadro de Pessoal Civil desta Secretaria.
II—Determinar à Comissão, a que alude o item anterior, o início imediato dos trabalhos para os quais está sendo designada, devendo, quanto às promoções referentes aos exercícios anteriores e o em curso, funcionar em caráter de urgência.
III— Revogar as disposições em contrário.
Distrito Federal, 13 de dezembro de 1974.
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON — Cel.
Secretário de Segurança Pública.

PORTARIA DE 13 DE DEZEMBRO DE 1974
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere artigo 126,inciso VII,do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2 090, de 30 de outubro de 1972, e tendo em vista o que preceitua o parágrafo 1º. do artigo 153, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, e ainda o que consta do processo nº. 127672/74-SEP

RESOLVE:
designar os Médicos Legistas Drs. JOSÉ JOÃO COMINI, HERMES RODRIGUES DE ALCANTARA e JOSE MARIA RODRIGUES DE MORAES, para sob a presidência do primeiro, comporem Junta Médica Especial, para examinar o Senhor HAGAMENON MODESTO NOGUEIRA, a fim de obter Carteira Nacional de Habilitação.
Distrito Federal, 13 de dezembro de 1974
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON Cel
Secretário de Segurança Pública do DF.

PORTARIA DE 13 DE DEZEMBRO DE 1974
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 126, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2 090, de 30 de outubro de 1972, e tendo em vista o que preceitua, o parágrafo 1º do artigo 153, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito e ainda o que consta do processo nº 127673/74-SEP.
RESOLVE:

designar os Médicos Legistas Drs. WILSON CAMPOS DE MIRANDA, MARCIO BAUM DI DOMENICO e HELCIO LUIZ MIZIARA, para, sob a presidência do primeiro, comporem Junta Médica Especial para examinar o Senhor ORNELINO CONCEIÇÃO DE SOUZA, a fim de obter Carteira Nacional de Habilitação.
Distrito Federal, 13 de dezembro de 1974
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON Cel
Secretário de Segurança, Pública do DF.

PORTARIA DE 13 DE DEZEMBRO DE 1974
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 126, XIX do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2 090/72,

RESOLVE:
designar o Bel. EVALDO CARNEIRO, Delegado de Polícia "B", Código PC-201.7. matrícula nº 33 329, substituto eventual do Delegado Chefe da 13ª Delegacia Policial, da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil do Distrito Federal.
Distrito Federal, 13 de dezembro de 1974
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON Cel
Secretário de Segurança Pública do D.F.

PORTARIA DE 13 DE DEZEMBRO DE 1974
O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 126, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2090, de 30 de outubro de 1972

RESOLVE:
designar PEDRO LEMOS ROSAL, Escrivão Auxiliar de Polícia, "A", matrícula nº 33 282, para substituir

o Chefe do Cartório, Símbolo FC-8, da Delegacia de Homicídio da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil do Distrito Federal, por motivo de férias regulamentares a partir de 16 de dezembro do corrente ano.
Distrito Federal, 13 de dezembro de 1974
AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON Cel
Secretário de Segurança Pública do DF.

PORTARIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 1974

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 126, inciso VII, do Regimento Aprovado pelo Decreto nº. 2.090, de 30 de outubro de 1972,

RESOLVE:

Designar ARNALDO GOMES DE ARAUJO, Chefe da Seção de Direitos e Deveres e ONESIMO NOGUEIRA FILHO, Chefe da Seção de Aquisição e Movimentação, para substituirem na comissão de promoção dos servidores da categoria não policial, do Quadro de Pessoal Civil da SEP—DF, instituída pela Portaria nº. 481/73—SEP, os membros EDIGAR NUNES PEREIRA e ANNA MARIA MONTEIRO MARTINS.

Distrito Federal, 16 de dezembro de 1974
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON — Cel.
Secretário de Segurança Pública do DF.

PORTARIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 1974

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 126, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.090, de 30 de outubro de 1972,
RESOLVE:
designar AYRTON VILLA REAL, Escrivão de Polícia "B", matrícula nº. 31.019, para substituir o Chefe do Cartório, Símbolo FC—8, da 3ª. Delegacia Policial, da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil do Distrito Federal, por motivo de férias regulamentares a partir de 02 de dezembro do corrente ano.
Distrito Federal, 16 de dezembro de 1974

AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON — Cel. Secretário de Segurança Pública do DF.

DESPACHOS

No Processo nº 127.214/74—SEP, referente ao Patrulheiro "B", SEBASTIÃO DE SOUZA BORGES, matrícula nº 31.643, foi exarado o seguinte despacho: "I-Aprovo as concusões da CPD no expediente protocolizado sob o nº 127.214/74—SEP, em que é interessado o Patrulheiro "B" SEBASTIÃO DE SOUZA BORGES, matrícula 31.643; II Considerando que o servidor, ao ser convidado a opor seu ciente em expediente oriundo da CPD, onde responde a quatro(4)sindicâncias, se recusou e tratou com zombaria ao funcionário da 2ªDP, encarregado de fazê-lo,dirigindo-se ainda, de modo desrespeitoso ac Presidente daquele órgão, e, provada a transgressão aos preceitos dos artigos 59.310/66, aplico-lhe a pena de 30 (30) dias de suspensão, que converto em multa por necessidade do serviço; —III—Ao D.A.G. - Divisão de Pessoal - para os necessários registros. Após, à C.P.D. - Distrito Federal, 20 de novembro de 1974".

Processo nº: 127.023/74—SEP
Interessado: ROD—Comércio, Representações e Distribuições
Assunto : Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 8.200,00-
"De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências complementares. - Brasília-DF,07 de novembro de 1974".

Processo nº: 127.147/74—SEP
Interessado: INSETEX/MORADIA—Imunizadora e Conservadora
Assunto : Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 900,00-
"De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências complementares. - Brasília-DF, 19 de fevereiro de 1974".

Processo nº: 127.191/74—SEP
Interessado: PITNEY BOWES MAQUINAS LTDA
Assunto : Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 938,00-
"De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências complementares.-Brasília, 07 de novembro de 1974".
Processo nº 127.098/74-SEP
Interessado: POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 10.000,00 a favor da SAB.
"De acordo com o parecer supra. Publique-se e encaminhe-se à Polícia Militar do Distrito Federal, para as providências complementares.-Brasília-DF, 14 de novembro de 1974".

Processo nº: 127.099/74-SEP
Interessado: POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 20.000,00,a favor da PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A.
"De acordo, com o parecer supra. Publique-se e encaminhe-se à Polícia Militar do Distrito Federal, para as providências complementares.-Brasília, 14 de novembro de 1974".

Processo nº: 127.100/74-SEP
Interessado: POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 30.000,00 a favor da DIRETORIA GERAL DE SAUDE DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DA GUANABARA.
"De acordo, com o parecer supra. Publique-se e encaminhe-se à Polícia Militar do Distrito Federal, para as providências complementares.-Brasília/DF, 14 de novembro de 1974".

Processo nº: 127.101/74-SEP
Interessado: POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 373.000,00 a favor da PETROBRÁS DISTRITUIDORA S/A.
"De acordo, com o parecer supra. Publique-se e encaminhe-se à Polícia Militar do Distrito Federal, para as providências complementares.-Brasília/DF, 14 de novembro de 1974".

Processo nº: 127.102/74-SEP
Interessado: POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 10.000,00, a favor da PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A.
"De acordo com o parecer supra. Publique-se e encaminhe-se à Polícia Militar do Distrito Federal, para as providências complementares.-Brasília, 14 de novembro de 1974".

Processo nº.: 127.103/74-SEP
Interessado: POLICIA MILITAR DO DF
Assunto : Dispensa de Licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 175.000,00, a favor da COTELB.
"De acordo com o parecer supra. Publique-se e encaminhe-se à Polícia Militar do Distrito Federal, para as providências complementares.-Brasília-DF, 14 de novembro de 1974".

Processo nº: 127.104/74—SEP
Interessado: POLICIA MILITAR DO DF
Assunto : Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$25.000,00,a favor da COMPANHIA TELEFONICA BRASILEIRA.
"De acordo com o parecer supra. Publique-se e encaminhe-se à Polícia Militar do DF,para as providências complementares.
Brasília, 14 de novembro de 1974".

Processo nº: 127.105/74—SEP
Interessado: POLICIA MILITAR DO DF
Assunto : Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 20.000,00, a favor da TCB.
"De acordo com o parecer supra. Publique-se e encaminhe-se à Polícia Militar do DF, para as providências complementares.
Brasília, 14 de novembro de 1974".

Processo nº: 127.106/74—SEP
Interessado: POLICIA MILITAR DO DF
Assunto : Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 150.000,00, a favor da CAESB.
"De acordo com o parecer supra. Publique-se e encaminhe-se à Polícia Militar do DF, para as providências complementares.
Brasília-DF, 14 de novembro de 1974".

Processo nº: 127.210/74—SEP
Interessado: POLICIA MILITAR DO DF
Assunto : Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$455.038,00,a favor da VOLKSWAGEN DO BRASIL S/A.
"De acordo com o parecer retro do Departamento de Administração Geral da SEP, dispenso a licitação e autorizo a emissão da nota de empenho respectiva, no valor total de Cr$ 455.038,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil e trinta e oito cruzeiros), a favor da empresa VOLKSWAGEN DO BRASIL S/A, para aquisição das viaturas nele especificadas. -2- Publique-se e encaminhe-se à Polícia Militar do DF, para as providências complementares.- Brasília-DF, 31 de novembro de 1974".

Processo nº: 127.211/74 — SEP
Interessado: POLICIA MILITAR DO DF
Assunto : Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 257.040,00-
"De acordo com o parecer retro do Departamento de Administração Geral da SEP, dispenso a licitação e autorizo a emissão da nota de empenho respectiva, no valor total de Cr$ 257.040,00 (duzentos e cinquenta e sete mil e quarenta cruzeiros), a favor da UNITEL INDUSTRIA ELETRONICA S/A, para aquisição do material nele especificado.-2-Publique-se e encaminhe-se à Polícia Militar do DF, para as providências complementares.- Brasília-DF, 21 de novembro de 1974".

Processo nº: 127.212/74—SEP
Interessado: POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
Assunto : Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 243.739,76-
"De acordo com o parecer retro do Departamento de Administração Geral da SEP, dispenso a licitação e autorizo a emissão da nota de empenho respectiva, no valor total de Cr$ 243.739,76 (duzentos e quarenta e três mil, setecentos e trinta e nove cruzeiros e setenta e seis centavos), a favor da empresa MERCEDES BENZ DO BRASIL S/A, para aquisição das viaturas nele especificadas.- 2 — Publique-se e encaminhe-se à Polícia Militar do DF, para as providências complementares. - Brasília-DF, 21 de novembro de 1974".

Processo nº: 127.022/74—SEP
Interessado: AUTO CAPAS PACHECO
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 670,00.-
"De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências que forem necessárias. - Brasília-DF, 14 de novembro de 1974".

Processo nº. 127. 219/74—SEP
Interessado: SPERRY RAND DO BRASIL
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 628,72 "De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências complementares. Brasília, 14 de novembro de 1974".
Processo nº: 125 933/74-SEP
Interessado: JOSE DE ANDRADE
Assunto: Processo Administrativo
"I-De acordo. II—Lavre-se o ato pertinente. Distrito Federal, 25 de novembro de 1974".

Processo nº: 126 363/74-SEP
Interessado: JOAO GONÇALVES NETO
Assunto: Processo Especial
"Para que produza os seus jurídicos e legítimos efeitos, homologo o resultado a que chegou a Comissão constituída pela Portaria de 31/10/74, transcrita no Boletim nº. 213/74-SEP, de 06/11/74, caracterizando como acidente em serviço, o mal que acometeu o servidor JOAO GONÇALVES NETO, Agente de Polícia "B" matrícula nº. 30.097, do Quadro de Pessoal Civil da SEP, afastando-o do Curso de Preparação Policial, categoria aperfeiçoamento, instituído pela Ordem de Serviço de setembro do corrente ano, nas circunstâncias relatadas no Processo nº. 126363/74-SEP. Publique-se e encaminhe-se ao DAG—Divisão de Pessoal para os registros de praxe.-Brasília-DF, 25 de novembro 1974".
Processo nº. 609.238/71 e 602.386/72—SEP
Interessado: CLEIDSTON PIMENTA
Assunto: Resultado de Processo Disciplinar
"I-O servidor em referência, conforme o laudo psiquiátrico nº 048/74—IML—SM, expedido pela Junta médica da SEP, em 18/11/74, encontra-se, no momento, apto a reassumir o exercício de seu cargo.-2-O Departamento de Administração Geral adote as providências que se fizerem necessárias.-Brasília-DF., 26 de novembro. de 1974".

Processo nº: 127.012/74-SEP
Interessado: WELINGTON DA SILVA CRUZ
Assunto: Auxílio-doença
"Em 22 de novembro de 1974. - 1 - Autorizo o pagamento de auxílio doença ao servidor WELINGTON DA SILVA CRUZ, conforme parecer da Seção de Direitos e Deveres da Divisão de Pessoal - 2. Publique-se".

Processo nº: 127.376/74-SEP
Interessado: VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S/A VASP
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho, por estimativa, no valor de Cr2.000,00 - "De acordo. Autorizo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para emissão de Nota de Empenho. Brasília-DF, 21 de novembro de 1974".

Processo nº: 127.343/74-SEP
Interessado: ELÉTRICA ARAUJO E ELETRONICA YARA LTDA.
Assunto: Dispensa de Licitação e emissão de nota de empenho nos valores de Cr$023,00 e Cr$756,00.
"De acordo,. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências complementares. Brasília-DF, 14 de novembro de 1974".

Processo nº: 127.377/74-SEP
Interessado: GESTETNER DUPLICADORES LTDA.
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$723,78
"De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências complementares. Brasília-DF, 14, de novembro de 1974".

Processo nº: 127.380/74-SEP
Interessado: PAPELARIA RIO
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$310,40.
"De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, paras as providências complementares. Brasília-DF, 14 de novembro de 1974".

Processo nº. 127.381/74-SEP
Interessado: RIO GRANDE DO SUL-Rep. de Produtos Agropecuários
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 1.095,20
"De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências complementares. -Brasília-DF., 22 de novembro de 1974".

Processo nº. 127.408/74-SEP
Interessado: RETIFICA BRASILIENSE DE MOTORES
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr 926,00-
"De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências que forem necessárias. -Brasília-DF, 26 de novembro de 1974".

Processo nº. 127.479/74-SEP
Interessado: POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 70.980,00, a favor da firma FORJAS TAURUS S/A.
"De acordo com o parecer supra, dispenso a licitação e autorizo a emissão da nota de empenho respectiva. - Publique-se e encaminhe-se à Polícia Militar do DF, para as providências complementares. -Brasília-DF, 29 de novembro de 1974".

Processo nº. 127.441/73-SEP
Interessado: ELÉTRICA BRASILIA LTDA
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 1.550,00-
"De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências complementares. -Brasília-DF, 28 de novembro de 1974".

Processo nº.: 127.462/74-SEP
Interessado: SETEMEC-Serviços Técnicos de Máquinas Copiadoras Ltda.
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 375,00-
"De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências necessárias. -Brasília-DF, 29 de novembro de 1974".

Processo nº.: 127.463/73-SEP.
Interessado: CINE FOTO GB
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 1.100,00-
"De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências complementares. -Brasília-DF, 29 de novembro de 1974".

Processo nº.: 127.464/74-SEP
Interessado: TIRADENTES MÉDICO-HOSPITALAR
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 1.459,66-
"De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências complementares. -Brasília-DF, 29 de novembro de 1974".
Processo nº.: 127.465/74-SEP
Interessado: PAPELARIA RIO
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 416,56-
"De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências complementares. -Brasília-DF, 29 de novembro de 1974".

Processo nº.: 127.446/74-SEP
Interessado: SEBASTIÃO TEIXEIRA PRETO
Assunto: Dispensa de licitação e emissão de nota de empenho no valor de Cr$ 350,00-
"De acordo. Publique-se e encaminhe-se à Divisão Financeira, para as providências complementares. -Brasília-DF, 28 de novembro de 1974".

Processo nº.: 127.484/74-SEP
Interessado: Cel. ATAHUALPA DE ALBUQUERQUE
Assunto: Concessão de Dispensa
"Concedo 12 (doze) dias de dispensa, para desconto em férias, ao Cel. Atahualpa de Albuquerque, Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, no período de 09 a 20.12.74. -Brasília, 03 de dezembro de 1974".
Brasília-DF, 05 de novembro de 1974

Carlos Wilson da Silva
Chefe da Secretaria do Gabinete

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

SALARIO FAMILIA - Concedidos
SERVIDOR: LUIZ DE FRANÇA ALBUQUERQUE
MATRICULA: 17.416
DESPACHO: Concedido salário família pelo dependente ROBERTO DA LUZ ALBUQUERQUE, a partir de MARÇO/69

SERVIDOR: FRANCISCO PEDRO DE ARAUJO
MATRICULA: 06.355
DESPACHO: Concedido salário família pela dependente FRANCISNEIA QUEIROZ DE ARAUJO, a partir de MARÇO/74.

SERVIDOR: ANTONIO DE ARAUJO
MATRICULA: 06.290
DESPACHO: Concedido salário família pelo dependente KESLEY JUSCELINO DE ARAUJO, a partir de OUTUBRO/74.

SERVIDOR: HELENO GOMES
MATRICULA: 10.528
DESPACHO: Concedido salário família pelo dependente ISRAEL GOMES, a partir de NOVEMBRO/74.

SERVIDOR: HILDEBRANDO GONÇALVES DE MATTOS
MATRICULA: 06.362
DESPACHO: Concedido salário família pela dependente GLAUCIA DE BARROS MATTOS, a partir de NOVEMBRO/74.

SERVIDOR: JOSE VIEIRA DE ANDRADE
MATRICULA: 12.589
DESPACHO: Concedido salário família pelo dependente JOSUÉ VIEIRA DE ANDRADE, a partir de OUTUBRO/74.

SERVIDOR: MANOEL ROZENDO DA SILVA NETO
MATRICULA: 06.450
DESPACHO: Concedido salário família pelo dependente CARLOS MAGNO ROZENDO DA SILVA, a partir de MARÇO/74.

SERVIDOR: HOMERO CEZARIO DE MATTOS
MATRICULA: 12.249
DESPACHO: concedido salário família pelo dependente HOMERO CEZARIO ONIVES DE MATOS a partir de MAIO/74.

SERVIDOR: ZOIL BONOMO
MATRICULA: 11.784
DESPACHO: Restabelecido o salário família pela dependente RITA DE CASSIA BARCELOS FARIA: a partir de JUNHO/73.

SERVIDOR: SEVERINO CASSEMIRO DA SILVA
MATRICULA 02.929
DESPACHO: Concedido salário família pela dependente HELISSANDRA APARECIDA DA SILVA, a partir de AGOSTO/74.

SERVIDOR: FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS
MATRICULA: 11.454
DESPACHO: Concedido salário família pelo dependente EDILSON DE OLIVEIRA FRANÇA, a partir de JUNHO/74.

SERVIDOR: OSWALDO DA SILVA AMORIM
MATRICULA: 11.116
DESPACHO: Concedido salário família pelo dependente PAULO ROBERTO DOS SANTOS AMORIM, a partir de OUTUBRO/74.

SERVIDOR: EDSON RODRIGUES DA COSTA
MATRICULA: 12.507
DESPACHO: Concedido salário família pela dependente SUZI TAKIS DA COSTA, a partir de SETEMBRO /74.

SERVIDOR: JOÃO CARLOS DE FRANÇA
MATRICULA: 06.408
DESACHO: Concedido salário família pelo dpendente JARDEL CARLOS DE FRANÇA, a partir de SETEMBRO/74.

SERVIDOR: INOCÊNCIO CORDEIRO DA SILVA
MATRICULA: 01.774
DESPACHO: Concedido salário família pelo dependente GILVAN DUARTE CORDEIRO, a partir de SETEMBRO/74.

SERVIDOR: JOSE BANDEIRA DA SILVA
MATRICULA: 06.406

DESPACHO: Concedido salário família pelo dependente CLAYTON ROBERT BANDEIRA DE ANDRADE, a partir de SETEMBRO/74

SERVIDOR: JOSE RODRIGUES DA COSTA
MATRICULA: 06.404
DESPACHO: Concedido salário família pela dependente MARIA DE SENA DE SOUZA COSTA, a partir de OUTUBRO/74.

SERVIDOR: JOSÉ TARCISIO PAIVA
MATRICULA: 06.398
DESPACHO: Concedo salário família pelo depenente CESAR ALESSANDRO PAIVA, a partir de SETEMBRO/74.

SERVIDOR: OSVALDO TAVARES DA SILVA
MATRICULA: 06.468
DESPACHO: Concedido salário família pelos depenentes ESTEVAM PEREIRA DA SILVA e FAUSTA TAVARES DA SILVA, a partir de OUTUBRO/74.

SERVIDOR: ANTONIO EVARISTO DA SILVA
MATRICULA: 07.336
DESPACHO: Concedo salário família peo dependente ALESWANDRO DA SILVA, a partir de SETEMBRO/74.

SERVIDOR: JOSE ESTEVAM DA SILVA FILHO
MATRICULA: 09.838
DESPACHO: Concedo salário família pelo dependente LUIZ CLAUDIO RODRIGUES DA SILVA, a partir de OUTUBRO/74

SERVIDOR: JOSE IRAPUA EVANGELISTA
MATRICUAL: 01.130
DESPACHO: Concedo salário família pelo dependente JOCELIO LISBOA EVANGELISTA, a partir de AGOSTO/74.

SERVIDOR: JOÃO JOSE DE SOUZA
MATRICULA: 01.112
DESPACHO: Concedo salário família pela dependente ROSA LUCIA DE SOUZA, a partir de OUTUBRO/74.

Brasília, 21 de novembro de 1974

IRANI MARIA FICHE MUNIZ
Chefe da Seção de Reg. Financeiros

SERGIO EIRAS MENDONÇA
Diretor da Divisão de Pessoal

CONSELHO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº. 13/74 — CONTRANDIFE

O CONSELHO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, em sua 126ª. Sessão Ordinária, de 27.11.74, de acordo com o que estabelece o artigo 12, III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.154/72,
RESOLVE:
I - aprovar o calendário para as reuniões ordinárias de nº.s 127 a 134ª.:
II — as reuniões serão realizadas nos dias 02, 04, 06, 09, 11, 13, 16 e 18, do mês de dezembro do corrente ano, no horário de 17:30 às 20:30 horas, no local do costume.
Distrito Federal, 28 de novembro de 1974.

Engº. CLAUCO BENÉVOLO DE BENÉVOLO
- Presidente do CONTRANDIFE

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INGRAÇÕES

DECISÃO Nº 69/74-JARI

A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Centésima Terceira Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo: Pelo não provimento do recurso, na forma do relatório.

Brasília/DF., 11 de junho de 1974

EDISON LASMAR
Presidente da JARI-Relator
HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Membro efetivo
MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo

DECISÃO Nº 70/74-JARI

Processo nº 123246/74-SEP
Interessado: Amanda Lopes
Assunto: Recorre contra a aplicação de penalidade, por infração de trânsito
Relator: Presidente EDISON LASMAR

A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Centésima Quarta Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo: Pelo provimento do recurso, na forma do relatório.
Brasília, 14 de junho de 1974

EDISON LASMAR
Presidente da JARI-Relator
HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Membro efetivo
MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo

DECISÃO Nº 71/74-JARI

Processo nº 123767/74-SEP
Interessado: Georges Kolenkine
Assunto: Recorre contra a aplicação de penalidade, por infração de trânsito
Relator: Presidente EDISON LASMAR

A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Centésima Quinta Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo: Pelo arquivamento de recurso, na forma do relatório.

Brasília-DF., 18 de junho de 1974
EDISON LASMAR
Presidente da JARI—Relator
HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Membro efetivo
MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo

DECISÃO Nº. 72/74-JARI

Processo nº. 122671/74-SEP
Interessado: VIPLAN LTDA
Assunto: Recorre contra à aplicação de penalidades, por infrações de trânsito
Relator: Membro MARIANO RIBEIRO NETTO

A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Centésima Quarta Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou em parte o parecer do Relator, decidindo:
Pelo provimento parcial do recurso, na forma do extrato da votação.
Brasília-DF., 14 de junho de 1974
EDISON LASMAR
Presidente da JARI
HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Membro efetivo
MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo-Relator

DECISÃO Nº. 73/74-JARI
Processo nº. 122591/74-SEP
Interessado: Fernando Luiz Valleigo de Araujo Lima
Assunto: Recorre contra à aplicação de penalidades, por infrações de trânsito
Relator: Membro MARIANO RIBEIRO NETTO
A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Centésima Quinta Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo: Pelo arquivamento do recurso, na forma do relatório.
Brasília-DF., 18 de junho de 1974
EDISON LASMAR
Presidente da JARI
HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Membro efetivo-Relator
MARIANO RIBEIRO NETTO

DECISÃO Nº. 74/74-JARI
Processo 123533/74-SEP
Interessado: Amadeu Junqueira Azevedo Viana
Assunto: Recorre contra à aplicação de penalidade, por infração de trânsito
Relator: Membro MARIANO RIBEIRO NETTO
A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Centésima Sexta Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo: Pelo provimento do recurso, na forma do relatório.
Brasília-DF., 21 de junho de 1974
EDSON LASMAR
Presidente da JARI
HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Membro efetivo
MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo-Relator

DECISÃO Nº. 75/74-JARI
Processo nº. 122148/74-SEP
Interessado: Estélio Telles Pires Dantas
Assunto: Recorre contra à aplicação de penalidade, por infração de trânsito
Relator: Membro HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER

A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Centésima Quita Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo: Pelo arquivamento do recurso, decendo ser restituído ao interessado o cheque-depósito, uma vez que inexiste a infração recorrida.
Brasília-DF., 18 de junho de 1974
EDISON LASMAR
Presidente da JARI
HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Membro efetivo-Relator
MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo
Distrito Federal, 25 de outubro de 1974.
SYNÉSIO FRANQUEIRO DA SILVA
Chefe da Secretaria da JARI

DECISÃO Nº. 78/74-JARI
PROCESSO Nº. 123532/74-SEP
Interessado: Antonio Soares de Azevedo
Assunto: Recorre contra à aplicação de penalidade, por infração de trânsito
Relator: Membro HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES
A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Centésima Sétima Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator , decidindo: Pelo arquivamento do recurso, na forma do relatório.
Brasília-DF., 24 de junho de 1974
EDSON LASMAR
presidente da JARI
HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Membro efetivo-Relator
MARIANO RIBEIRO NETTO

DECISÃO Nº 79/74-JARI
Processo nº 12363/74-SEP
Interessado: Jacinto Mosca
Assunto: Recorre contra à aplicação de penalidade, por infração de trânsito.
Relator: Membro MARIANO RIBEIRO NETTO
A junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Centésima Sétima Reunião, realizada nesta data apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo: Pelo arquivamento do recurso, na forma do relatório.
Brasília-DF 24 de junho de 1974
EDISON LASMAR
Presidente da JARI
HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Membro efetivo
MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo- Relator

DECISÃO Nº 80/74-JARI
Processo nº 123209/74-SEP
Interessado: Moisés Candido da Silva
Assunto: Recorre contra à aplicação de penalidades, por infrações de trânsito
Relator: Membro MARIANO RIBEIRO NETTO
A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Centésima Sétima Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo: Pelo Provimento do recurso, na forma do relatório.
Brasília-DF., 24 de junho de 1974
EDISON LASMAR
Presidente da JARI
HELIO GUSTAVO BICCA KAISER
Membro efetivo
MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo-Relator

DECISÃO Nº 81/74—JARI

Processo nº: 123762/74—SEP
Interessado: Mineração Vazante Ltda
Assunto: Recorre contra à aplicação de penalidade, por infrações de trânsito.
Relator: Presidente EDISON LASMAR

A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Centésima Oitava Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo:
Pelo não provimento do recurso, na forma do relatório.

Brasília-DF., 26 de julho de 1974

EDISON LASMAR
Presidente da JARI—Ralator

HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Membro efetivo

MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo-Relator

DECISÃO Nº 82/74-JARI
Processo nº: 123534/74-SEP
Interessado: Adelmar Silvestre de Faria
Assunto: Recorre contra à aplicação de penalidade, por infração de trânsito
Relator: Membro MARIANO RIBEIRO NETTO
A Junta Administrativa, de Recursos, de Infrações em seua Centésima Oitava Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo:

Pelo não provimento do recurso, na forma do relatório.

Brasília-DF, 26 de junho de 1974.

EDSON LASMAR
Presidente da JARI

HELIO GUSTAVO BICCA KAISER
Membro efetivo

MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo-Relator

DECISÃO Nº 83/74—JARI
Processo nº: 123531/74—SEP
Interessado: Teófilo José da Conceição
Assunto: Recorre contra à aplicação de penalidades, por infrações de trânsito.

relator, Membro HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER

A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Centésima Oitava Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo deixou de aprovar o parecer do Relator, decidindo:

Pelo provimento do recurso, na forma da folha de votação.

Brasília-DF., 26 de junho de 1 974

EDISON LASMAR
Presidente da JARI

HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Membro efetivo-Relator

MARIANO RIBEIRO NETTO
Membro efetivo

DECISÃO Nº 84/74—JARI
Processo nº: 123765/74—SEP
Interessado: Antonio Lazaro Ferreira
Assunto: Recorre contra à aplicação de penalidades, por infrações de trânsito.
Relator: Membro HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER

A Junta Administrativa de Recursos de Infrações em sua Centésima Nona Reunião, realizada nesta data, apreciando o presente processo aprovou o parecer do Relator, decidindo:

Pelo não provimento do recurso, na forma do relatório.

Brasília-DF., 02 de julho de 1974

JOÃO SEABRA DA SILVA
Suplente na Presidência da JARI

HÉLIO GUSTAVO BICCA KAISER
Membro efetivo-Relator

Mariano Ribeiro Netto
Membro efetivo

(a.c.s.)

Distrito Federal, 29 de outubro de 1974.

Sinésio Franqueiro da Silva
chefe da Secretaria da JARI

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO COMANDANTE

PORTARIA PMDF Nº 090 DE 09 DE DEZEMBRO DE 1974

O Coronel Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 13 das Normas Orçamentárias e Financeiras aprovadas pelo Decreto nº 2 504, de 28 de dezembro de 1973, e o Plano Anual de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 2 541, de 11 de fevereiro de 1974, com as alterações introduzidas no decurso do exercício financeiro, pelas Portarias, SEG 008/74, SEG 018/74 e SEG 026/74, bem como, emdecorrência dos Decretos nºs 2 577/74, 2 693/74 2 712/74 2 740/74, 2 741/74 2 759/74, e 1 776/74 que alteram a Dotação Orçamentárias, aprovada pela Lei nº 5 978/73.

RESOLVE:

I) Alterar o Cronograma de Desembolso referente a Portaria PMDF 078/74 de 08/11/74, na forma do quadro apenso.
II) Autorizar a Diretoria de Intendência, a movimentar os recursos financeiros, constantes do inciso precedente.
Brasília, em 09 de dezembro de 1974
JAQUES DE ALMEIDA — CORONEL PM
RESP P/EXPEDIENTE DO COMANDO GERAL

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 078 DE 08/12/74

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
ORGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: DIRETORIA DE INTENDÊNCIA

PROGRAMA	SUB PROGRAMA	PROJETO OU ATIVIDADE	DENOMINAÇÃO DA DOTAÇÃO	SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO ATUAL
08	12	PMDF	Manutenção das atividades da Polícia Militar do Distrito Federal		
		2026	3.0.0.0 - Despesas Correntes		
			3.1.0.0 - Despesas de Custeio		
			3.1.1.0 - Pessoal		
			3.1.1.1 - Pessoal Civil	121.887,00	121.887,00
			3.1.1.2 - Pessoal Militar	15.784.575,00	15.784.575,00
			3.1.2.0 - Material de Consumo	2. 735.691,0	2.735.691,00
			3.1.3.0 - Serviços de Terceiros	1.428.815,00	1.428.815,00
			3.1.4.0 - Encargos Diversos	302.454,00	302.454,00
			3.1.5.0 - Despesas de exercícios Anteriores	232.469,00	232.469,00
			3.2.0.0 - Transferências Correntes		-
			3.2.3.0 - Transferências de Assistência Social	3.497.318,00	3.697.318,00
			3.2.5.0 - Contribuições de Previdência Social	49.232,00	49. 232,00
			3.2.7.0 - Diversas Transferências Correntes	60.155,00	60.155,00
			SOMA - I	24.212.596,00	24.412.596,00
08	12	PMDF	Plano de Edificações da Polícia Militar do Distrito Federal		
		1056	4.0.0.0 - Despesas de Capital		
			4.1.0.0 - Investimentos		
			4.1.1.0 - Obras Públicas	1.400.000,00	1.400.000,00
			SOMA - II	1.400.000,00	1.400.000,00
08	12	PMDF	Requipamento da Polícia Militar do Distrito Federal		
		1017	4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações	551.748,00	551.748,00
			4.1.4.0 - Material Permanente	154.777,00	154.777,00
			SOMA - III	706.525,00	706.525,00
16	04	PMDF	Reequipamento das Unidades de Transito da Polícia Militar do Distrito Federal		
		1055	4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações	287.133,60	287.133,60
			SOMA - IV	287.133,60	287.133,60
			TOTAL GERAL	26.606.254,60	26.806.254,60

Associação de Educação Social dos Oficiais

PROCURADORIA-GERAL

ATOS DO PROCURADOR-GERAL

PORTARIA PRG Nº 090/74, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1974

O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de competência capitulada no artigo 1º, inciso VI, do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967.
RESOLVE:
Designar MILRA SILVA SITARO, Telefonista, Nível 6-A, Matrícula nº 12 759, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir a Secretária Datilógrafa do Gabinete do Procurador Geral MARIA DA GLÓRIA MENDES LIRIO no período de 26.12.74 a 24.01.75, correspondente às férias regulamentares da titular.

Brasília, 11 de dezembro de 1974

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral

PORTARIA PRG Nº. 091/74 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1974.

O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência capitulada no artigo 1º., inciso VI, do Decreto "E" nº. 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Designar ISAC BATISTA LEITÃO, Chefe da Seção de Pessoal e Financeira, Matrícula nº. 8.307, LUIZ DE MATTOS, Chefe da Seção de Comunicação e Arquivo, Matrícula nº. 7.687 e RITA DE CÁSSIA QUIRINO, Oficial de Gabinete, Matrícula nº. 10.098, todos da Procuradoria Geral, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Licitação para aquisição de livros técnicos para a Biblioteca Jurídica da Procuradoria Geral.

Brasília, 17 de dezembro de 1974

PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral.

CONTRATOS E CONVÊNIOS

TERMO DE PERMISSÃO DE UTILIZAÇÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE IMÓVEL SITUADO NA SUPERQUADRA-SUL 104, DESTINADO A INSTALAÇÃO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, na forma abaixo.

Aos 29 dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta cpaital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, confirme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº026 567/74, e, do outro, o senhor PAULO ROBERTO ALVES DE SOUZA, brasileiro, solteiro, jornaleiro, residente e domiciliado nesta capital, doravante' denominado simplesmente PERMISSIONÁRIO, resolvem firmar o presente ' instrumento, com fulcro no artigo 24 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, de acordo com as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL permite a utilização - do próprio denominado BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, situado na Super-Quadra Sul 104, destinado a venda de jornais, revistas e similares . PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quaisquer benfeitorias, úteis ou necessárias, a derem de imediato ao imóvel, não assistendo ao PERMISSIONÁRIO, quais quer direitos, quer de retenção, quer de indenização, seja a que tulo for. PARÁGRAFO SEGUNDO - Correrão por conta do PERMISSIONÁRIO - os reparos de danos ou estragos que wenham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel. PARÁGRAFO TERCEIRO - O PERMISSIONÁRIO submeterá ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, para sua aprovação, os consertos a serem efetuados, devendo neles, sempre, ser empregado material idêntico, ou, a sua flata comprovada, similar de boa qualidade até então existente no objeto consertado ou substituído. CLÁUSULA SEGUNDA - Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a respeitar e a fazer respeitar, pelos seus prepostos e empregados, as instruções que lhe forem aplicáveis, baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar este ajuste, independentemente de trnascrição. PARÁGRAFO ÚNICO- As infrações aos preceitos do Regulamento para Ocupação e Exploração de Banca de Jornais e revistas e Áreas Cobertas Anexas, previstas no Capítulo IV do Decreto nº 2.385, de 28 de setembro de 1973, serão punidas na forma do Capítulo V do citado diploma legal. CLÁUSULA TERCEIRA - São de inteira responsabilidade do PERMISSIONÁRIO as despesas com energia elétrica, água, telefone e demais taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, bem como, ficarão a seu cargo o asseio e conservação do próprio descrito na Cláusula Primeira deste instrumento. CLÁUSULA QUARTA - O PERMISSIONÁRIO pagará ao DISTRITO FEDERAL, a partir da data da publicação do presente instrumento, Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 320,28 (trezentos e vinte cruzeiros e vinte e oito centavos), até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, no órgão próprio do DISTRITO FEDERAL ou no estabelecimento bancário por ele designado. CLÁUSULA QUINTA - O PERMISSIONÁRIO recolherá a título de caução, a importância de Cr$ 320,28 (trezentos e vinte - cruzeiros e vinte e oito centavos). CLÁUSULA SEXTA - O valor da Taxa' de Ocupação, bem como a caução correspondente, serão reajustável na conformidade do critério estabelecido no artigo 5º, da Lei nº 4.380 , de 21 de agosto de 1964, e acompanharão as alterações que porventura, venham a ocorrer na legislação citada. CLÁUSULA SÉTIMA - O PERMISSIONÁRIO será responsável por quaisquer danos ou riscos que porventura - venham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel. CLÁUSULA- OITAVA - O PERMISSIONÁRIO declara haver recebido o imóvel em perfeito estado de conservação e se compromete a assim mantê-lo e devolvê-lo,[na ocorrência das seguintes hipóteses: a) rescisão; b) término; c) cassação da permissão. CLÁUSULA NONA - O imóvel mencionado na Cláusula - Primeira não poderá ser cedido, salvo se houver prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA - O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por mútuo acordo de vontades . CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Regulamento para Ocupação e Exploração -

de Banca de Jornais e Revistas e Áreas Cobertas Anexas, aprovado pelo Decreto nº 2.385, de 28 de setembro de 1973, passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O prazo de duração do presente instrumento é de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da data de sua publicação. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - *O presente termo entrará em vigor na* data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", às expensas do PERMISSIONÁRIO. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento, E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la.Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) - vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ GERAL DO MACIEL; Pelo PERMISSIONÁRIO: (as.) PAULO ROBERTO ALVES DE SOUZA. Testemunhas: (as.) EUGÊNIO DA ROCHA FRAGOSO, e (as.) NANCY CARLHO ' LIMA.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 20, fls. 90/95 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 13 / 12 / 19 74.

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1.º SPRG - Chefe

V I S T O
Em 17.12.74

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral
do Distrito Federal

(G. R. Nº 176435, de 16.12.74
Valor - Cr$ 90,00).

TERMO DE RESCISÃO DO INSTRUMENTO CELEBRADO EM 15 DE AGOSTO DE 1973, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O SENHOR NILTON JOSÉ DOS SANTOS, TENDO POR OBJETO A OCUPAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA SQS 104, DESTINADA À INSTALAÇÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERA, no ato representado pelo senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Sercretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 026.567/74, e, do outro, o senhor NILTON JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro,casado,jornaleiro -residente e domiciliado nesta capital, resolvem firmar o presente ajuste, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento, fica rescindido o Termo de Permissão de Utilização a título precário de imóvel situado na SQS 104, destinado à instalação. a título precário, de banca de jornais e revistas, celebrado entre o Distrito Federal e o senhor NILSON JOSÉ DOS SANTOS, lavrado às fls. 214/216 do Livro nº 15 de Registro de Contratos e Convênios da la.Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, publicado no órgão oficial "Distrito Federal" de 30 de agosto de 1973. CLÁUSULA SEGUNDA - A presente rescisão opera-se por mútuo acordo de contades, recebendo o DISTRITO FEDERAL,neste ato, plena quitação. CLÁUSULA TERCEIRA - O senhor NILTON JOSÉ DOS SANTOS, devolve ao DISTRITO FEDERAL o imóvel mencionado na cláusula - primeira, nada tendo a reclamar, a qualquer título, no presente ou no futuro. CLÁUSULA QUARTA - O DISTRITO FEDERAL declara receber o referido imóvel, nada tendo a reclamar quanto as obrigações assumidas pelo senhor NILTON JOSÉ DOS SANTOS. CLÁUSULA QUINTA - Este ajuste entrará ' em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal" às expensas do senhor NILTON JOSÉ DOS SANTOS. CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumorimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio' da la.Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL; Pela PARTE: (as.) NILTON JOSÉ DOS SANTOS. Testemunhas (as.) EUGÊNIO DA ROCHA FRAGOSO e (as.) NANCY CARVALHO LIMA.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 20, fls. 90/91 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 13 / 12 / 1974

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1.º SPRG - Chefe

V I S T O

Em 17.12.74

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral
do Distrito Federal

(G. R. Nº 176437, de 16.12.74
Valor - Cr$ 90,00).

TERMO DE OCUPAÇÃO DO GINÁSIO DE BRASÍLIA, CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FEDERAÇÃO BRASILIENSE DE BASQUETEBOL, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE 2 (DOIS) JOGOS DE HANDEBOLI, NO DIA 15 de dezembro DE 1974.

Aos 13 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Gabinete da Superintendência das Unidades Desportivas (AUD), presentes, de um lado, o DISTRITO - FEDERAL, no ato representado pelo senhor TAQUEGI KORESSAWA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta capital, autorizado pelo artigo 3º, inciso I, do Decreto nº 2 070, de 9 de outubro de 1972,e, do outro, a FEDERAÇÃO BRASILIENSE DE BASQUETEBOL, doravante denominada' simplesmente OCUPANTE, sediada em Brasília, na Avenida L-a/Sul, Quadra' 601-A, Sala nº 06, inscrita no Cadastro de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 00379719/001-8, neste ato representada por seu Diretor, senhor VICENTE NONATO DE CARVALHO, brasileiro, casado, funcionário público, *residente e domiciliado nesta capital, resolvem firmar este* - TERMO DE OCUPAÇÃO, com fulcro no artigo 24 da LEI Nº 4 545, de 10 de dezembro de 1964, mediante as seguintes cláusulas. CLÁUSULA PRIMEIRA -Tem o presente termo por objeto a ocupação, pela OCUPANTE, do Ginásio de - Brasília, no dia 15 de dezembro do ano em curso, no período de 19,00 às 23,00 horas, para apresentação de 2 (DOIS) jogos de HANDEBOL. PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam excluídos da utilização a que se refere esta cláusula, os bares e as Tribunas de Honra e de Imprensa.CLÁUSULA SEGUNDA - A OCUPANTE recolherá à Colotoria Central da Secretaria de Finanças do DISTRITO' FEDERAL, importância equivalente a 1 (UM) salário-mínimo da região,para pagamento da Taxa de Ocupação. PARÁGRAFO ÚNICO - O recolhimento da importância mencionada nesta cláusula, será efetuado até 48 (QUARENTA E OITO) horas após a publicação deste instrumento. CLÁUSULA TERCEIRA -Correrão por conta da OCUPANTE as despesas operacionais referentes aos serviços de bilheteria, portaria, serventes, técnicos de som, iluminação e locutor, bem como quaisquer impostos e taxas que incidirem sobre este - termo. CLÁUSULA QUARTA - O DISTRITO FEDERAL reserva-se o direito de vender ou fixar normas para a venda dos ingressos referentes às cadeiras - situadas no setor denominado "LARANJA", cuja renda será entregue à OCUPANTE. PARÁGRAFO ÚNICO - *Não caberá à OCUPANTE* qualquer indenização, caso não seja procedida a venda total dos ingressos cláusula. CLÁUSULA - QUINTA - O DISTRITO FEDERAL não se responsabilizará por qualquer acidente com os integrantes das equipes de handebol. CLÁUSULA SEXTA - A inadimplência pela OCUPANTE, de qualquer cláusula deste termo, a obrigará' ao pagamento de importância correspondente a 20 (VINTE) salário-mínimos do DISTRITO FEDERAL, a título de multa. CLÁUSULA SÉTIMA - Os débitos para com o DISTRITO FEDERAL que decorrem do presente ajuste, serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código' de Processo Civil. CLÁUSULA OITAVA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", às expensas da OCUPANTE, expirando sua vigência após o integral cumprimento, pela mesma, das obrigações ora assumidas. CLÁUSULA NONA - Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estarem assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7(SETE) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal , que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) TAQUEGI KORESSAWA;Pela OCUPANTE: (as.) VICENTE NONATO PIRES DE CARVALHO; Testemunhas: (as.) EUGÊNIO DA ROCHA FRAGOSO e (as.) MARCOS ANTONIO BARBOSA.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 19, fls. 161/62 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 13 / 12 / 1974

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1.º SPRG - Chefe
SUBST.

V I S T O
Em 17.12.74

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral
do Distrito Federal

RENOVAÇÃO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE ÁREA SITUADA NO SBS, ENTRE OS EDIFÍCIOS DO BNDE E SEGURADORAS, DESTINADA À INSTALAÇÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, na forma abaixo.

Aos 20 dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, *no* ato representado pelo senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 003.267/74, e, do outro, o senhor MANUEL JORGE MARTO,português, casado, jornaleiro, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente AUTORIZADO, resolvem firmar a ' presente renovação do TERMO DE AUTORIZAÇÃO entre si celebrado em 03 de novembro de 1971, lavrado às fls. 232/234, do Livro nº 10 ' de Registro de Contratos e Convênios da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, publicado no órgão oficial "Distrito Federal", de 17 de novembro de 1971, com fulcro no artigo 24 da LEI Nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, fica renovado o Termo de Autorização para Ocupação, a título precário, de área situada no Setor Bancário Sul (SBS), entre os edifícios do BNDE e Seguradoras, na conformidade do artigo 24 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, firmado entre o DISTRITO FEDERAL e o AUTORIZADO, em 03 de novembro de 1971, objetivando a instalação de banca de jornais, revistas e similares. CLÁUSULA SEGUNDA - O AUTORIZADO obriga-se a manter a banca a que se refere a cláusula anterior, com as características constantes do projeto e em perfeito estado de conservação, correndo por sua conta os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações e/ou na estrutura metálica, bem como conservar limpa a área ocupada.CLÁUSULA TERCEIRA - O AUTORIZADO obriga-se, outrossim, a respeitar e a fazer respeitar, pelos seus prepostos e empregados, as alterações que lhe forem aplicáveis, baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar este ajuste independentemente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO - As infrações aos preceitos do Regulamento para Ocupação e Exploração de bancas de jornais e revistas e áreas cobertas anexas, previstas no Capítulo IV do Decreto nº 2.385, de 28 de setembro de 1973, serão punidas na forma do Capítulo V do citado diploma legal. CLÁUSULA QUARTA - O AUTORIZADO pagará ao Distrito Federal,a partir de 03 de novembro de 1973, até 30 de junho de 1974, Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 132,60 (cento e trinta e dois cruzeiros e sessenta centavos) e, a partir de 1º de julho de ' 1974, Cr$ 159,80 (cento e cinquenta e nove cruzeiros e oitenta ' centavos), até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, no órgão próprio do DISTRITO FEDERAL ou no estabelecimento bancário por ele designado. CLÁUSULA QUINTA - *O AUTORIZADO recolherá*, a título de complemento de caução, a importância de Cr$ 51,80 ' (cinquenta e um cruzeiros e oitenta centavos) a partir de 03 de novembro de 1973. CLÁUSULA SEXTA - O valor da Taxa de Ocupação, bem como a caução correspondente, serão reajustáveis na conformidade do critério estabelecido no artigo 5º, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e acompanharão as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada. CLÁUSULA SÉTIMA - A área mencionada na Cláusula Primeira não poderá ser cedida, salvo se houver prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA OITAVA - O presente instrumento poderá ser rescindido a ' qualquer tempo, mediante mútuo acordo de vontades. CLÁUSULA NONA O Regulamento para Ocupação e Exploração de Banca de Jornais e ' Revistas e Áreas Cobertas Anexas, aprovado pelo Decreto nº 2385, de 28 de setembro de 1973, passa a fazer parte integrante deste' instrumento, independentemente de transcrição. CLÁUSULA DÉCIMA - O prazo de duração do presente instrumento é de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir de 03 de novembro de 1973. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente termo entrará em vigor na data de ' sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", às expensas do AUTORIZADO. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, por estarem assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL; Pelo AUTORIZADO: (as.) MANUEL JOSGE MARTO. Testemunhas: (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS e (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS.

/jgd/.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 20, fls. 25/27 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 19 / 12 / 1974

JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1.º SPRG - Chefe
Substituto

V I S T O
Em 19.12.1974

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral
do Distrito Federal

(G. R. nº 176957, de 19.12.74
Valor - Cr$ 90,00).

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE ÁREA SITUADA NA SQS-102, DESTINADA À INSTALAÇÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, na forma abaixo.

Aos 26 dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1.974), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro,casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência do Governador, expressamente exarada no Processo nº 012.430/74,e do outro, o senhor JOSÉ HONORATO FILHO, brasileiro, casado, jornaleiro, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente AUTORIZADO, resolvem firmar o presente TERMO DE AUTORIZAÇÃO para ocupação de área, com fulcro no artigo 24 da LEI nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL autoriza a ocupação, pelo AUTORIZADO, a título precário, na conformidade do artigo 24 da LEI nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, da área situada na *SQS-102 - Plano Piloto, destinada à instalação de banca de* jornais, revistas e similares. CLÁUSULA SEGUNDA - O AUTORIZADO obriga-se a manter a banca a que se refere a cláusula anterior, com as características constantes do projeto e em perfeito estado de conservação, correndo por sua conta os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações e/ou na estrutura metálica, bem como conservar limpa a área ocupada. CLÁUSULA TERCEIRA - O AUTORIZADO obriga-se, outrossim, a respeitar e a fazer respeitar, pelos seus prepostos e empregados, as instruções que lhe forem aplicáveis,baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos,as quais passarão a integrar este ajuste, independentemente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO - As infrações aos preceitos do Regulamento para Ocupação e Exploração de Bancas de jornais e Revistas e Áreas Ane

xas, previstas no Capítulo IV do Decreto nº 2.385, de 28 de setembro de 1973, serão punidas na forma do Capítulo V, do citado diploma legal. CLÁUSULA QUARTA - O AUTORIZADO pagará ao DISTRITO FEDERAL, a partir da data da publicação do presente instrumento, Taxa de Ocupação' mensal no valor de Cr$ 160,14 (cento e sessenta cruzeiros e quatorze centavos), até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, no órgão próprio do DISTRITO FEDERAL ou no estabelecimento bancário por ele designado. CLÁUSULA QUINTA - O AUTORIZADO recolherá, a título de caução, a importância de Cr$ 160,14 (cento e sessenta cruzeiros e ' quatorze centavos). CLÁUSULA SEXTA - O valor da Taxa de Ocupação, bem como a caução correspondente, serão reajustáveis na conformidade do critério estabelecido no artigo 5º, da LEI nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e acompanharão as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada. CLÁUSULA SÉTIMA - A área mencionada na ' Cláusula Primeira não poderá ser cedida, salvo se houver prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA OITAVA - Esta autorização é outorgada em caráter precário, obrigando-se, assim, o AUTORIZADO, a desocupar a área, dela retirando a banca que colocou, nos termos da Cláusula Primeira, tão logo seja interpelado para o fazer. ' CLÁUSULA NONA - O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante mútuo acordo de vontades. CLÁUSULA DÉCIMA -O Regulamento para Ocupação e Exploração de Bancas de Jornais e Revistas e Áreas Cobertas Anexas, aprovado pelo Decreto nº 2.385, de 28 de setembro de 1973, passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O prazo ' de duração do presente termo é de 24 (vinte e quatro) meses, contado da data de sua publicação. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", às expensas do AUTORIZADO. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, por estarem assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito ' Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado ' conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL; Pelo AUTORIZADO: (as.) JOSÉ HONORATO FILHO. Testemunhas: (as.) JOSÉ GUIOMARINO ' DIAS. e (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS.

/jgd/.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 20, fls. 44/45 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 18/12/1974

MARCOS ANTÔNIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe

V I S T O
Em 19.12.1974

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral
do Distrito Federal

(G. R. nº 176955, de 18.12.74
Valor - Cr$ 70,00).

TERMO DE PERMISSÃO DE UTILIZAÇÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE IMÓVEL SITUADO NO SETOR COMERCIAS-Q.08 PRÓXIMO AO BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A SOBRADINHO, DESTINADO A INSTALAÇÃO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº12.920/74, e, do outro,o senhor FRANCISCO MAIA FARIAS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominado PERMISSIONÁRIO, resolvem firmar o presente instrumento, com fulcro no artigo 24 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, de acordo com as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL permite a utilização do próprio denominado BANCA DE JORNAIS E REVISTAS situado no Setor Comercial - Q.08, Próximo ao Banco Regional de Brasília S/A Sobradinho, destinada a venda de jornais, revistas e similares PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quaisquer benfeitorias, úteis ou necessárias, aderem de imediato ao imóvel, não assistindo ao PERMISSIONÁRIO, quaisquer direitos, quer de retenção, quer de indenização, seja a que título for PARÁGRAFO SEGUNDO - Correrão por conta do PERMISSIONÁRIO os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel. PARÁGRAFO TERCEIRO - O PERMISSIONÁRIO submeterá ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, para sua aprovação, os consertos a serem efetuados, devendo neles, sempre, ser empregado material idêntico, ou a sua falta comprovada, similar de boa qualidade até então existente no objeto consertado ou substituído. CLÁUSULA SEGUNDA - Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a respeitar e a fazer respeitar, pelos seus prepostos e empregados, as instruções que lhe forem aplicáveis, baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de ' Serviços Públicos, as quais passarão a integrar este ajuste, independentemente de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO- As infrações aos preceitos do Regulamento para Ocupação e Exploração de Banca de Jornais e Revistas' e Áreas Cobertas Anexas, previstas no Capítulo IV do Decreto nº 2.385, de 28 de setembro de 1973, serão punidas na fórma do Capítulo V do citado diploma legal. CLÁUSULA TERCEIRA - São de inteira responsabilidade do PERMISSIONÁRIO as despesas com energia elétrica, água, telefone, e demais taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, bem como ficarão a seu cargo o asseio e a conservação do próprio descrito na Cláusula Primeira deste instrumento. CLÁUSULA QUARTA - O PERMISSIONÁRIO pagará ao DISTRITO FEDERAL, a partir da data da publicação do presente' instrumento, Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$94,00 (noventa e quatro cruzeiros), até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, no órgão próprio do DISTRITO FEDERAL ou no estabelecimento bancário' por ele indicado. CLÁUSULA QUINTA - O PERMISSIONÁRIO recolherá, a título de caução, a importância de Cr$ 94,00 (noventa e quatro cruzeiros). CLÁUSULA SEXTA - O valor da Taxa de Ocupação, bem como a caução' correspondente, serão reajustáveis na conformidade do critério estabelecido no artigo 5º, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e acompanharão as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação ' citada. CLÁUSULA SÉTIMA - O PERMISSIONÁRIO será responsável por quaisquer danos ou riscos que porventura venham a ocorrer nas instalações ' ou dependência do imóvel. CLÁUSULA OITAVA - O PERMISSIONÁRIO declara ' haver recebido o imóvel em perfeito estado de conservação e se compromete a assim mantê-lo e devolvê-lo, na ocorrência das seguintes hipóteses: a) rescisão; b) término; c) cassação da permissão. CLÁUSULA NONA- O imóvel mencionado na Cláusula Primeira não poderá ser cedido, salvo' se houver prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA - O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo , por mútuo acordo de vontades. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Regulamento para Ocupação e Exploração de Banca de Jornais e Revistas e Áreas Cobertas Anexas, aprovado pelo Decreto nº 2.385, de 28 de setembro de 1973, passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- O prazo de duração do ' presente instrumento é de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da data de sua publicação. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- O presente termo, entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito-Federal", às expensas do PERMISSIONÁRIO. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer ' dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando - assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la.Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único' efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL: (as.)JOSÉ GERALDO MACIEL; Pelo PERMISSIONÁRIO: (as.) FRANCISCO MAIA FARIAS. Testemunhas: (as.) NANCY CARVALHO LIMA e (as.) EUGÊNIO DA ROCHA FRAGOSO.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 20, fls. 102/104 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 18/12/1974

JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe
Substituto

V I S T O
EM 19.12.1974

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral
do Distrito Federal

(G. R. nº 176956, de 18.12.74
Valor - Cr$ 70,00).

Ministério da Comunicação Social
ATOS OFICIAIS
PUBLIQUE-SE

TERMO DE PERMISSÃO DE UTILIZAÇÃO, A TÍTULO PRECÁRIO, DE IMÓVEL SITUADO NO SETOR COMERCIAL - QUADRA - 08, PRÓXIMO ' AO MERCADO DA SAB, SOBRADINHO, DESTINADO A INSTALAÇÃO DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº12.899 / 74, e, do outro, a senhora FRANCISCA PEREIRA DE QUEIROZ, brasileira, casada, jornaleira, residente e domiciliada nesta capital, doravante denominada simplesmente PERMISSIONÁRIA, resolvem firmar o presente ' instrumento, com fulcro no artigo 24 da Lei nº 4545, de 10 de dezembro de 1964, de acordo com as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL permite a utilização ' do próprio denominado Banca de Jornais e Revistas, situada no Setor-Comercial - Quadra 08, próximo ao mercado da (SAB) - Sobradinho, destinado a venda de jornais, revistas e similares. PARÁGRAFO PRIMEIRO- Quaisquer benfeitorias, úteis ou necessárias, aderem de imediato ao imóvel, não assistindo a PERMISSIONÁRIA quaisquer direitos, quer de retenção, quer de indenização, seja a que título for. PARÁGRAFO SEGUNDO - Correrão por conta da PERMISSIONÁRIA os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações do imóvel. PARÁGRAFO ' TERCEIRO - A PERMISSIONÁRIA submeterá ao DISTRITO FEDERAL, através - da Secretaria de Serviços Públicos, para sua aprovação, os consertos a serem efetuados, devendo neles, sempre, ser empregado material idêntico, ou, a sua falta comprovada, similar de boa qualidade, até então existente no objeto consertado ou substituído. CLÁUSULA SEGUNDA Obriga-se a PERMISSIONÁRIA a respeitar e a fazer respeitar pelos - seus prepostos e empregados, as instruções que lhe forem aplicáveis, baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar este ajuste independentemente ' de transcrição. PARÁGRAFO ÚNICO - As infrações aos preceitos do Regulamento para Ocupação e Exploração de Banca de Jornais e Revistas e Áreas Cobertas Anexas, previstas no Capítulo IV do Decreto nº 2.385 de 28 de setembro de 1973, serão punidas na forma do Capítulo V do' citado diploma legal. CLÁUSULA TERCEIRA - São de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA as despesas com energia elétrica, água, telefone e demais taxas que incidam ou venham incidir sobre o imóvel, bem como ficarão a seu cargo o asseio e conservação do próprio descrito na Cláusula Primeira deste instrumento. CLÁUSULA QUARTA - A PERMISSIONÁRIA pagará ao DISTRITO FEDERAL, a partir da data da publicação do presente termo, Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 94,00 (noventa e quatro cruzeiros), até o 10º (décimo) dia do mês ' subsequente ao vencido, no órgão próprio do DISTRITO FEDERAL ou no estabelecimento bancário, por ele designado. CLÁUSULA QUINTA - A PERMISSIONÁRIA recolherá, a título de caução, a importância de Cr$ 94,00 (noventa e quatro cruzeiros). CLÁUSULA SEXTA - O valor da Taxa de Ocupação, bem como a caução correspondente, serão reajustáveis na conformidade do critério estabelecido no artigo 5º, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, e acompanharão as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada. CLÁUSULA SÉTIMA - A PERMISSIONÁRIA será responsável por quaisquer danos ou riscos que porventura venham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel. CLÁUSULA OITAVA - A PERMISSIONÁRIA declara haver recebido o imóvel em perfeito estado de conservação e se compromete a assim - mantê-lo e devolvê-lo, na ocorrência das seguintes hipóteses: a)rescisão; b) término; c) cassação da permissão. CLÁUSULA NONA - O imóvel mencionado na Cláusula Primeira não poderá ser cedido, salvo se houver prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA - O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por mútuo acordo de vontades.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O regulamento para Ocupação e Exploração de Bancas de Jornais e Revistas e Áreas Cobertas Anexas, aprovado pelo Decreto nº 2.385, de 28 de setembro de 1973, passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O prazo de duração do presente instrumento é de 24 (vinte e quatro) meses , contado a partir de sua publicação. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O presente termo entrará em vigor na data de sua publicação no órgão' oficial "Distrito Federal", às expensas da PERMISSIONÁRIA. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o foro de Brasília - Distrito Federal , para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la.Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) JOSÉ GERALDO MACIEL; Pela PERMISSIONÁRIA: (as.) FRANCISCA PEREIRA DE QUEIROZ. Testemunhas: (as.) EUGÊNIO DA ROCHA FRAGOSO, e (as.) NANCY CARVALHO LIMA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 20, fls. 99/101 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 17/12/1974

MARCOS ANTÔNIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SPRG - Chefe

V I S T O
EM 17.12.1974

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral
do Distrito Federal

(G. R. nº 176449, de 17.12.74
Valor - cr$ 90,00).

PROCESSO Nº.: 26.899/74 — SJ— 570/74
INT.: CIE — INTERNACIONAL DE ENGENHARIA
OBJETO: Elaboração do projeto de engenharia para o sistema viário do Distrito Federal.
VALOR: Cr$ 933.000,00
PRAZO: 04.12.74
DATA: 07 de novembro de 1974

PROCESSO Nº.: 17.366/74 — SJ— 572 74
INT.: SENAP ENGENHARIA COMÉRCIO LTDA
OBJETO: Serviço de Fundação e estrutura do térreo do Edifício Sede da Secretaria de Segurança Pública.
VALOR: Cr$ 923.845,92
PRAZO: 150 dias, contados da assinatura
DATA: 07 de novembro de 1974.

PROCESSO Nº: 24 287/74 SJ-144/74
INT.: TERCON — TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÃO S/A
OBJETO: Fornecimento e aplicação de asfalto na área da COBAL, no Setor de Indústria e Abastecimento.
VALOR: Cr$ 115.000,00
PRAZO: 15 dias, contados da Ordem de Serviço
DATA: 08 de novembro de 1974

PROCESSO Nº. 24.286/74- SJ— 146/74
INT.: EMPREENDIMENTOS GERAIS DE ENGENHARIA S/A - EGESA
OBJETO: Execução de concreto asfáltico no acesso e estacionamento do Posto Telefônico da COTELB, no S.I.A.
VALOR: Cr$ 95.000,00
PRAZO: 15 dias, contados da Ordem de Serviço
DATA: 11 de novembro de 1974

PROCESSO Nº. 19.548/74 - SJ— F— 376/72
INT.: CONSTRUTORA ERG. LTDA.
OBJETO: Construção do Edifício Sede e Anexo do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, em Brasília, DF.
VALOR: Cr$ 16.944.859,56
PRAZO: Prorrogação por 30 dias.
DATA: 12 de novembro de 1974

PROCESSO Nº. 15.058/74 - SJ A-357/74
INT.: POLIENGE S/A — SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES
OBJETO: 1º. aditivo ao contrato nº. 357, de 05.10.73
valor Cr$
prazo, prorrogação por 50 dias.
DATA: 12 de novembro de 1974

PROCESSO Nº.: 18.794/74 - SJ - B-368/73
INT.: EMPAL — EMPREITEIRA AUXILIAR DE OBRAS LTDA.
OBJETO: 2º. aditivo ao contrato de 22.10.74
PRAZO: Prorrogação por 15 dias
DATA: 12 de novembro de 1974

EDITAIS E AVISOS

GDFSEF
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, na Sede Social da Empresa, sita no Setor de Grandes Áreas Norte, Módulos C,D,E e F, em Brasília, Distrito Federal, no dia 27.12.1974, às 16:00 horas, a fim de deliberarem sobre ASSUNTOS DE INTERESSE DESTA COMPANHIA. (a.c.s.)

Brasília, 16 de dezembro de 1974
JOSÉ URUBATAN COELHO DE ABREU
Diretor Superintendente, Respondendo

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DIVISÃO DE PESSOAL
EDITAL

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL, do Departamento de Administração Geral da Secretaria de Segurança Pública, após convocação feita em Edital, publicado no "Distrito Federal" nº 181, de 26 de novembro de 1974, referente a reposição de importância recebida indevidamente e após o prazo formulado para o comparecimento, localização ou apresentação e julgamento de defesa, condena o abaixo relacionado ou seu representante legal a recolherem aos cofres do Governo do Distrito Federal no prazo de 15 (quinze) dias a partir da data da publicação deste Edital a quantia a seguir indicada ou apresentarem recurso neste prazo, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa.

MATRICULA: 33.711
NOME: Salim Sales de Oliveira
PROCESSO: 125.497/74
VALOR: Cr$ 3.306,60

Brasília, 13 de dezembro de 1974
SÉRGIO EIRAS MENDONÇA
Diretor da Divisão de Pessoal

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

4a. DELEGACIA DE POLICIA - GUARÁ II - D.F.

EDITAL DE CITAÇÃO

O Bel. RENATO HONORATO DE AMORIM — Delegado Titular da 4ª Delegacia de Polícia - Guará II — DF., na forma da Lei, FAZ SABER a todos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que, nesta Delegacia de Polícia, que funciona em Área Especial, entre-quadras 15/26 - nesta cidade satélite do Guará - DF., foi instaurado o Processo nº 106/74, para apuração do delito previsto nos Artigos 121, parágrafo 3º (três vezes) e 129 - parágrafo 6º do Código Penal Brasileiro, praticado no dia 06.05.74, por volta das 07:30 horas, na pista asfáltica que contorna o Guará II, nas proximidades da QE 15, e cuja autoria é atribuída a FRANCISCO ARAGÃO MARTINS, brasileiro, solteiro, com 28 anos de idade, natural de Guaraciaba - CE, filho de Francisco Martins Ribeiro e Alda Soares Aragão, encontrando-se atualmente, em local incerto e não sabido, quando o mesmo dirigia o veículo de marca Mercedes-Benz, 1.113, tipo caminhão basculante, ano 74, placa CM—3037—DF., de propriedade de Aparício Soares Barroso. E como é ignorada a residência do mesmo, é expedido o presente EDITAL pelo prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de sua publicação, findo o qual será ele havido como citado, ciente de que deverá comparecer a esta Delegacia, às 08:30 horas do 6º (sexto) dia, após a publicação do presente Edital, acompanhado de seu DEFENSOR (Advogado), a fim de ser qualificado, identificado criminalmente e também presenciar o depoimento das testemunhas e vítima, que serão intimados para o ato. Dado e passado nesta cidade satélite do Guará - D.F., aos 03 (três) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro. Eu, Ismael Artur Galeazzi escrivão, o datilografei e assino com a Autoridade Policial. (a.c.s.)

Bel. Renato Honorato de Amorim
Delegado - Titular

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL
SERVIÇO DE PROMOÇÃO E ACESSO

LISTA DE PROMOÇÃO POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO
(Art. 9º - Decreto nº 871/68)

CLASSE: Zelador, nível 7-A
A promover ao nível 8-B

NÚMERO DE VAGAS: 3 (três)

CLAS.	MATR.	N O M E	GRAU DE MEREC.
1º	17 890	Carlos Pereira Ramos	8 810
2º	5 775	Geraldo Francisco Pires	8 805
3º	878	José Alves Filho	8 020
4º	3 979	Humberto Carreira Cavalcanti	7 610
5º	1 041	Augustinho José do Marcena	6 670
6º	5 651	José Moura de Souza	6 809
7º	846	Cícero José Freire	5 620

Obs.:

I - O grau de merecimento está representado pela soma do Índice de merecimento e da nota obtida em prova de suficiência; (Art. 1º - Decreto nº 1.106/69)

II - O interstício mínimo para concorrer a promoção é de 1.095 dias; (Art. 10 - Decreto nº 871/68)

III - Deixam de figurar nesta relação os funcionários que convocados pelo Edital nº 93/74-CEST, publicado no "DISTRITO FEDERAL" nº 181, de 2 de outubro de 1974, não compareceram e os que foram reprovados na prova de suficiência; (Art. 4º - Decreto nº 871/68).

Brasília, 17 de dezembro de 1974.

ANTÔNIO IZIDRO NETO
Serviço de Promoção e Acesso
- Chefe -

LISTA DE PROMOÇÃO POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO
(Art. 9º - Decreto nº 871/68)

CLASSE: Guarda, nível 8-A
A promover ao nível 9-B
NÚMERO DE VAGAS: 28 (vinte)

CLAS.	MATR.	N O M E	GRAU DE MEREC.	ANTIGUIDADE I	II
1º	1 581	Euclides Bezerra de Oliveira	7 688	-	-
2º	1 712	Raimundo Pereira de Araújo	6 800	-	-
3º	363	Manoel Alves de Souza	6 410	-	-
4º	6 526	Dionísio Xavier de Miranda	6 400	64	4467
5º	10 681	Manoel José dos Santos	6 400	64	4436
6º	15 260	Erisval Salu de Lima	6 600	-	-

Obs.:

I - O grau de merecimento está representado pela soma do Índice de merecimento e da nota obtida em prova de suficiência; (Art. 1º - Decreto nº 1.106/69)

II - O interstício mínimo para concorrer a promoção é de 1.095 dias; (Art. 10 - Decreto nº 871/68).

III - Deixam de figurar nesta relação os funcionários que convocados pelo Edital nº 93/74-CEST, publicado no "DISTRITO FEDERAL" nº 181, de 2 de outubro de 1974, não compareceram e os que foram reprovados na prova de suficiência; (Art. 4º - Decreto nº 871/68).

DESEMPATE: (Artigo 30 - Decreto nº 871/68)

1 - Maior nota na prova de suficiência realizada pelo CEST;

2 - Maior tempo de serviço público prestado à Administração do Distrito Federal; (§ 2º do artigo 30).

Brasília, 17 de dezembro de 1974.

FRANCISCO LOPES DE LIMA
Serviço de Promoção e Acesso
Chefe Substituto

VLADIMIR DA MOTTA REZENDE
Coordenador do Sistema de Pessoal
Substituto

CLASSE: Serviçal, nível 8-A
A promover ao nível 9-B

NÚMERO DE VAGAS: 1 (uma)

CLAS.	MATR.	N O M E	GRAU DE MEREC.	ANTIGUIDADE I	II
1º	5 668	José Luiz Pereira Torres	9 999	-	-
2º	5 320	Maria Leite Peixoto	9 630	-	-
3º	5 996	Celestino Alves de Matos	9 280	-	-
4º	5 499	Raimunda Silva Costa	8 800	88	4686
5º	16 900	Terezinha da Costa Santos	8 800	80	4560
6º	12 802	Zenília Caldas Sant'Anna	7 210	-	-
7º	5 383	Maria de Oliveira da Silva	6 810	-	-
8º	12 604	Irene Alves de Souza	6 400	-	-

Obs.:

I - O grau de merecimento está representado pela soma do Índice de merecimento e da nota obtida em prova de suficiência; (Art. 1º - Decreto nº 1.106/69)

II - O interstício mínimo para concorrer a promoção é de 1.095 dias; (Art. 10 - Decreto nº 871/68)

III - Deixam de figurar nesta relação os funcionários que convocados pelo Edital nº 93/74-CEST, publicado no "DISTRITO FEDERAL" nº 181, de 2 de outubro de 1974, não compareceram e os que foram reprovados na prova de suficiência; (Art. 4º - Decreto nº 871/68).

DESEMPATE: (Art. 30 - Decreto nº 871/68)

1 - Maior nota na prova de suficiência realizada pelo CEST;

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

2 - Maior tempo de serviço público prestado a Administração do Distrito Federal; (§ 2º do artigo 30).

Brasília, 17 de DEZEMBRO de 1974

ANTONIO IZIDORO NETO
Serviço de Promoção e Acesso
- C h e f e -

WLADINIR DA MOTTA REZENDE
Coordenador do Sistema de Pessoal
Substituto

CLASSE: Mecânico Operador, nível 8-A
A promover ao nível 9-B

NÚMERO DE VAGAS: 1 (uno)

CLAS.	MATR.	N O M E	GRAU DE MEREC.
1º	10 717	Gonival Gomes Ibiapina	8 810
2º	12 263	Diocelso Pereira da Silva	6 420
3º	10 715	Gerson Alves de Castro	6 010
4º	9 373	Antônio Joaquim Oliveira Medeiros	5 620

Obs.:

I - O grau de merecimento está representado pela soma do índice de merecimento e da nota obtida em prova de suficiência; (Art. 1º - Decreto nº 1.106/69)

II - O interstício mínimo para concorrer a promoção é de 1.095 dias; (Art. 10 - Decreto nº 871/68)

III - Deixam de figurar nesta relação os funcionários que convocados pelo Edital nº 88/74-CEST, publicado no "DISTRITO FEDERAL" nº 142, de 17 de setembro de 1974, não compareceram e os que foram reprovados na prova de suficiência; (Art.4º Decreto nº 871/68).

Brasília, 17 de DEZEMBRO de 1974.

ANTONIO IZIDORO NETO
Serviço de Promoção e Acesso
- C h e f e -

WLADINIR DA MOTTA REZENDE
Coordenador do Sistema de Pessoal
Substituto

FLL/.:

CLASSE: Mecânico de Motores a Combustão, nível 8-A
A promover ao nível 9-B

NÚMERO DE VAGAS: 2 (dois)

CLAS.	MATR.	N O M E	GRAU DE MEREC.
1º	8 983	Salustiano Marques de Souza	10 030
2º	8 963	José Gomes das Neves	9 175
3º	8 989	Selmo Sebastião Domingos Polinção	8 845
4º	8 910	Lázaro Ferreira	8 820
5º	10 774	Jazon Ferreira Damasceno	8 030
6º	12 286	Gerônclo de Siqueira Pina	8 000
7º	12 589	José Vieira de Andrade	7 630
8º	15 641	Manoel Ferreira de Souza	7 626
9º	9 894	Dahyr Gabriel	7 615
10º	10 767	Ambrósio José Batista	7 235
11º	10 786	Romualdo Miranda Freitas	7 220
12º	8 965	Júlio de Almeida Lessa	6 830
13º	10 780	Odílio Nunes Ataydes	6 820
14º	8 956	Eurípedes Medeiros	6 803
15º	11 671	Moviton Dias Ferreira	6 070
16º	15 631	Antônio Braz de Matos	5 600
17º	12 239	Lourenço da Rocha Barros	5 599
18º	10 786	Umbelino Manoel da Paixão	5 200

Obs.:

I - O grau de merecimento está representado pela soma do índice de merecimento e da nota obtida em prova de suficiência; (Art. 1º - Decreto nº 1.106/69)

II - O interstício mínimo para concorrer a promoção é de 1.095 dias; (Art. 10 - Decreto nº 871/68)

III - Deixam de figurar nesta relação os funcionários que convocados pelo Edital nº 88/74-CEST, publicado no "DISTRITO FEDERAL" nº 142, de 17 de setembro de 1974, não compareceram e os que foram reprovados na prova de suficiência; (Art. 4º - Decreto nº 871/68).

Brasília, 19 de DEZEMBRO de 1974.

FRANCISCO LOPES DE LIMA
Serviço de Promoção e Acesso
Chefe Substituto

WLADINIR DA MOTTA REZENDE
Coordenador do Sistema de Pessoal
Substituto

CLASSE: Pedreiro, nível 9-B
A promover ao nível 10-C

NÚMERO DE VAGAS: 1 (uno)

CLAS.	MATR.	N O M E	GRAU DE MEREC.	DESEMPATE 1	DESEMPATE 2
1º	16 546	Alberto Ferreira da Silva	9 635	-	-
2º	16 408	Armando Pereira dos Santos	9 610	-	-
3º	12 433	José Severino da Fonseca	8 410	-	-
4º	16 404	Anísio Tôrres	8 114	-	-
5º	12 448	Everaldo Ferreira de Almeida	8 090	-	-
6º	12 957	José Bezerra da Silva	8 040	-	-
7º	16 415	Francisco Vieira da Silva	8 000	-	-
8º	13 711	Inácio Vicente da Silva	7 640	76	4403
9º	16 425	José Fernando dos Santos	7 640	76	4254
10º	13 637	David Antônio de Souza	7 620	76	4590
11º	12 625	Ivo Felix dos Santos	7 620	76	4424
12º	12 757	Adonel Pereira de Souza	7 610	-	-
13º	16 440	Pedro Rodrigues do Rosário	7 600	-	-
14º	18 626	Eliseu Araújo Lacerda	7 210	72	4724
15º	16 442	Raimundo Joaquim Carvalho	7 210	72	4411
16º	16 427	José Horácio Ramalho	7 210	72	4026
17º	16 413	Francisco Helito de Souza	7 200	72	4698
18º	12 627	Cosme Jorge Santana	7 200	72	4393
19º	13 440	Pedro Dias da Silva	5 600	-	-

Obs.:

I - O grau de merecimento está representado pela soma do índice de merecimento e da nota obtida em prova de suficiência; (Art. 1º - Decreto nº 1.106/69)

II - O interstício mínimo para concorrer a promoção é de 1.095 dias; (Art. 10 - Decreto nº 871/68)

III - Deixam de figurar nesta relação os funcionários que convocados pelo Edital nº 88/74-CEST, publicado no "DISTRITO FEDERAL" nº 142, de 17 de setembro de 1974, não compareceram e os que foram reprovados na prova de suficiência; (Art. 4º Decreto nº 871/68).

DESEMPATE: (Artigo 30 - Decreto nº 871/68)

1 - Maior nota na prova de suficiência realizada pelo CEST;

2 - Maior tempo de serviço público prestado a Administração do Distrito Federal; (§ 2º do artigo 30).

Brasília, 19 de DEZEMBRO de 1974.

FRANCISCO LOPES DE LIMA
Serviço de Promoção e Acesso
Chefe Substituto

WLADINIR DA MOTTA REZENDE
Coordenador do Sistema de Pessoal
Substituto

CLASSE: Pedreiro, nível 8-A
A promover ao nível 9-B

NÚMERO DE VAGAS: 6 (seis)

CLAS.	MATR.	N O M E	GRAU DE MEREC.	DESEMPATE 1	DESEMPATE 2
1º	16 359	Francisco Pereira Filho	9 210	-	-
2º	660	Raimundo Lopes Ribeiro	8 800	-	-
3º	663	Raimundo Fernandes de Paulo	8 420	-	-
4º	788	Francisco Patrício de Oliveira	8 050	-	-
5º	735	José Guimarães	8 020	-	-
6º	853	Abdias Izidoro de Almeida	7 610	76	4398
7º	2 886	Pedro Teixeira Neto	7 610	76	3917
8º	16 390	Manoel Torres de Jesus	7 240	-	-
9º	16 382	José Rosa dos Santos	7 210	-	-
10º	2 870	Otávio Felix de Macedo	7 165	-	-
11º	16 334	Antônio Nunes da Silva	6 410	-	-
12º	748	João Tôrres Magalhães	6 030	-	-
13º	828	Arnaldo Batista da Silva	6 020	-	-

Obs.:

I - O grau de merecimento está representado pela soma do índice de merecimento e da nota obtida em prova de suficiência; (Art. 1º - Decreto nº 1.106/69)

II - O interstício mínimo para concorrer a promoção é de 1.095 dias; (Art. 10 - Decreto nº 871/68)

III - Deixam de figurar nesta relação os funcionários que convocados pelo Edital nº 88/74-CEST, publicado no "DISTRITO FEDERAL" nº 142, de 17 de setembro de 1974, não compareceram e os que foram reprovados na prova de suficiência; (Art. 4º - Decreto nº 871/68).

DESEMPATE: (Artigo 30 - Decreto nº 871/68)

1 - Maior nota na prova de suficiência realizada pelo CEST;

2 - Maior tempo de serviço público prestado a Administração do Distrito Federal; (§ 2º do artigo 30).

Brasília, 19 de DEZEMBRO de 1974.

FRANCISCO LOPES DE LIMA
Serviço de Promoção e Acesso
Chefe Substituto

WLADINIR DA MOTTA REZENDE
Coordenador do Sistema de Pessoal
Substituto

CLASSE: Telefonista, nível 6-A
A promover ao nível 7-B

NÚMERO DE VAGAS: 1 (uno)

CLAS.	MATR.	N O M E	GRAU DE MEREC.
1º	13 331	Lídia Ferreira Muniz	8 445
2º	12 764	Nadeja das Mercês Vieira	7 240
3º	5 979	Clarice da Silva Penteado	5 955

Obs.:

I - O grau de merecimento está representado pela soma do índice de merecimento e da nota obtida em prova de suficiência; (Art. 1º - Decreto nº 1.106/69)

II - O interstício mínimo para concorrer a promoção é de 1.095 dias; (Art. 10 - Decreto nº 871/68)

III - Deixam de figurar nesta relação os funcionários que convocados pelo Edital nº 88/74-CEST, publicado no "DISTRITO FEDERAL" nº 142, de 17 de setembro de 1974, não compareceram e os que foram reprovados na prova de suficiência; (Art. 4º - Decreto nº 871/68).

Brasília, 19 de DEZEMBRO de 1974.

FRANCISCO LOPES DE LIMA
Serviço de Promoção e Acesso
Chefe Substituto

WLADINIR DA MOTTA REZENDE
Coordenador do Sistema de Pessoal
Substituto

CLASSE: Pintor, nível 8-A
A promover ao nível 9-B

NÚMERO DE VAGAS: 2 (duas)

CLAS.	MATR.	N O M E	GRAU DE MEREC.	DESEMPATE 1	DESEMPATE 2
1º	1 789	José Rosendo	8 810	80	4587
2º	16 616	José de Souza Campos	8 810	80	4430
3º	16 613	Jorge Coelho dos Santos	7 240	-	-
4º	7 717	Manoel Barbosa Moreira	7 210	-	-
5º	16 606	Francisco Dias	6 810	-	-

Obs.:

I - O grau de merecimento está representado pela soma do índice de merecimento e da nota obtida em prova de suficiência; (Art. 1º - Decreto nº 1.106/69)

II - O interstício mínimo para concorrer a promoção é de 1.095 dias; (Art. 10 - Decreto nº 871/68)

III - Deixam de figurar nesta relação os funcionários que convocados pelo Edital nº 88/74-CEST, publicado no "DISTRITO FEDERAL" nº 142, de 17 de setembro de 1974, não compareceram e os que foram reprovados na prova de suficiência; (Art. 4º - Decreto nº 871/68).

DESEMPATE: (Artigo 30 - Decreto nº 871/68)

1 - Maior nota na prova de suficiência realizada pelo CEST;

2 - Maior tempo de serviço público prestado a Administração do Distrito Federal; (§ 2º do artigo 30).

Brasília, 19 de DEZEMBRO de 1974.

FRANCISCO LOPES DE LIMA
Serviço de Promoção e Acesso
Chefe Substituto

WLADINIR DA MOTTA REZENDE
Coordenador do Sistema de Pessoal
Substituto

PREÇO DESTE EXEMPLAR - Cr$ 1,00